

Fundação Attila Taborda  
Universidade da Região da Campanha

## **PROJETO PEDAGÓGICO DO LETRAS**

Sant'Ana do Livramento - RS  
2018 – 2022

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO,  
HUMANIDADES E ARTES

**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA URCAMP**

Prof<sup>a</sup>. Lia Maria Herzer Quintana  
**Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Elisabeth Drumm  
**Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**

Prof<sup>a</sup>. Virginia Paiva Dreux  
**Pró-Reitora Acadêmica**

Prof. Nelson Luiz Sonaglio  
**Diretor Financeiro**

## SUMÁRIO

### **1 A MANTENEDORA**

1. Base Legal da Mantenedora
2. Base Legal da Mantida

### **2. Instituição Educacional**

#### **2.1 Urcamp: A Instituição De Educação Superior: Regional, Comunitária E Filantrópica**

- 2.1.1 Ser regional: os desafios do desenvolvimento social, econômico e ambiental
- 2.1.2 Ser comunitária
- 2.1.3 Ser filantrópica

#### **2.2 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA URCAMP**

### **3 CONTEXTO EDUCACIONAL**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA**

#### **3.2 CONTEXTO REGIONAL**

##### **3.2.1 As regiões d**

a Campanha e da fronteira Oeste e a concepção de desenvolvimento regional

### **4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO**

#### **4.1 Histórico do Curso**

#### **4.2 Inserção Regional do Curso**

### **5 DADOS DO CURSO**

### **6 CONCEPÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

### **7 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

#### **7.1 Objetivos do Curso**

#### **7.2 Perfil do Profissional Egresso**

#### **7.3 Organização Curricular**

#### **7.4 Estrutura Curricular do Curso de Letras**

#### **7.5 Fluxograma do Curso**

#### **7.6 Integralização do Curso**

#### **7.7 Ementas e Bibliografia**

#### **7.8 Componentes Curriculares Optativos e Eletivos**

#### **7.9 Metodologia de Ensino**

##### **7.9.1 Interdisciplinaridade**

##### **7.9.2 Integração Teoria com a prática**

##### **7.9.3 Atividades Extracurriculares /Extensão**

##### **7.9.4 Grupos de Pesquisa**

#### **7.10 Políticas Públicas e Princípios de Legislação**

##### **7.10.1 Educação Ambiental**

**7.10.2 Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro -Brasileira, Africana e Indígena**

##### **7.10.3 Princípios de Inclusão**

##### **7.10.4 Responsabilida**

**de Social**

#### **7.11 Estágios**

##### **7.11.1 Estágios Supervisionados**

##### **7.11.2 Atividades desenvolvidas no Estágio**

##### **7.11.3 Justificativa do Estágio**

##### **7.11.4 Objetivo Geral do Estágio**

- 7.11.5 Objetivos Específicos do Estágio
- 7.12 Atividades Complementares
- 7.13 Trabalho de Conclusão de Curso
- 7.14 Validação de Componente Curricular Interno e Externo
- 7.15 Aproveitamento de Estudos
- 7.16 Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem
- 7.16.1 Aceleração de estudos
- 7.16.2 Reavaliação de aprendizagem e estudos de recuperação paralela
- 7.17 Processos de Avaliação e Auto-avaliação do Curso

## **8. ATENDIMENTO AO DISCENTES**

- 8.1 Orientações gerais
- 8.2 Formas de Ingresso e permanência
- 8.2.1 Estímulo à permanência
- 8.2.1.1 Programa de Nivelamento
- 8.2.1.2 Atendimento Psicopedagógico
- 8.3 Sistema de Acompanhamento de Gestão Acadêmica - SEGUE
- 8.4 Apoio Financeiro / Bolsas
- 8.4.1 Bolsa dissídio professores
- 8.4.2 Bolsa dissídio funcionários
- 8.4.3 PROUNI
- 8.4.4 PROIES
- 8.4.5 Educa Mais Brasil
- 8.4.6 Programas de apoio financeiro – Financiamento
- 8.4.6.1 FIPRES
- 8.4.6.2 CREDIES/FUNDACRED
- 8.4.6.3 FIES
- 8.5 NADD- Núcleo de Atendimento ao Docente e Discente
- 8.6 NEAD- Núcleo de Ensino à Distância (Moodle)
- 8.7 Nivelamento
- 8.8 Monitorias
- 8.9 Bolsas de Iniciação Científica
- 8.10 Encaminhamento de Estágios Extracurriculares
- 8.11 Acompanhamento do Egresso
- 8.12 Programas e Projetos do Curso
- 8.13 Organização Estudantil

## **9. INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS**

- 9.1 Concepções e ações na Extensão
- 9.2 Concepções e ações na pesquisa
- 9.3 Concepções e ações no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação no Processo de Ensino-aprendizagem

## **10. CORPO DOCENTE**

- 10.1 NDE -Núcleo Docente Estruturante
- 10.2 Colegiado do Curso
- 10.3 Coordenação do Curso
- 10.3.1 Atribuições da Coordenação do Curso
- 10.4 Corpo Docente do Curso
- 10.5 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica
- 10.6 Programa de Formação Docente Continuada

## **11. INFRAESTRUTURA**

- 11.1 Estrutura Administrativa

- 11.1.1 Central do Aluno
- 11.1.2 Secretaria do Curso
- 11.1.3 Sala de Coordenação de Curso
- 11.1.4 Sala de Reuniões e Orientações
- 11.1.5 Sala de Professores
- 11.1.6 Ambientes de Convivência
- 11.1.7 Auditório/Multimeios
- 11.2 Ambientes de aprendizagem
- 11.2.1 Salas de Aula
- 11.2.2 Laboratórios de Ensino
- 11.2.3 Laboratórios de Informática
- 11.2.4 Biblioteca
- 11.2.5 Biblioteca Virtual
- 11.2.6 Salas de Estudo
- 11.3 Bibliografia
- 11.3.1 Biblioteca Básica
- 11.3.2 Biblioteca Complementar
- 11.3.3 Periódicos Especializados
- 11.4 SIM -Setor de Infraestrutura e Mobilidade
- 11.5 Comissão de Avaliação – CPA
- 11.6 Convênios

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **APÊNDICES**

I Cópia do Regulamento das Atividades Complementares do Curso

II Cópias do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

III Manual do Estágio Curricular Supervisionado

IV Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante

V Cópia das Normas de Funcionamento e Utilização dos Laboratórios

### **REFERÊNCIAS**

## **1 MANTENEDORA**

A Instituição Mantenedora Fundação Átilla Taborda/FAT, situada na Avenida Tupy Silveira nº. 2099, no município de Bagé/ RS, com CEP nº 96400-110, Telefone: (53) 3242-8244, Fax: (53) 3242-8898, e-mail: [fat@urcamp.edu.br](mailto:fat@urcamp.edu.br), com home-page: <http://www.urncamp.edu.br>, mantém a Universidade da Região da Campanha, doravante denominada URCAMP.

A forma de constituição jurídica está assim organizada: A Fundação Attila Taborda, mantenedora da URCAMP, é uma instituição de direito privado cujo ato constitutivo encontra-se registrado no livro III do Registro de Sociedades Civis a fls. 257, sob número de ordem 365, em 13 de janeiro de 1969, do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Bagé.

A Fundação Attila Taborda é dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira e tem como finalidade manter a Urcamp, bem como órgãos ou setores de apoio.

A Fundação Attila Taborda não tem fins lucrativos, empregando seus bens, rendas e contribuições no atendimento de suas finalidades. É administrada pelo Presidente da Mantenedora-FAT, por Assembléia Geral, um Conselho Diretor e um Conselho de Curadores. Fundamenta-se no Estatuto registrado na Procuradoria Jurídica das Fundações sob Nº 12598.

Nome: FUNDAÇÃO ATTILA TABORDA - FAT

CNPJ: 87.415.725/0001-29

Endereço: AV. Tupy Silveira, 2099 - Centro - Bagé/RS

CEP: 96400-110 Caixa Postal: 141

Telefone: 0XX(53) 3242.82.44

FAX: 0XX (53) 3242.88.98

## **1.1 BASE LEGAL DA MANTENEDORA**

- Ato/ Data de Criação: 13 de janeiro de 1969
- Personalidade Jurídica: Instituição de Direito Privado
- Registro Público: Primeiro Tabelionato, livro nº 323 fls. 55 – nº 8195 - Registro nº 14278, fls. 168 e 169 do livro 18 do Cartório de Registros Especiais, Cartório de imóveis nº 66443, fls. 39 do livro 3BB.
- Dependência Administrativa: Particular
- Declaração de utilidade Pública
  - Municipal: Lei nº 1700, de 05.06.1972
  - Federal: Decreto nº 69822 de 22.12.1971
- Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos: Registro no CNAS nº 201.530.71.001
- Certificado de Entidade Cultural: Secretaria de Educação e Cultura/ Conselho Estadual e Cultura/ RS- Registro nº 18, de 30.04.86.
- Ato/ Data de Aprovação do Estatuto: Estatuto aprovado pelo Procurador de Fundações, após alterações, pelas Portarias nº 260, de 23.11.2016.

## **1.2 BASE LEGAL DA MANTIDA**

- Ato de reconhecimento: Portaria Ministerial nº 052, de 16.02.1989.
- Regime Geral: Resolução CONSUN nº 07/2000 de 25/08/2000
- Aprovado pelo Parecer CNE/CES 30/2002. Portaria MEC 1481 de 15/5/2002  
D.O.U 16/5/02

## 2 INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A URCAMP, Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), localizada nas Regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, projeta a sua ação de ensino, de pesquisa e de extensão a partir da sua constituição enquanto instituição Comunitária, Regional e Filantrópica. A instituição atua nas regiões, desde 1953, com a implantação da unidade de Bagé e, ao longo de sua trajetória, ampliou para os demais *campi*.

Atualmente, desenvolve ações de ensino, de pesquisa e de extensão em 21 cursos, distribuídos nos seguintes centros: Ciências da Educação, Humanidades e Artes (CCEHA); Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Ciências da Saúde (CCS) e Ciências Exatas e Ambientais (CCEA). Em sua visão, projeta “Até 2022, ser uma Instituição de referência para a comunidade interna e externa, pela participação nas ações dirigidas ao desenvolvimento regional sustentável e seus reflexos na sociedade”.

Nessa seção, estão detalhados os elementos o perfil institucional, incluído o histórico da instituição, apresentado em quatro fases que definem a sua constituição: 1) construção de uma universidade; 2) ampliação do território de atuação; 3) crise institucional, financeira e acadêmica, e; 4) reconstrução institucional, financeira e acadêmica. As diretrizes estratégicas e os objetivos e metas apresentados refletem o compromisso institucional em consolidar a sua ação no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão em todas as áreas de atuação acadêmica.

### 2.1 URCAMP A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: REGIONAL, COMUNITÁRIA E FILANTRÓPICA

A URCAMP parte da concepção de universidade<sup>1</sup> como uma organização definida e identificada “[...] pela pluralidade de objetivos, pela diversificação de funções, pela variedade de públicos: uma *multiversidade*” (MARTINS, 2008, p. 42)<sup>2</sup>.

---

1

Não referente à categorização de instituições superiores.

2

Essa concepção elaborada por Clark Keer<sup>3</sup>, ao caracterizar a moderna universidade americana frente as transformações da sociedade e a superação das concepções clássicas resume que a mesma reúne as universidades de pesquisa, de ensino, de profissionalização e de prestação de serviços à comunidade, por meio de um sistema de pós-graduação, que associa da pesquisa ao ensino, o que promove o reconhecimento do trabalho de pesquisa enquanto profissão.

Na perspectiva organizacional, a “multiversidade” é a instituição que se aproxima do modelo empresarial e sistêmico, cujas partes estão conectadas pela lógica do conhecimento. Dentre as controvérsias em relação a concepção de multidiversidade, destaca-se o caráter de subordinação da liberdade acadêmica aos interesses empresariais e o imperativo do retorno financeiro (MARTINS, 2008). Por outro lado, Boaventura de Souza Santos (2005)<sup>4</sup>, apresenta o modelo de universidades privadas e comunitárias, localizadas em países centrais e semiperiféricos, que, por meio do conhecimento pluriversitário<sup>5</sup>, assumem o seu compromisso social com as mesmas, ou seja, a extensão como um serviço à comunidade (BOAVENTURA, 1986)<sup>6</sup>.

A URCAMP, em decorrência de sua origem, trajetória e atuação nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, define-se como uma instituição cuja atuação é sustentada pelos seguintes pilares: **regional, comunitária, filantrópica** que, associados, configuram e materializam a responsabilidade social diante de sua comunidade.

### **2.1.1 Ser regional: os desafios do desenvolvimento social, econômico e ambiental**

Em decorrência da atuação em projetos para promoção do desenvolvimento regional, a Instituição adotou a perspectiva de Sen (2000)<sup>7</sup>, uma vez que a sua

---

MARTINS, Geraldo Moises. **Universidade federativa, autônoma e comunitárias**. Brasília, Athalaia Editora, 2008.

3

No livro *The uses of the University*, de 1963

4

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

5

Ver Políticas de pesquisa.

6

BOAVENTURA, Edivaldo M.. **Universidade e multidiversidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

7

proposta ultrapassa a discussão tradicional sustentada pelo crescimento econômico e inclui as capacidades sociais e a liberdade de atuação individual ou social, como motores do desenvolvimento, ou seja, “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2000, p. 29).

Nesse sentido, a URCAMP parte da premissa da valorização das particularidades regionais, do território, enquanto fator de diferenciação. Sustenta na perspectiva do desenvolvimento enquanto mosaico, não centrado exclusivamente no econômico, mas na relação deste com os aspectos sociais (saúde, educação, cultura). Desta forma, a URCAMP assume seu papel de agente de interlocução e de liderança para a constituição dos territórios da Campanha e da Fronteira Oeste, considerando suas particularidades, porém sem perder a relação com o global.

### 2.1.2 Ser comunitária

As instituições comunitárias, na sua origem, tinham a intenção de suprir a ausência do ensino superior público, sobretudo nas regiões do interior do país, em decorrência do interesse da sociedade civil do espaço geográfico e cultural, “[...] com a responsabilidade e a determinação de uma força motriz” (VANNUCCHI, 2004, p. 9)<sup>8</sup>. O reconhecimento e a consolidação das universidades comunitárias brasileiras, data da década de 1980 e, no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em 1985, foi aprovada a moção em favor das instituições comunitárias a receberem recursos públicos. Na constituição de 1988, no artigo 213, foi consolidado o status constitucional de universidade comunitária como instituição pública, não-estatal, no âmbito do ensino superior.

Na LDB, em 1996, foram instituídas as categorias e distinguindo as instituições comunitárias das privadas, pelo fato de as primeiras “[...] são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, incluindo cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade” (VANNUCCHI, 2004, p. 13). A Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013, no seu Art. 1º, define as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) como sendo as organizações da sociedade civil brasileira que

---

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Mott; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendesa – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

8

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

possuem, cumulativamente, as seguintes características: I - estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado; II - patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; III - sem fins lucrativos. A URCAMP, teve sua homologação, enquanto ICES por meio da Portaria MEC 316/215, de 29/04/15 – D.O.U. 30/04/2015.

Estas características estão presentes na história da FAT/URCAMP, sendo que a origem da instituição foi a com a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, fundada em 17 de junho de 1957, totalizando, em 2017, 60 anos de ensino superior na região. Atualmente, em seu estatuto a mantenedora da URCAMP, a FAT é: 1) formada pela totalidade dos docentes da URCAMP, e por representantes de instituições públicas ou da sociedade civil organizada, que defendem os interesses e a sua finalidade social; 2) constituída na forma de uma fundação; 3) uma instituição sem fins lucrativos. Cabe ressaltar que o Conselho da FAT é formado pela maioria de docentes, o que lhe garante a concepção necessária para a condução de ações de caráter acadêmico em prol de seus objetivos sociais.

### **2.1.3 Ser filantrópica**

A FAT/URCAMP considera que as ações filantrópicas devam ser ampliadas em nosso país, por isso a filantropia, no âmbito da Educação, tem sido o propósito primordial da instituição, desde a sua fundação. A concessão de bolsas parciais ou integrais, associados a projetos e programas de extensão e ação comunitária, foi o mecanismo que oportunizou o acesso a Educação Básica e Superior, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste.

Atualmente, a FAT/URCAMP é certificada pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Educação (CEBAS), e cumpre os requisitos necessários de atendimento das políticas públicas orientadas para a promoção da inclusão social, conforme os termos da Lei nº 12.101/2009, e suas alterações. Em 2017, 1.422 bolsas parciais ou integrais do Programa Universidade para Todos (PROUNI) foram contratadas pelos acadêmicos da Instituição, representando 31,2% do total de matrículas. Importante ressaltar que na Instituição observa-se uma evasão praticamente inexistente de alunos que recebem bolsa parcial ou integral do PROUNI.

Além disso, projetos de pesquisa, de extensão e de ação comunitária expressam a vocação e o compromisso social da instituição evidenciados nos

Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Destaca-se também as ações desenvolvidas pelo Hospital Universitário (HU), no âmbito da saúde; pelos museus, enquanto memória e patrimônio cultural da região; e pelo projeto da Casa da Menina, de caráter assistencial. Constata-se que, mesmo em pequena escala, estas ações têm contribuído para a redução da desigualdade social, no que tange ao acesso e a permanência na educação superior, na região.

## 2.2 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA URCAMP

### Missão

Produzir e socializar o conhecimento para a formação de sujeitos socialmente responsáveis que contribuam para o desenvolvimento global.

### Visão

Até 2022, ser uma Instituição de referência para a comunidade interna e externa, pela participação nas ações dirigidas ao desenvolvimento regional sustentável e seus reflexos na sociedade.

### Valores

- I - **Humanismo**: a valorização do ser humano consciente, crítico e comprometido consigo e com os outros;
- II - **Bem comum**: a primazia do coletivo, social e comunitário sobre os interesses individuais;
- III - **Educação transformadora**: das pessoas e da realidade;
- IV - **Pluralidade**: de ideias, garantindo a liberdade de ensino, de pesquisa e de expressão em todas as áreas de conhecimento, e
- V - **Universalidade e particularidade**: a relação entre o compromisso universal e a vocação comunitária e regional.

### 3. CONTEXTO EDUCACIONAL

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA

O Rio Grande do Sul é um dos estados com destaque para a qualidade do ensino existente, sendo apontado pelos indicadores referentes às taxas de aprovação, reprovação e abandono, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. A situação na Região da Campanha se aproxima bastante da já descrita para o Rio Grande do Sul, em que se verifica que o município de Bagé apresenta a taxa mais aproximada ao índice do estado (4,53%), ficando com o melhor indicativo (4,93%).

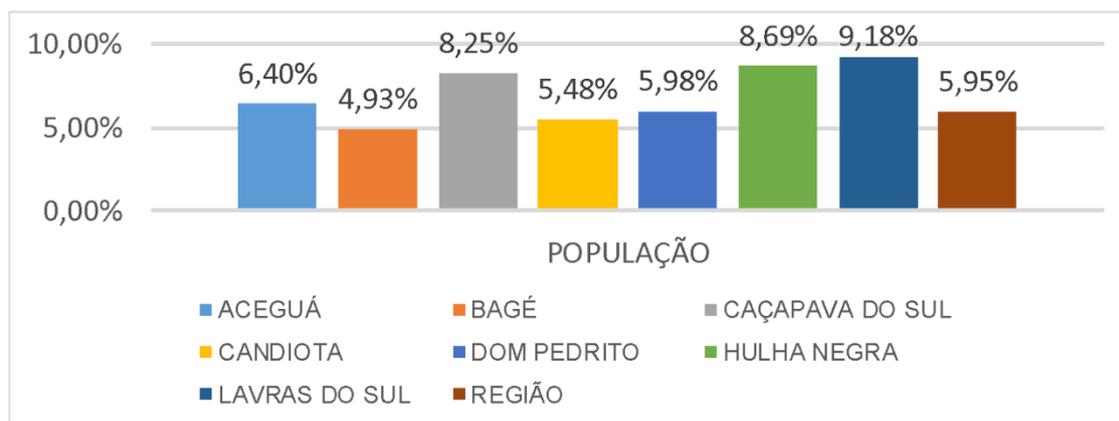


Figura 2: Taxa de Analfabetismo Funcional

Dos sete municípios que compõem o Corede Campanha (Aceguá, Dom Pedrito, Bagé, Hulha Negra, Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Candiota), quatro apontam para os índices superiores ao índice regional e nenhum dos municípios analisados têm o percentual inferior ao do estado. Esforços devem ser feitos para que os dados venham a aproximarem-se do índice do RS, dentre eles, considera-se que devam continuar ocorrendo investimentos na formação inicial e continuada de professores, bem como o planejamento de estratégias que estimulem a permanência dos alunos na escola, com vistas à conclusão do Ensino Fundamental ou Médio. Outras estratégias podem ser implementadas para a redução do índice de analfabetos; o mercado de trabalho deveria valorizar e incentivar a educação de seus colaboradores, pois isso lhes traria benefícios econômicos. As escolas também podem contribuir se promoverem ações para que os familiares de seus alunos também frequentem a escola.

Os dados ainda estão distantes da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que pretendia reduzir a taxa nacional de analfabetismo para 6,5% em 2015. Até o momento foi possível fechar o ano com o dobro desta taxa, o que indica que numa projeção de 10 anos não será ainda possível conseguir erradicar o analfabetismo em nosso país.

No que se refere ao número de matrículas no Ensino Médio, observa-se que ele é superior ao do estado. Ressalta-se que a permanência do aluno na escola foi amplamente incentivada pelo PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Porém, ao longo de 10 anos (2005-2015) tem ocorrido uma redução de matrículas no Ensino Médio, apesar de um aumento do número de escolas que o oferecem, e diminuição mínima no número de professores.

No que tange à educação infantil a região da Campanha, onde se insere Bagé, apresentou um crescimento de 0,49% no período de 2005 a 2015. Entretanto, no âmbito do Ensino Fundamental, houve redução no número de matrículas, decréscimo no número de professores e de escolas (COREDE Região da Campanha).

Com relação ao índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – índice calculado a partir do rendimento escolar (taxas de aprovação e abandono) e do desempenho dos alunos em provas amostrais aplicadas a cada dois anos pelo Ministério da Educação - da 4ª. Série ou 5º ano, observa-se que o município de Aceguá, na região da Campanha, tem superado a meta nacional e estadual, enquanto que os demais, em 2015, estão abaixo da meta do estado, apesar de evidenciarem pequenos avanços a cada ano.

Quanto aos dados referentes ao IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental (8ª Série ou 9º Ano), destaca-se que os municípios com resultados em 2015, apresentam índices não só abaixo da meta estabelecida para o estado e o país, mas para o índice gaúcho atingido (4,3). O município de Lavras do Sul, dentre os 7 municípios que compõe o Corede na Região da Campanha é o que mais se aproximou do índice obtido no RS, no que se refere ao desempenho nos Anos Finais do Ensino Fundamental, enquanto que manteve os piores índices em relação ao desempenho nos Anos Iniciais na referida região. A meta nacional era de 4,7 para 2015 e para 2021 é de 5,5.

### 3.2 CONTEXTO REGIONAL

No PDI 2018-2022 a URCAMP reitera seu compromisso com o desenvolvimento regional ao reafirmar a sua Missão de Produzir e socializar o conhecimento para a formação de sujeitos socialmente responsáveis que contribuam para o desenvolvimento global. Esse compromisso acompanha a trajetória da instituição, desde a sua origem. Com seus campi localizados na Região Funcional 6 (RF6), na metade sul do Rio Grande do Sul, a instituição está presente nas regiões do Corede<sup>9</sup> da Campanha<sup>10</sup>, nos municípios de Bagé e Dom Pedrito, e do Corede da Fronteira Oeste<sup>11</sup>, nos municípios de Alegrete, Santana do Livramento e São Gabriel, conforme Figura 1.

**Figura 1: Localização dos Campi da URCAMP, na Região Funcional 6 (RF 6)**

---

9

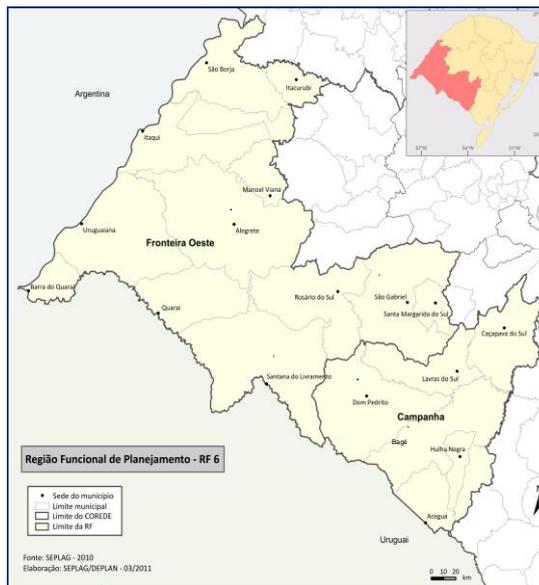
Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), pessoas jurídicas de direito privado, organizar-se-ão sob a forma de associações civis, sem fins lucrativos, regulamentados pelo Decreto Nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, criados pela lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que objetiva promover ações de desenvolvimento, nas respectivas áreas de abrangência, por meio da governança envolvendo poder público e sociedade civil organizada.

10

O Conselho Regional de Desenvolvimento Campanha (Corede Campanha) possui uma área de 18.240,9 km<sup>2</sup>. A cidade pólo do Corede é Bagé e abrange também os municípios de Aceguá, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul. O Corede Campanha, surgiu do interesse da região, no ano de 1990, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, por meio da integração dos recursos e das ações de governo da região, visando a melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (COREDE CAMPANHA, 1999). Tendo em vista o seu compromisso com o desenvolvimento regional, destaca-se que, desde a origem do Corede Campanha, a URCAMP é membro nato da Assembleia Geral e participou ativamente da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região da Campanha, no ano de 2010, e da revisão do em 2016/2017. Da mesma forma, atua amplamente nas ações do Corede da Fronteira Oeste.

11

O Conselho Regional de Desenvolvimento Fronteira Oeste (Corede Fronteira Oeste) possui uma área de 46.231,0 km<sup>2</sup>. A cidade polo do Corede é Uruguaiana, que abrange também os municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaquí, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja e São Gabriel.



Fonte: Baseado em SEPLAG, 2010

Para avançar nesse compromisso, a URCAMP buscou, a partir de 2016, aproximar-se ainda mais do seu contexto regional, ao assumir a Coordenação do Corede Campanha (Gestão 2016/2017), a partir de pleito eleitoral, e atuar diretamente na elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico – PED Campanha e na definição dos 10 projetos prioritários para a Região Funcional 6 de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista o seu compromisso com o desenvolvimento regional, destaca-se que, desde a origem do Corede Campanha, a URCAMP é membro nato da Assembleia Geral e participou ativamente da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região da Campanha, no ano de 2010, e da revisão do em 2016/2017.

### 3.2.1 As regiões da Campanha e da Fronteira Oeste e a concepção de desenvolvimento regional

A Região Funcional 6, conforme dados da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul (SEPLAG), possui uma população de 746.419 habitantes<sup>12</sup>, sendo que, desta, 86% residem na área urbana e 14% na área rural. Além disso, a RF 6, caracteriza-se pela:

- 1) formação histórico-cultural influenciada pelas atividades rurais desenvolvidas principalmente em médias e grandes propriedades com pouca ocupação de mão de obra;

12

IBGE/Censo 2010.

2) formação de uma estrutura urbana esparsa com grandes vazios demográficos;

3) faixa de fronteira internacional com o Uruguai e Argentina, que não se constituiu em um ativo para o seu desenvolvimento.

A população da RF6 corresponde a aproximadamente 7% da população gaúcha, e os municípios de maior porte Uruguiana e Bagé, onde está localizado o Campus Sede da URCAMP, seguidos de Santana do Livramento e Alegrete, onde estão localizados mais dois campi, concentram 54% da população total da Região. Por outro lado, a RF6 apresenta a mais baixa densidade demográfica do RS, ou seja, 12 habitantes por km<sup>2</sup>, e a maior concentração fundiária. Além disso, a RF6 apresentou uma taxa de crescimento demográfico negativa de 0,30% ao ano, no período de 2000-2010, e é a segunda região com menor crescimento do Estado. A região de abrangência do Corede Campanha teve taxa de crescimento de 0,04%, e a da Fronteira Oeste, de -0,43%. Destacam-se os municípios de Hulha Negra e Aceguá, no Campanha, tiveram crescimento de 1,21% e 1,13%, enquanto Santana do Livramento e Alegrete, no Fronteira Oeste, tiveram taxa negativa de 0,96% e 0,82%, segundo dados da SEPLAG (2017).

Em relação ao sistema produtivo, a Seplag (2017) aponta que a RF6 apresenta índices industriais baixos, ênfase para a produção primária, centrada na pecuária extensiva e no arroz irrigado. Em 2014, A RF6 apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) de 16 bilhões de reais, correspondendo a 4% do total do RS, sendo que a Região da Fronteira Oeste e da Campanha possuem uma participação de 70% e 30%, respectivamente. Os municípios de Uruguiana, Bagé, Alegrete e São Borja são os que mais contribuem com a geração de valores. Com relação ao sistema produtivo da RF6, a SEPLAG (2017) aponta para as seguintes situações:

 a agropecuária destaca-se em relação à média do Estado, que é de 8%, sendo que na Região do Corede Campanha, a agropecuária é responsável por 17,2% do valor da produção e no Corede Fronteira Oeste, por 21,9%;

 a indústria possui uma participação menor nas regiões dos dois Coredes, em relação à média do Estado (25,2%), ou seja, na Campanha, a indústria é responsável por 20,6% da produção total da Região e na Fronteira Oeste, por 15,2%;

 a pecuária é relevante do ponto de vista das potencialidades da RF 6, porém, apresenta baixa integração da cadeia, rebanho heterogêneo e baixa rastreabilidade, o que favorece os altos índices de abate. A região da Fronteira Oeste é responsável por 13,8% e a região da Campanha é responsável por 6,7% do valor total do Estado;

 destaca-se a expansão da produção de sementes e da fruticultura, especialmente a vitivinicultura;

 a RF6 apresenta ainda boas potencialidades no desenvolvimento do setor energético, tanto com relação à biomassa e eólica, quanto com a energia termelétrica;

 a indústria da RF6 é pouco relevante no âmbito estadual, com destaque para os setores relacionados ao processamento de produtos de origem vegetal e animal, sendo que a estrutura de atividades da indústria de transformação está centrada na fabricação de produtos alimentícios, que representa 8,38% da produção do segmento no RS;

 a indústria extrativa também é importante no Corede Campanha, com a exploração do carvão.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese<sup>13</sup>), segundo a dados da FEE (2016), os dois Coredes da Região Funcional 6, Campanha e Fronteira Oeste, apresentam índice na faixa de **médio desenvolvimento**, com valores de 0,6986 e 0,6844, respectivamente, referente a 2013.

O Idese da região da Campanha apresenta resultado de 0,6986, inferior ao estado do RS (0,7465). Com relação ao Idese Saúde, a região da Campanha (0,7773) apresenta índices inferiores aos do RS (0,8086) em todos os indicadores analisados. Destaca-se ainda que, entre os indicadores analisados na região da Campanha, as mortes por causas evitáveis apresentam o pior resultado, com índice de 0,5304, enquanto que a mortalidade de menores de 5 anos, o melhor resultado (0,8975). Quanto ao Idese Renda (0,6402) a região da Campanha apresenta índices inferiores aos do RS (0,7521) em todos os indicadores analisados, sendo que, a

geração de renda apresenta o pior resultado, com índice de 0,5897. Com relação ao Idese Educação (0,6784), a região da Campanha apresenta índices inferiores aos do RS (0,6790), com exceção dos indicadores referentes a pré-escola (0,6897) e do ensino médio (0,8410).

O Idese de 2013 da região da Fronteira Oeste de 0,6844, também inferior ao estado do RS (0,7465). Com relação ao Idese Saúde, a região da Fronteira Oeste (0,7614) apresenta índices inferiores aos do RS (0,8086) em todos os indicadores analisados. Destaca-se ainda que, entre os indicadores analisados na região da Fronteira Oeste, as mortes por causas evitáveis apresentam o pior resultado, com índice de 0,5599, enquanto que a mortalidade de menores de 5 anos, o melhor resultado (0,8871). Quanto ao Idese Renda (0,6180) a região da Fronteira Oeste apresenta índices inferiores aos do RS (0,7521) em todos os indicadores analisados, sendo que, a geração de renda apresenta o pior resultado, com índice de 0,5890. Com relação ao Idese Educação (0,6738), a região da Fronteira Oeste apresenta índices inferiores aos do RS (0,6790), com exceção dos indicadores referentes ao ensino médio (0,7955).

Apesar dos indicadores de desenvolvimento social apresentarem índices inferiores aos do Estado do RS, a URCAMP, desde a sua origem, tem desenvolvido ações, tais como a expansão do número de campi para oito municípios na RF6, o que ampliou significativamente a oportunidade de inserção dos jovens na educação superior, em uma época em que não existiam instituições de educação superior pública<sup>14</sup>.

A partir da elaboração dos planos da Região da Campanha e da Fronteira Oeste<sup>15</sup>, para o período de 2015-2030, a URCAMP assume seu papel de agente de interlocução e de liderança para a constituição desses territórios, considerando suas particularidades, expressas em suas missões e diretrizes estratégicas<sup>16</sup>.

A visão da região de abrangência do Corede da Campanha: “Construir até

---

14

Em 2005, foi criada a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), multicampi, cuja sede foi estabelecida em Bagé, sendo que, entre seus 10 campi, 7 foram instalados em municípios nos quais a URCAMP mantinha unidades.

15

A URCAMP não participou diretamente do processo do PED da Fronteira Oeste. Por ocasião da reunião das Estratégias e dos 10 projetos prioritários para a Região Funcional 6, houve a integração dos PEDs.

16

Construídas com a participação de representantes de todos os municípios que compõem os dois Coredes.

2030, o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) da Região da Campanha valorizando as potencialidades regionais, otimizando os processos produtivos e promovendo a qualidade de vida e o fortalecimento da governança regional”<sup>17</sup>. Foram definidas nove diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da Região da Campanha, conforme segue:

Na perspectiva da **gestão econômica** foram definidas duas diretrizes, conforme segue:

- D1 - Desenvolvimento por meio de uma economia diversificada (agropecuária, agricultura e pecuária familiar, energia, agroindústria, turismo), fortalecida e focada na vocação regional;
- D2 - Desdobramento sustentável da matriz produtiva regional, por meio da qualificação dos recursos humanos, com investimentos em infraestrutura, em pesquisa científica e tecnológica e em inovações.

Na perspectiva da **gestão social**, foram definidas quatro diretrizes, conforme segue:

- CULTURA: D3 - Promoção da produção e do acesso aos bens culturais regionais (patrimônio material e imaterial);
- EDUCAÇÃO: D4 - Ênfase na educação, inclusiva e acessível, em todos os níveis, como fonte de perspectivas para o jovem e na educação profissional, formação técnica e superior, orientada para a pesquisa científica e tecnológica e para o desenvolvimento da região;
- SAÚDE: D5 - Ampliação das condições de saúde básica (inclusiva e acessível) para a qualidade de vida e de atendimento de média e alta complexidade na região;
- SEGURANÇA: D6 - Ampliação das condições de segurança pública, como decorrência de ações no âmbito da infraestrutura, da educação, da economia e do bem estar social.

Na perspectiva da **gestão ambiental** foi definida uma diretriz, conforme segue:

- D7 - Exploração sustentável do bioma Pampa, por meio do uso de tecnologias, com ênfase na preservação das suas condições e na recuperação de áreas degradadas.

Na perspectiva da **gestão infraestrutura** foi definida uma diretriz, conforme segue:

- D8 - Ampliação e melhorias da infraestrutura logística, energética e de comunicação.

Na perspectiva da **gestão institucional** foi definida uma diretriz, conforme segue:

- D9 - Ampliação da representação político institucional, por meio de governança efetiva e articulada (organização social ampla entre os municípios e demais escalas de governo), orientado pelo Planejamento Estratégico 2017 – 2030.

Visão da região de abrangência do Corede da Fronteira Oeste: “Ser reconhecida, até 2030, como uma região de vanguarda no Estado do Rio Grande do Sul pela sua excelência no desenvolvimento sustentável com foco na economia, turismo, infraestrutura, aspectos sociais e institucionais”<sup>18</sup>. As diretrizes Estratégicas da região de abrangência do Corede Fronteira Oeste são as seguintes:

- Buscar através da representação política e institucional formas para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;
- Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;
- Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas;
- Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios;
- Propor um plano de turismo regional;
- Qualificar os atendimentos da rede de saúde;
- Elaborar instrumentos regionais (articulações) para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.

A partir das visões regionais e das diretrizes estratégicas, foi priorizada a seguinte carteira de projetos estruturantes: 1) Sistemas produtivos sustentáveis; 2)

Turismo Regional; 3) Saúde e desenvolvimento; 4) Tecnologias ambientais; 5) Logística e estradas vicinais; 6) Desenvolvimento da governança regional (RF6); 7) Educação e cultura regional; 8) Ciência, Tecnologia e inovação para o desenvolvimento regional; 9) Eficiência energética regional; 10) Eventos comerciais e festivais artísticos, culturais e gastronômicos.

Com relação ao projeto estratégico da Região Funcional 6 que se refere ao projeto **Sistemas produtivos sustentáveis**, no âmbito do ensino a URCAMP mantém os seguintes cursos: Agronomia, Medicina Veterinária, Administração, Ciências Contábeis; Engenharia Civil, Direito, Sistemas de Informação e Arquitetura e Urbanismo, além do componente curricular de Empreendedorismo, em todos estes cursos de graduação. Destaca-se que a indústria representa baixa participação da economia regional e, portanto, são necessárias ações em prol do desenvolvimento do setor de serviços, incluído o projeto de Turismo regional e de Eventos comerciais e festivais artísticos, culturais e gastronômicos, e comércio e o setor de agropecuária, considerados como particularidades regionais.

A matriz produtiva da região e de Bagé esteve até hoje, ancorada no setor agropecuário, com predominância da pecuária e a orizicultura, tendo por base uma estrutura fundiária de grandes e médias propriedades. Destaca-se a criação de bovinos, ovinos e equinos, enquanto que na agricultura, além do arroz, a soja, o sorgo, o milho e o trigo, são cultivados em menor escala.

A fruticultura está presente mais recentemente no município (uva, ameixa, maçã, pêssigo, entre outros) com pequena produção e ocupação de áreas. Geograficamente, as atividades primárias distribuem-se por uma zona rural de aproximadamente 4 mil km<sup>2</sup>, com 1975 propriedades (Emater 2005 – PDDUA/Bagé) e dividida em 4 regiões bem demarcadas e um cinturão verde, onde predomina a produção de hortigranjeiros, leite e aves, que abastece a cidade.

A evolução do Valor Adicionado Bruto demonstra que Bagé obedece a tendência de ampliação do setor de serviços frente aos outros setores. A cidade acabou se constituindo como um pólo de serviços, que atende principalmente aos municípios vizinhos. Entre as atividades terciárias que se destacam: saúde, educação e comércio.

Um novo cenário econômico e produtivo se estabelece com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas, agregadas à produção e à

prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Logo, a necessidade por novas tecnologias leva as instituições de ensino a oferecerem cursos profissionais que atendam as demandas deste mercado de trabalho. A formação de um profissional que, além do domínio operacional de um determinado fazer, tenha uma compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

A implantação do curso de Letras é consequência natural da criação e expansão da Urcamp que, preocupada com o desenvolvimento da Metade sul do Estado, manifesta sua responsabilidade social e investe em Educação. A criação do Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e suas Respectives Literaturas, em Sant'Ana do Livramento, impõe-se pela peculiaridade de nossa fronteira com o Uruguai e da necessidade da integração dos idiomas entre as duas nações. Tendo como missão produzir e socializar o conhecimento para a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

#### **4.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO**

A Universidade da Região da Campanha – URCAMP está localizada na Região da Campanha, fronteira sudoeste e oeste do Rio Grande do Sul, abrange 21 (vinte e um) municípios da Região e sua estrutura “multicampi” configura-se em Campus Universitários sediados nos municípios de Bagé – Campus Sede da Urcamp, Alegrete, São Borja, São Gabriel, Dom Pedrito, Sant’Ana do Livramento. O curso de Letras é ofertado no Câmpus de Sant’Ana do Livramento.

A criação do Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e suas Respectivas Literaturas, em Sant’Ana do Livramento, impõe-se pela peculiaridade de nossa fronteira com o Uruguai e da necessidade da integração dos idiomas entre as duas nações.

O Curso de Letras, no Campus Universitário de Sant’Ana do Livramento foi autorizado pelo Conselho Universitário – Consun- Urcamp, através da Resolução 03/96 de 27/11/1996 e reconhecido pela Portaria nº 234, de 22 de março de 2007, tendo já formado cerca de 230 alunos até o ano de 2015.

Em consonância com os princípios norteadores da Declaração Mundial sobre o Ensino superior, aprovada em outubro de 1998, na Conferência Nacional sobre o Ensino Superior, a Urcamp, através do Curso de Letras, busca, por meio do ensino, educar para a cidadania, valorizar a verdade e a justiça pelo exercício científico e ético, produzir e disseminar, por meio do ensino, a pesquisa e a extensão, reorganizar os vínculos entre a educação superior, o mundo do trabalho e a sociedade e avaliar permanentemente suas funções e atividades.

Dessa forma, o Curso de Letras possui como eixo central, o ensino da linguagem, o qual é fator decisivo na construção da cidadania, visto que o domínio da Língua constitui-se numa questão de justiça social e a sua plena utilização contribui para a conquista da liberdade do cidadão.

Assim, entende-se que a Urcamp está cumprindo com seu papel social na formação de professores de Língua Portuguesa e Língua Espanhola, tendo em vista que a grande maioria dos nossos alunos egressos encontram-se trabalhando como docentes nas escolas públicas e particulares da cidade de Sant'Ana do Livramento e da cidade vizinha, Rivera, no Uruguai.

Salienta-se uma particularidade nessa região de fronteira: muitos acadêmicos do Curso de Letras são oriundos do Uruguai, que na convivência com os acadêmicos brasileiros vivem na prática a troca linguística e cultural, o que vem a somar positivamente nos resultados do exercício docente, tanto em Sant'Ana do Livramento e em Rivera, como em toda a região.

#### **4.1 Histórico do Curso**

A criação do Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e suas Respectivas Literaturas, em Sant'Ana do Livramento, justifica-se pelas peculiaridades de nossa fronteira com o Uruguai e da necessidade da integração dos idiomas entre as duas nações.

O Curso de Letras, no Campus Universitário de Sant'Ana do Livramento foi autorizado pelo Conselho Universitário – Consun- Urcamp, através da Resolução 03/96 de 27/11/1996 e reconhecido pela Portaria nº 234, de 22 de março de 2007, tendo já formado cerca de 250 alunos até o ano de 2017.

#### **4.2 Inserção Regional do Curso**

O Curso de Letras - Urcamp - Livramento está localizado na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, no extremo meridional do País, apresenta a maior área fronteiriça do MERCOSUL e é composta por 106 municípios, ocupando uma área de 153.879 km<sup>2</sup>, cerca de 52% do território gaúcho. Dos 50 municípios mais populosos do Estado, apenas 14 estão na região.

A Metade Sul é resultante de um processo histórico particular, uma vez que se constituía, até o começo da década de 40 do século XX, na região mais rica e

populosa do Rio Grande do Sul, em função do processo de produção de charque aqui localizado, que abastecia o mercado nacional, desde o período colonial. Com o advento da aceleração do processo de industrialização pesada e forte urbanização em termos nacionais, a região começa a perder posição para outros espaços no estado e no país, especialmente com a montagem de grandes unidades industriais processadoras de matérias-primas agropecuárias em outros estados da região Sul, e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (suínos e aves, em Santa Catarina; carne bovina no estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; leite, em Minas Gerais), acompanhando as mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, nas décadas de 60 e 70. Ainda assim, a Metade Sul obtém destaque importante no cenário nacional, através da ovinocultura, voltada para a produção de lã, até a década de 80, quando o desenvolvimento de produtos sintéticos, através de inovações proporcionadas pela indústria química, desencadeiam uma forte concorrência que irá desestruturar essa atividade e contribuir para a ocorrência de uma forte crise, que levou ao fechamento de poderosas estruturas cooperativistas, que haviam, no passado recente, sustentando um importante desenvolvimento regional. Além disso, essa Metade Sul do Rio Grande do Sul manteve partes importantes do seu território à margem do processo de modernização da agricultura, que alcançou o país na década de 1970. Nesse caso, a parte Norte do Estado foi a mais impactada (tanto em termos positivos quanto negativos, que acompanharam esse processo no Brasil, conforme tem ressaltado a literatura especializada), inclusive abrigando a localização da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas e parte importante da indústria produtora de insumos para a agricultura.

A região destaca-se pela agropecuária, com forte produção de arroz, soja, vitivinicultura e carne, nos setores do comércio e turismo, inserindo-se assim parcialmente em sistema produtivo nacional ou global, com o que existe de indústria e tecnologia concentrado em Pelotas e Rio Grande e a região contribuindo com apenas 16% do total do PIB do Estado. Seus municípios apresentam proporcionalmente, índices de desenvolvimento humano (IDH) abaixo da média estadual. Por tudo isso, essa região constitui-se hoje, em uma das regiões brasileiras que apresenta dificuldades sócio-econômicas reconhecidas, tanto pelo governo estadual, quanto federal.

A reorganização do processo produtivo mediante processo de diversificação econômica para a retomada do desenvolvimento desta região em bases sustentáveis requer uma visão de futuro baseada na ideia de que a atividade econômica de maior valor agregado e recursos humanos talentosos, capacitados e mobilizados atuando em comunidade e cidades saudáveis, e em meio-ambiente preservado, atraem empreendimentos econômicos que geram riqueza e pagam bons salários. Os impostos gerados, por sua vez, possibilitam a qualificação e o aperfeiçoamento dos serviços públicos, e os salários pagos geram consumo que abre novas oportunidades de negócios, o que pode ser caracterizado como o círculo virtuoso da melhoria da qualidade de vida.

Diante dessa realidade econômica e social da região, a Urcamp vem a colaborar com o crescimento regional disponibilizando à sociedade vários cursos de licenciatura, entre eles o curso de Letras em Santana do Livramento. Assim, pode-se observar crescente demanda dos órgãos públicos, bem como das escolas e empresas do setor privado, configurando-se em uma realidade propícia aos egressos do Curso.

## 5.DADOS DO CURSO

- Denominação: Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas
- Instituição Mantida: Universidade da Região da Campanha - URCAMP
- Endereço de Funcionamento: Av. Tupy Silveira, 2099, Centro, CEP 96400-000, Bagé/RS.
- Atos legais: Resolução CONSUN 03/96, de 27/11/1996.
- Ato de Reconhecimento *in loco*: Portaria 234, de 22 de Março de 2007, pelo Departamento de Supervisão do Ensino Superior.
- Centro que sedia o Curso: Centro de Ciências da Educação Humanidades e Artes
- Campus Universitário em que é oferecido: Santana do Livramento

- Carga Horária: 3.605 horas
- Período de integralização do Curso: O Curso de Letras tem a duração mínima de quatro anos ou oito semestres letivos e máxima de oito anos ou 16 semestres letivos.
- Número de vagas: 60 anuais
- Condições de ingresso: Processo Seletivo, Portadores de Diploma de Curso Superior e Transferência Interna e Externa
- Número mínimo de créditos matriculados: 150
- Turnos de Funcionamento: Noturno
- Formação/Titulação do Egresso: Licenciado em Letras
- Conceito do Curso: 03 (Avaliação *in loco* em 2014) e 03 (ENADE 2017)
- Coordenação do Curso: Profa. Mestre Idene Mariano de Godois

## **6. CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

O Curso de Letras considera que dentre os agentes integrantes do processo de ensino-aprendizagem, o estudante é considerado o principal alvo, uma vez que o atendimento do objetivo desse processo somente se concretiza com a efetiva aprendizagem por parte do aluno.

As estratégias de ensino-aprendizagem devem ser implementadas de forma a acompanhar as exigências do novo perfil do aluno, com o propósito de garantir a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. O processo de ensinar toma forma a partir do desenvolvimento de uma atividade, enquanto o aprender concretiza-se a partir da assimilação e competência para resolver problemas com êxito.

Em consonância com os princípios norteadores da Declaração Mundial sobre o Ensino Superior, aprovada em outubro de 1998, na Conferência Nacional sobre o

Ensino superior, a Urcamp através do Curso de Letras, busca por meio do ensino, educar para a cidadania, valorizar a verdade e a justiça pelo exercício científico e ético, produzir e disseminar, por meio do ensino, a pesquisa e a extensão, reorganizar os vínculos entre a educação superior, o mundo do trabalho e a sociedade e avaliar permanentemente suas funções e atividades.

Dessa forma, o Curso de Letras possui como eixo central, o ensino da linguagem, o qual é fator decisivo na construção da cidadania, visto que o domínio da Língua constitui-se numa questão de justiça social e a sua plena utilização contribui para a conquista para a liberdade do cidadão. Assim, entende-se que a Urcamp está cumprindo com seu papel social na formação de professores de Língua Portuguesa e Língua Espanhola, proporcionando à sociedade oportunidades de crescimento intelectual e de formação do conhecimento.

## **7 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **7.1 Objetivos do Curso**

O Curso de Letras tem como objetivo a formação de um profissional diferenciado da área de português/espanhol-Línguas e Literaturas, dada a estruturação do Curso em dois componentes fundamentais: a Linguística e a Teoria Literária. No que concerne à linguagem, duas dimensões devem ser visadas: a relação linguagem-saber e a linguagem-expressão. Quanto à Literatura, deve ser encarada como campo privilegiado de estudos humanísticos. Reforça-se que a aprendizagem de Língua(s) e Literatura(s) se efetua, não só sob a dimensão analítico-descritivo, mas também sob a dimensão construtiva, num processo de comunicação, tendo como meta formar docentes na área.

O Curso de Letras tem por Objetivo Geral formar professores de Língua(s) e Literatura(s) para atuarem no Ensino Fundamental e Médio, bem como proporcionar atividades de extensão e pesquisa, visando ao aprimoramento sócio-cultural da comunidade.

Os Objetivos Específicos do Curso são:

- Formar professores críticos, inovadores e interessados em explorar as potencialidades da Língua, elemento de integração do meio social, político, econômico e cultural, interagindo e transformando a realidade.
- Revisar e reavaliar conhecimentos da estrutura da(s) Língua(s) e Literatura(s) como embasamento teórico fundamental, construindo novos conhecimentos, aprendendo o fazer individual e coletivo, numa atitude aberta e questionadora.

## **7.2 Perfil do Profissional Egresso**

O profissional egresso do Curso de Letras é capaz ministrar aulas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas literaturas, no Ensino Fundamental e Médio da educação básica. Leva, também, a capacidade de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e consciente de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

## **7.3 Organização Curricular**

O currículo do Curso de Letras tem como principal finalidade desenvolver e capacitar o estudante para a descoberta dos conhecimentos. A organização da matriz curricular, dos conteúdos e das metodologias de ensino-aprendizagem

adotadas garantem a proporcionalidade nas atividades teórico-práticas, estágios curriculares supervisionados e atividades complementares. Permite, ainda, um equilíbrio entre abordagens teóricas e práticas, desde o início do Curso, articulando o ensino, a prática profissional, a pesquisa e a extensão.

O Curso é integrado por disciplinas obrigatórias com seriação estabelecida, por Estágios Curriculares e por Disciplina Eletiva.

O Currículo é desenvolvido através de atividades teóricas e práticas, e a carga horária de cada disciplina, em geral, é ocupada com 50% de atividades práticas. A carga horária é compatível com a execução e existe articulação da teoria com a prática.

A interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular podem se desenvolver no curso a partir de atividades e projetos de ensino-aprendizagem. Nesse aspecto, as atividades complementares, os projetos de ensino-aprendizagem, os estágios, os aproveitamentos de estudos, as atividades de extensão, pesquisa e atividades práticas, proporcionam a relação teoria e prática. Os conteúdos dos componentes curriculares estão compatíveis com o perfil definido nas práticas do Curso.

Existe forte embasamento teórico permeado por inúmeras iniciativas de capacitação prática complementar à teoria.

- **Aprimoramento da formação (Complemento/Integração)**

As Atividades Complementares são de exclusiva responsabilidade dos acadêmicos, mesmo assim, a Coordenação incentiva e viabiliza a participação permanente dos alunos em eventos relacionados à área de conhecimento do seu Curso. O Parecer CNE/CES nº 146/2002 normatiza as Atividades Complementares que, podem ser selecionadas pelos alunos entre diversos tipos de atividades, como:

- Simpósios/Seminários
- Palestras
- Encontro- Atividades Comunitárias
- Intercâmbios Culturais
- Lançamentos Literários

No Curso de Letras, as Atividades Complementares devem ser de 200 horas, realizadas durante a integralização do Curso.

## 7.4 Estrutura curricular do Curso de Letras

### LETRAS-51LCA

	Nº	Código	Disciplina	Crédito	Carga/Horaria
1º	01	LETA1	Língua Portuguesa I	4	60 h
	02	LETP1	Língua Espanhola I	4	60 h
	03	LETD1	Linguística I	4	60 h
	04	LETJ1	Teoria da Literatura I	4	60 h
	05	CSOS2	Metodologia da Pesquisa	4	60 h
			Prática Pedagógica		80 h
2º	06	LETA2	Língua Portuguesa II	4	60 h
	07	LETP2	Língua Espanhola II	4	60 h
	08	LETD2	Linguística II	4	60 h
	09	LETJ2	Teoria da Literatura II	4	60 h
	10	FIRF1	Filosofia da Educação	4	60 h
			Prática Pedagógica		80 h
3º	11	LETA3	Língua Portuguesa III	4	60 h
	12	LETP3	Língua Espanhola III	4	60 h
	13	CSOF3	Sociologia Educação	4	60 h
	14	LETIO	Literatura e Cultura Portuguesa	4	60 h
	15	PSIP1	Psicologia da Educação	4	60 h
			Prática Pedagógica		80 h
4º	16	LETA4	Língua Portuguesa IV	3	45 h
	17	LETP4	Língua Espanhola IV	3	45 h
	18	LETE1	Literatura Brasileira I	3	45 h
	19	LETB6	Literatura e Cultura Espanhola	4	60 h
	20	EDUA7	Didática	4	60 h
	21	EDUK5	Políticas Educacionais	4	60 h
			Prática Pedagógica		80 h
5º	22	LETA5	Língua Portuguesa V	3	45 h
	23	LETP5	Língua Espanhola V	3	45 h
	24	LETE2	Literatura Brasileira II	3	45 h
	25	LETK5	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	3	45 h
	26	LETP0	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2	30 h
	27	LETO1	Língua e Cultura Latina	3	45 h
				Prática Pedagógica	
6º	28	LETA6	Língua Portuguesa VI	4	60 h
	29	LETP6	Língua Espanhola VI	4	60 h
	30	LETE3	Literatura Brasileira III	4	60 h
	31	LETY4	Literatura e Cultura Hispano-Americana I	3	45 h
	32	LETV0	Metodologia do Ensino da Língua Espanhola	3	45 h
	33	ECSO5	Est Cur Sup I L Port. Ensino Fund e Médio		400 h
7º	34	LETA7	Língua Portuguesa VII	4	60 h
	35	LETP7	Língua Espanhola VII	4	60 h
	36	LETY5	Literatura e Cultura Hispano-Americana II	4	60 h
	37	LETE4	Literatura Brasileira IV	3	45 h
	38	LETJ4	Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	3	45 h
	39	ECSO7	Est Cur Sup II L Esp Ensino Fund e Médio		300 h
8º	40	LETA8	Língua Portuguesa VIII	4	60 h
	41	LETP8	Língua Espanhola VIII	4	60 h
	42	EDUS6	Educação Inclusiva	4	60 h
	43	ELET1	Disciplina Eletiva	4	60 h
	44	LETJ5	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	3	45 h

DISCIPLINAS ELETIVAS: (ETA1) – ESTATÍSTICA

(LETM5) – LITERATURA UNIVERSAL

## PLANO DE INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
Atividades acadêmico-científico-culturais	2.305
Práticas Pedagógicas	400
Estágio Curricular supervisionado	700
Atividades Complementares	200
<b>Total do Curso</b>	<b>3.605</b>

### Matriz Curricular

– Atendimento à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais

	Nº	COMPONENTE CURRICULAR	H/A	C/ Horaria	Formação Básica	Formação Pedagógica	Formação P/ Pesquisa
1º	01	Língua Portuguesa I	4	60 h	X		
	02	Língua Espanhola I	4	60 h	X		
	03	Linguística I	4	60 h	X		
	04	Teoria da Literatura I	4	60 h	X		
	05	Met. da Pesquisa	4	60 h			X
			Prática Pedagógica		80 h		X
2º	06	Língua Portuguesa II	4	60 h	X		
	07	Língua Espanhola II	4	60 h	X		
	08	Linguística II	4	60 h	X		
	09	Teoria da Literatura II	4	60 h	X		
	10	Filosofia da Educação	4	60 h		X	
			Prática Pedagógica		80 h		X
3º	11	Língua Portuguesa III	4	60 h	X		
	12	Língua Espanhola III	4	60 h	X		
	13	Sociologia Educação	4	60 h		X	
	14	Lit. Cultura Portuguesa	4	60 h	X		
	15	Psic. da Educação	4	60 h		X	
			Prática Pedagógica		80 h		X
	16	Língua Portuguesa IV	3	45 h	X		
	17	Língua Espanhola IV	3	45 h	X		

4º	18	Literatura Brasileira I	3	45 h	X		
	19	Lit. e Cult. Espanhola	4	60 h	X		
	20	Didática	4	60 h		X	
	21	Políticas Educacionais	4	60 h		X	
		Prática Pedagógica		80 h		X	
5º	22	Língua Portuguesa V	3	45 h	X		
	23	Língua Espanhola V	3	45 h	X		
	24	Literatura Brasileira II	3	45 h	X		
	25	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	3	45 h		X	
	26	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2	30 h	X		
	27	Ling. Cultura Latina	3	45 h	X		
		Prática Pedagógica		80 h		X	
6º	28	Língua Portuguesa VI	4	60 h	X		
	29	Língua Espanhola VI	4	60 h	X		
	30	Literatura Brasileira III	4	60 h	X		
	31	Lit. e Cult. Hispano-Americana I	3	45 h	X		
	32	Metodologia do Ensino da Língua Espanhola	3	45 h		X	
	33	Est Cur Sup I L Port. Ens. Fund e Médio		400 h		X	
7º	34	Língua Portuguesa VII	4	60 h	X		
	35	Língua Espanhola VII	4	60 h	X		
	36	Lit e Cult Hispano-Americana II	4	60 h	X		
	37	Lit. Brasileira IV	4	60 h	X		
	38	Trab. de Concl. de Curso – TCC I	3	45 h			X
	39	Est Cur Sup II L Esp Ensino Fund e Médio		300 h		X	
8º	40	Ling. Portuguesa VIII	4	60 h	X		
	41	Ling. Espanhola VIII	4	60 h	X		
	42	Educação Inclusiva	4	60 h		X	
	43	Disc. Eletiva	4	60 h	X		
	44	Trab. de Conclusão de Curso – TCC II	3	45 h			X

## 7.5 Fluxograma do Curso

Língua Portuguesa I	Língua Portuguesa II	Língua Portuguesa III	Língua Portuguesa IV	Língua Portuguesa V	Língua Portuguesa VI	Língua Portuguesa VII	Língua Portuguesa VIII
Língua Espanhola I	Língua Espanhola II	Língua Espanhola III	Língua Espanhola IV	Língua Espanhola V	Língua Espanhola VI	Língua Espanhola VII	Língua Espanhola VIII
Linguística I	Linguística II	Sociologia da Educação	Literatura Brasileira I	Literatura Brasileira II	Literatura Brasileira III	Lit e Cult Hispano-Americana II	Educação Inclusiva
Teoria da Literatura I	Teoria da Literatura II	Lit. Cultura Portuguesa	Lit. e Cult. Espanhola	Met. do Ensino da Língua Portuguesa	Lit. e Cult. Hispano-Americana I	Lit. Brasileira IV	Disciplinas Eletiva
Metodologia da Pesquisa	Filosofia da Educação	Psic. da Educação	Didática	Ling. Brasileira de Sinais - LIBRAS	Met. do Ensino da Língua Espanhola	Trab. de Concl. de Curso – TCC I	Trab. de Concl. de Curso – TCC II
Prática Pedagógica	Prática Pedagógica	Prática Pedagógica	Políticas Educacionais	Ling. Cultura Latina	Est Cur Sup I L Port. Ens. Fund e Médio	Est Cur Sup II L Esp Ensino Fund e Médio	

	Prática Pedagógica	Prática Pedagógica	Prática Pedagógica
--	--------------------	--------------------	--------------------

## 7.6 Integralização do Curso

### PLANO DE INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
Atividades acadêmico-científico-culturais	2.310
Práticas Pedagógicas	400
Estágio Curricular supervisionado	700
Atividades Complementares	200
<b>Total do Curso</b>	<b>3.610</b>

Os conteúdos de formação estão assim divididos:

Conteúdo de Formação Básica: 1.710 horas, correspondendo a 47,36% do total.

Conteúdo de Formação Pedagógica: 1.550 horas, correspondendo a 42,95 % do total.

Conteúdo de Formação Para Pesquisa: 150 horas, correspondendo a 4,15% do total.

Atividades Complementares: 200 horas, correspondendo a 5,54 % do total

## 7.7 Ementas e Bibliografia

Os conteúdos programáticos dos componentes curriculares estão compatíveis com o perfil definido para o egresso e alinhados às necessidades do Curso, dessa forma, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso exigidas.

O embasamento teórico é permeado por iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos entre campus, bem como atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais (PIBID).

O curso contempla, em seu currículo, 44 disciplinas planejadas para o pleno atendimento do perfil do profissional desejado e dos objetivos do curso, atentando sempre para a integração de conhecimentos, a relação entre teoria e prática e a interdisciplinaridade. Sendo assim, os planos de ensino estão em consonância com

a concepção do curso e com o perfil do egresso, sendo atualizados semestralmente pelos docentes e aprovados pelo NDE e pelo colegiado. Já os conteúdos curriculares estão em conformidade com as DCNs do curso de Letras, observando as competências específicas.

Ementário do Curso:

Semestre	Nº	Disciplina	Ementa	Bibliografia
----------	----	------------	--------	--------------

1º	01	Língua Portuguesa I	Universo fonético e fonológico: conceitos, traços distintivos, símbolos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel &amp; BEZERRA, Maria Auxiliadora. <b>Gêneros textuais – reflexão e ensino</b>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça. <b>O texto e a construção dos sentidos</b>. São Paulo. Contexto, 2005</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. <b>Discurso e texto</b>. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>FÁVERO, Leonor Lopes &amp; KOCK, Ingedore V. <b>Linguística textual: uma introdução</b>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>FÁVERO, Leonor Lopes. <b>Coesão e coerência textuais</b>. 5 ed. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b>. 12 ed. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça. <b>Desvendando os segredos do texto</b>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.) <b>Parâmetros de textualização</b>. Santa Maria: UFSM, 1997.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. <b>A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso</b>. 4 ed. São Paulo: Pontes, 1996.</p> <p>VAL, Maria da Graça. <b>Redação e textualidade</b>. São Paulo: Ática, 1991.</p>
----	----	---------------------	--	--

	02	Língua Espanhola I	<p>Objetos teóricos da ciência da linguagem. A sociolinguística e o ensino de línguas 1 e 2 e sua aplicação em sala de aula.</p>	<p><b>Bibliografia Básica</b>  ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. <b>Mucho: español para brasileños</b>. São Paulo: Moderna, 2004.  J. GARCÍA, Maria de los Ángeles &amp; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Josephine. <b>Español sin fronteras : curso de lengua española</b>. Volumen 1. São Paulo: Scipione, 2005  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros</b>. São Paulo: Saraiva, 2000.  <b>Bibliografia Complementar</b>  BRUNO, Fátima Aparecida T. Cabral, MENDOZA, Maria Angélica Costa L. <b>Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica</b>. Nivel básico. São Paulo: Saraiva, 1997.  HERMOSO, Alfredo González. <b>Conjugar es fácil en español</b>. Madrid: Hatier, 1996  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos</b>. Buenos Aires: Santillana, 1996.  SANCHEZ, Aquilino, ESPINET, María Teresa &amp; CANTOS, Pascual. <b>Cumbre</b>. Nivel elemental. Madrid: SGEL, 1995.  BON, Francisco Matte. <b>Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea</b>. Tomo II. Madrid: Edelsa, 2000.</p>
--	----	--------------------	--	---

	03	Linguística I	O fenômeno literário: conceitos, gêneros e sua evolução	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília. <b>Introdução à sociolingüística – o tratamento da variação</b>. São Paulo: Contexto, 2003.  FIORIN, José Luiz (organização). <b>Introdução à Linguística - objetos teóricos</b>. São Paulo: Contexto, 2005.v.1  LYONS, John. <b>Linguagem e Linguística: uma introdução</b>. São Paulo: Zahar, 1987.  MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à linguística- domínios e fronteiras</b>. São Paulo: Cortez, 2005.v.1.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BAGNO, Marcos. <b>A língua de Eulália: novela sociolingüística</b>. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2005.  BENVENISTE, Emile. <b>Problemas de lingüística geral I</b>. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.  BORBA, Francisco da Silva. <b>Introdução aos estudos lingüísticos</b>. 12.ed. São Paulo: Nacional, 1998.  CARVALHO, Castelar de. <b>Para Compreender Saussure</b>. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.  LYONS, John. <b>Língua(gem)e lingüística</b>. Rio de Janeiro: Zahar 1982.  ORLANDI, Eni Puccineli. <b>O que é lingüística?</b> 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. SAUSSURE, Ferdinand. <b>Curso de Lingüística geral</b>. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.  SILVA, Carly. <b>Teoria gerativo-transformacional: uma visão global</b>. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.</p>
--	----	---------------	---	--

	04	Teoria da Literatura I	<p>Reflexão epistemológica acerca do conhecimento científico pela problematização das concepções de ciência moderna e contemporânea, orientando-se a elaboração de diferentes tipos de trabalhos acadêmicos, sistematizados pelas normas da ABNT.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  BRAIT, Beth. <b>A personagem</b>. São Paulo: Ática, 2000.  D'ONOFRIO, Salvatore. <b>Teoria do texto 1: prolegômenos e teoria narrativa</b>. São Paulo: Ática, 2006.  _____. <b>Teoria do Texto 2 – Teoria da lírica e do drama</b>. São Paulo: Ática, 2005.  GOLDSTEIN, Norma. <b>Versos, sons, ritmos</b>. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2007. Coleção Princípios.  SAMUEL, Rogel (org.). <b>Novo Manual de teoria literária</b>. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.  SOUZA, Roberto Acízelo de. <b>Teoria da literatura</b>. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007. Coleção Princípios.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  ARISTÓTELES. HORÁCIO.  LONGINO. <b>A poética clássica</b>. Trad. Jaime Bruno. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.  CANDIDO, Antonio. <b>Na sala de aula: Caderno de análise literária</b>. São Paulo: Ática, 1985.  COELHO, Nelly Novaes. <b>Literatura e linguagem: a obra literária e a expressão lingüística</b>. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.  EAGLETON, Terry. <b>Teoria da Literatura: uma introdução</b>. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.  EIKHENBAUN, Boris et al. <b>Teoria da literatura: Formalistas russos</b>. Trad. Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. 4.ed. Porto Alegre: Globo, 1978.  GONÇALVES, Magaly Trindade, BELLODI, Zina C. <b>Teoria da literatura “revisitada”</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.  LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Refina. <b>A Leitura Rarefeita – Leitura e livro no Brasil</b>. São Paulo: Ática, 2002.  MOISÉS, Carlos Felipe. <b>Poesia não é difícil: introdução à análise do texto poético</b>. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1996.  PROENÇA FILHO, Domício. <b>A linguagem literária</b>. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987. Série Princípios.  SOARES, Angélica. <b>Gêneros literários</b>. São Paulo: Ática, 1993. Série Princípios.  TAVARES, Hênio. <b>Teoria Literária</b>. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.  TREVISAN, Armindo. <b>A Poesia: uma iniciação à leitura poética</b>. Porto Alegre: Uniprom, 2000.</p>
--	----	------------------------	---	---

	05	Metodologia da Pesquisa	Universo fonético e fonológico: conceitos, traços distintivos, símbolos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro. <b>Metodologia Científica</b>. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.  FACHIN, Odília. <b>Fundamentos da Metodologia</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.  FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação</b>. 16.ed. Porto Alegre: [S. n.], 2012.  LAKATOS, Eva; MARCONI, Maria de A.. <b>Metodologia Científica</b>. São Paulo: Atlas, 2000.  NOGUEIRA, Maria Teresa Duarte (org.). <b>Normas técnicas para apresentação de tese, dissertação, monografia, artigo de publicação periódica e resenha</b>. Bagé: URCAMP, 2002.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BAGNO, Marcos. <b>Pesquisa na escola – o que é; como se faz</b>. São Paulo: Loyola, 2002.  KÖCHE, José Carlos. <b>Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</b>. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.  LUCKESI, Cipriano. et al. <b>Fazer Universidade: uma proposta metodológica</b>. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.  MATTAR, João. <b>Metodologia científica na era da informática</b>. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>
		Prática Pedagógica		
2º	06	Língua Portuguesa II	Universo fonético e fonológico: conceitos, traços distintivos símbolos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  MAIA, Eleonora Motta. <b>No reino da fala: a linguagem e os sons</b>. São Paulo: Ática, 2003.  MALMBERG, Bertil (1954). <b>A Fonética: no mundo dos sons da linguagem</b>. Lisboa: Livros do Brasil – Lisboa, s.d.  FERREIRA NETO, Waldemar. <b>Introdução à fonologia da língua portuguesa</b>. 2.ed. São Paulo: Paulistana, 2011.  SILVA, Thais Cristóforo. <b>Fonética e Fonologia do Português</b>. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  CÂMARA, Joaquim Matoso J. <b>Estudos da Língua Portuguesa</b>. Petrópolis: Vozes, 1998.  LEITE, Ione &amp; CALLON. <b>Iniciação à Fonética e à Fonologia</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.  SILVA, Myrian Barbosa. <b>Leitura, ortografia e fonologia</b>. São Paulo: Ática, 1997.  SILVA, Thais Cristifaro. <b>Dicionário de fonética e fonologia</b>. São Paulo: Contexto, 2011.</p>

	07	Língua Espanhola II	Aspectos morfológicos: singularidade das classes e funções.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  J. GARCÍA, Maria de los Ángeles &amp; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Josephine. <b>Español sin fronteras : curso de lengua española.</b> Volumen 1. São Paulo: Scipione, 2005.  _____. <b>Español sin fronteras : curso de lengua española.</b> Volumen 2. São Paulo : Scipione, 2005.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros.</b> São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  ALVES, Adda Nari M., MELLO, Angélica. <b>Mucho: español para brasileños.</b> São Paulo: Moderna, 2000.  BON, Francisco Matte. <b>Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea.</b> Tomo II. Madrid: Edelsa, 2000.  FRANCH, Juan Aalcina. &amp; BLECUA, José Manuel. <b>Gramática Española.</b> Barcelona: Editorial Ariel, 1989.  HERMOSO, Alfredo González. <b>Conjugar es fácil en español.</b> Madrid: Hatier, 1996.  REGUIERO, Miguel Angel Valmaseda. <b>Orientaciones para la enseñanza de la pronunciación en la clase de español como lengua extranjera.</b> Montevideo: Oltaver S.A., 1995.</p>
	08	Linguística II	Psicolinguística e o ensino de línguas 1 e 2 e sua aplicação em sala de aula. Modelos Teóricos de aquisição da linguagem.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  DEL RÉ, Alessandra (org.). <b>Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolingüística.</b> São Paulo: Contexto, 2006.  FIORIN, José Luiz (organização). <b>Introdução à Lingüística- princípios de análise.</b> São Paulo: Contexto, 2003. (v.2)  MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à lingüística 1.</b> São Paulo: Cortez, 2005.  MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à lingüística 2- domínios e fronteiras.</b> São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  DUBOIS, Jean et ali. <b>Dicionário de lingüística.</b> São Paulo: Cultrix, 1978.  LAMPRECHT, Regina Ritter. <b>Pesquisas em aquisição da linguagem.</b> Porto Alegre: PUCRS, 2005.  FIORIN, José Luiz (organização). <b>Introdução à Lingüística - objetos teóricos.</b> São Paulo: Contexto, 2003. (v.1)</p>

09	Teoria da Literatura II	Movimentos críticos e sua evolução. Abordagens literárias.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  D'ONOFRIO, Salvatore. <b>Teoria do Texto 1 – Prolegômenos e teoria da narrativa</b>. São Paulo: Ática, 1995.  MASSAUD, Moisés. <b>A Criação Literária – Prosa II</b>. São Paulo: Cultrix, 1998.  SAMUEL, Rogel. <b>Novo Manual de Teoria Literária</b>. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.  SOUZA, Roberto Acízelo de. <b>Teoria da literatura</b>. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007. Coleção Princípios.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  CARVALHAL, Tânia Franco. <b>Literatura Comparada</b>. 4.ed. São Paulo: Ática, 2003.  _____. <b>O Próprio e o Alheio – Ensaio de Literatura Comparada</b>. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.  JOBIM, José Luis (org.) <b>Palavras da Crítica – Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura</b>. Rio de Janeiro: Imago, 1992.  LIMA, Luiz Costa. <b>Teoria da Literatura em suas Fontes</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. I e II.  MOISÉS, Leyla Perrone. <b>Texto, Crítica, Escrita</b>. São Paulo: Ática, 1993.  SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. <b>Teoria da Literatura</b>. 8.ed. Coimbra: Almedina, 1993. Vol. I e II.  ZILBERMANN, Regina. <b>Estética da Recepção e História</b>. São Paulo: Ática, 1989.</p>
10	Filosofia da Educação	Estudo de teorias filosóficas que embasam paradigmas, nos quais o processo educativo se desenvolve.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  GHIRALDELLI, Junior Paulo. <b>Filosofia da Educação</b>. São Paulo: Ática, 2006.  SANTOS, Clóvis Roberto dos. <b>Ética, Moral e competência dos profissionais de Educação</b>. São Paulo: Avercamp, 2004.  SABINATO, Marina. <b>A educação do século XXI: a urgência de uma educação moral</b>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Filosofia da educação</b>. São Paulo: Cortez, 2011.  TOBIAS, Jose Antonio. <b>Filosofia da educação</b>. Editora Ave Maria, [s.d.].  ARANHA, Maria Lucia De Arruda. <b>Filosofia da educação</b>. 3.ed. Moderna Editora, 2006.  PORTO, Leonardo Sartori. <b>Filosofia da educação</b>. São Paulo: Zahar, 2006.  GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. <b>Filosofia da educação</b>. São Paulo: Ática, 2007.</p>
Prática Pedagógica			

3º	11	Língua Portuguesa III	Aspectos morfológicos: singularidade das classes e funções.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  KEHDI, Valter. <b>Morfemas do Português</b>. 6 ed. São Paulo: Ática, 2003.  KOCH, Ingedore Vilhaça &amp; SOUZA e Silva, Maria Cecília Perez. <b>Linguística aplicada ao português: morfologia</b>. São Paulo: Cortez, 2003.  _____. <b>Linguística aplicada ao português: sintaxe</b>. São Paulo: Cortez, 2002.  NEVES, Maria Helena Moura. <b>Gramática de usos do português</b>. São Paulo: UNESP, 2000.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BASÍLIO, Margarida. <b>Formação e classes de palavras do português do Brasil</b>. São Paulo: Contexto, 2004.  CARONE, Flavia de Barros. <b>Morfossintaxe</b>. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001.  FERREIRA, Maria A. S. de C.. <b>Estrutura e formação de palavras</b>. São Paulo: Atual, 2003.  PERINI, Mário A. <b>Gramática descritiva do português</b>. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.  ROCHA, Luiz Carlos de Assis. <b>Estruturas morfológicas do português</b>. Belo Horizonte: UFMG, 1998.  SANDMANN, Antonio José. <b>Morfologia lexical</b>. São Paulo: Ática, 1989.</p>
----	----	-----------------------	---	--

	12	Língua Espanhola III	Classes e funções: aspectos semânticos e pragmáticos.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  J. GARCÍA, Maria de los Ángeles &amp; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Josephine. <b>Español sin fronteras : curso de lengua española.</b> Volumen 2. São Paulo: Scipione, 1996.  _____. <b>Español sin fronteras : curso de lengua española.</b> Volumen 3. São Paulo: Scipione, 1996.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros.</b> São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  BRUNO, Fátima Aparecida T. Cabral, MENDOZA, Maria Angélica Costa L. <b>Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica.</b> Nivel básico. São Paulo: Saraiva, 1997.  FRANCH, Juan Aalcina. &amp; BLECUA, José Manuel. <b>Gramática Española.</b> Barcelona: Editorial Ariel, 1989.  HERMOSO, Alfredo González. <b>Conjugar es fácil en español.</b> Madrid: Hatier, 1996.  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos.</b> Buenos Aires: Santillana, 1996.  SANCHEZ, Aquilino et alli. <b>Gramática práctica de español para extranjeros.</b> 13a. ed. Madrid: SGEL, 1993.</p>
--	----	----------------------	---	---

13	Sociologia da Educação	Estudo das teorias da sociologia da educação compreendidas na modernidade e pós-modernidade.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  ENGUITA, Mariano F. <b>Educar em tempos incertos</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.  FERRETTI, Celso. <b>Trabalho, formação e currículo</b>. São Paulo: Xamã, 1999.  OLIVEIRA, Dalila do Amaral e DUARTE, Marisa R.T. (orgs.). <b>Política e trabalho na escola</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BOURDIEU, Pierre. <b>O poder simbólico</b>. Lisboa: Difel, 1989.  CAPRA, Fritjof. <b>A teia da vida</b>. São Paulo: Cultrix, 1996.  CASTELLS, Manuel. <b>A sociedade em rede</b>. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra 2002.  FREITAG, Bárbara. <b>Escola, estado e sociedade</b>. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980.  MORIN, Edgar. <b>Os sete saberes necessários à Educação do Futuro</b>. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.  SANTOS, Boaventura de Sousa. <b>Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade</b>. Porto: Afrontamento, 1998.  _____. <b>A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência</b>. São Paulo: Cortez, 2000.  _____. <b>Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>
14	Literatura e Cultura Portuguesa	Poesia, narrativa e drama: das origens à contemporaneidade e seu contexto sociopolítico e cultural correspondente.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  MOISÉS, Massaud. <b>A Literatura Portuguesa</b>. São Paulo: Cultrix, 2005.  _____. <b>A Literatura Portuguesa através dos textos</b>. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 2004.  SARAIVA, António José. <b>Iniciação à Literatura Portuguesa</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  ABDALA JR, Benjamim e PASCHOALIN, Maria Aparecida. <b>História Social da Literatura Portuguesa</b>. São Paulo: Ática, 1982.  ALVES, José Edil de Lima. <b>História da literatura portuguesa: fundamentos de geografia e de história</b>. Canoas: ULBRA, 2001.  COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). <b>Dicionário de literatura: brasileira / portuguesa / galega e estilística literária</b>. Porto: Figueirinhas, 1978. Vol. I, II, III.  MOISÉS, Massaud. <b>Dicionário de termos literários</b>. São Paulo: Cultrix: 1982.  REIS, Carlos. <b>O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários</b>. Coimbra: Almedina, 1995.  SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. <b>História da literatura portuguesa</b>. Porto: Porto, 1976.</p>

	15	Psicologia da Educação	Estudo dos aspectos biopsicosociais e emocionais do jovem e do adulto e suas implicações no processo de aprendizagem.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  ANTUNES, Celso. <b>Como Desenvolver Conteúdos Explorando as Inteligências Múltiplas</b>. Petrópolis –RJ: Editora Vozes, 2002 .  ATKINSON, Rita L.. <b>Introdução à Psicologia</b>. 11a. edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.  BOCK ,A. M. e outros. <b>Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia</b>. 13a. ed. Rio de Janeiro: Saraiva 1999.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  D'ÁNDREA , Flavio Fortes. <b>Desenvolvimento da Personalidade</b>. Rio de Janeiro: Difel, 1978.  MARQUES, Juraci C. . <b>Compreensão do Comportamento</b>. Porto Alegre: Globo, 1979.  OSÓRIO , L. C. <b>Adolescente hoje</b>. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.  RONCA, Paulo Afonso Caruso. <b>O pensamento parece uma coisa à-toa-caminhos que levam o pensar ao conhecimento</b>. São Paulo: Esplan, 2001.  TELES, Antônio Xavier. <b>Psicologia Moderna</b> . São Paulo: Ática, 1990.</p>
		Prática Pedagógica		

4º	16	Língua Portuguesa IV	Classes e funções: aspectos semânticos e pragmáticos	<p><b>Bibliografia Básica</b>          KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça e SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez. <b>Linguística aplicada ao português: sintaxe</b>. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2004.          MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à linguística 2 – domínios e fronteiras</b>. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2004. v. 3.          PERINI, Mário A. <b>Gramática descritiva do português</b>. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>          AZEREDO, José Carlos de. <b>Iniciação à sintaxe do português</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.          CARONE, Flávia de Barros. <b>Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes</b>. 6. Ed. São Paulo: Ática, 2001.          GERALDI, João Vanderlei &amp; ILARI, Rodolfo. <b>Semântica</b>: Ática, 1998.          GUIMARÃES, Eduardo. <b>Semântica do acontecimento</b>. Campinas, SP: Pontes, 2001.          ILARI, Rodolfo. <b>Introdução à semântica: brincando com a gramática</b>. São Paulo, Contexto, 2001.          MARQUES, Maria Helena D. <b>Iniciação à Semântica</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.          NEVES, Maria Helena Moura. <b>Gramática de usos do português</b>. São Paulo: UNESP, 2000.          PERINI, Mário A. <b>Sofrendo a Gramática</b>. São Paulo: Ática, 1997.</p>
----	----	----------------------	--	--

17	Língua Espanhola IV	Classes e funções: aspectos semióticos	<p><b>Bibliografia Básica</b>  FANJUL, Adrián Pablo. <b>Gramática y Práctica de Español para brasileños</b>. São Paulo: Santillana, 2005.  J. GARCÍA, Maria de los Ángeles &amp; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Josephine. <b>Español sin fronteras : curso de lengua española</b>. Volumen 3. São Paulo: Scipione, 2005.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros</b>. São Paulo: Saraiva 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  FRANCH, Juan Aalcina. &amp; BLECUA, José Manuel. <b>Gramática Española</b>. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.  HERMOSO, Alfredo González. <b>Conjugar es fácil en español</b>. Madrid: Hatier, 1996.  REGUIERO, Miguel Angel Valmaseda. <b>Orientaciones para la enseñanza de la pronunciación en la clase de español como lengua extranjera</b>. Montevideo: Oltaver S.A., 1995.  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos</b>. Buenos Aires: Santillana, 1996.  SECO, Manuel. <b>Gramática esencial del español</b>. Madrid: Espasa Calpe, S.A., 1996.</p>
18	Literatura Brasileira I	Poesia e drama: das origens à contemporaneidade	<p><b>Bibliografia Básica</b>  BOSI, Alfredo. <b>História Concisa da Literatura Brasileira</b>. São Paulo: Cultrix, 2003..  COUTINHO, Afrânio. <b>Introdução à Literatura no Brasil</b>. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.  MOISÉS, Massaud. <b>A Literatura Brasileira através dos textos</b>. 20. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 1998.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  CANDIDO, Antonio &amp; CASTELLO, J. Aderaldo. <b>Presença da Literatura Brasileira I - das origens ao romantismo</b>. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.  CANDIDO, Antonio. <b>Formação da Literatura Brasileira</b>. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.  COELHO, Nelly Novaes. <b>Literatura &amp; Linguagem: a obra literária e a expressão lingüística</b>. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 1993.  ZILBERMAN, Regina. <b>A Terra em que Nasceste - imagens do Brasil na literatura</b>. Porto Alegre: UFRGS, 1994.</p>

19	Literatura e Cultura Espanhola	Poesia, narrativa e drama: das origens à contemporaneidade e contexto sociopolítico e cultural correspondente.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  LOPRETE, Carlos. <b>A. Literatura Espanhola</b>. Buenos Aires: Plus, 1992.  YACUBSOHN, Fernández. <b>Literatura Española</b>. Espanha: EDITORIAL, 1995.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  HAZAS, Rey &amp; JUAN, M. Marin. <b>Antología de la literatura española</b>. Madrid: SGEL, 1997.  CALDERÓN, E. Demétrio. <b>Breve dicionário de termos literários</b>. Madrid, Alianza Editorial, 2000.  LORCA, F. García. <b>Bodas de Sangre</b>. Madrid, Colección Austral, 2002.  MOREJÓN, J. García. <b>Federico García Lorca – La palabra del amor y de la muerte</b>. São Paulo, Faculdade Ibero-Americana, 1998.  SAMUEL, Rogel. <b>Novo manual de teoria literária</b>. Petrópolis, Vozes, 2002.  UREÑA, Pedro Henríquez. <b>Las corrientes Literarias en la América Hispánica</b>. Fondo de Cultura Económica, México, 1978.</p>
20	Didática	Estudo e análise das perspectivas interdisciplinares, com propostas de intervenções pedagógicas.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa (orgs.). <b>Ensinar a ensinar: Didática para a escola fundamental e Médio</b>. São Paulo: Pioneira Thompson Learning Ltda, 2001.  DERVAL, Juan. <b>Crescer e Pensar: a construção do conhecimento na escola</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.  LIBÂNIO, José Carlos. <b>Didática</b>. São Paulo: Cortez, 1991.  LÜCK, Heloísa. <b>Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos</b>. 7a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.  VASCONCELLOS, Celso dos S. <b>Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico no cotidiano da sala de aula</b>. São Paulo: Libertad, 2002.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  GANDIN, Danilo. <b>A prática do planejamento participativo na educação</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.  HAYDT, Regina Célia Cazaux. <b>Curso de Didática Geral</b>. São Paulo: Ática, 1997.</p>

	21	Políticas Educacionais	Análise do processo de ordenamento político e legal da educação brasileira e seus condicionantes.	<p><b>Bibliografia Básica</b></p> <p>CAMARGO, Ieda (org.) <b>Gestão e política da educação</b>. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2006.</p> <p>PERONI, Vera. <b>Papel do Estado nos anos 90</b>. São Paulo: Xamã, 2004.</p> <p>___et. al. (orgs.) <b>Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal</b>: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. Série Política e Gestão da Educação.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação Escolar: políticas, estruturas e organização</b>. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. <b>Legislação educacional brasileira</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2000.</p> <p>FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). <b>Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios</b>. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p><b>Legislação:</b></p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96</p> <p>Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação</p> <p>Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Fundef</p> <p>FUNDEB</p>
		Prática Pedagógica		

5º	22	Língua Portuguesa V	Classes e funções: aspectos semióticos.	<p><b>Bibliografia Básica</b></p> <p>BARROS, Diana Luz Pessoa. <b>Teoria semiótica do texto</b>. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>FIORIN, José Luiz (organização). <b>Introdução à Lingüística - princípios de análise</b>. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos</b>. São Paulo, Cortez, 2004. v. 3.</p> <p>SANTAELLA, Lúcia. <b>O que é semiótica</b>. 19. reimp. São Paulo: Brasiliense, s.d.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>DEELY, John. <b>Semiótica básica</b>. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>FIORIN, José Luiz. <b>Elementos de análise do discurso</b>. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>_____. <b>As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo</b>. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. <b>Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem</b>. Campinas, São Paulo, Pontes, 1995.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça. <b>Desvendando os segredos do texto</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>PEIRCE, Charles Sanders. <b>Semiótica</b>. Trad. J. Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.</p> <p>PIGNATARI, Décio. <b>Semiótica &amp; literatura</b>. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial: 2004.</p>
----	----	---------------------	--	---

	23	Língua Espanhola V	Textualidade. Polifonia e sentido. Tipologia e mecanismos textuais.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  FANJUL, Adrián Pablo. <b>Gramática y Práctica de Español para brasileños</b>. São Paulo: Santillana, 2005.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros</b>. São Paulo: Saraiva 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  BON, Francisco Matte. <b>Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea</b>. Tomos I. Madrid: Edelsa, 2000.  _____. Francisco Matte. <b>Gramática comunicativa del español: de la idea a la lengua</b>. Tomos II. Madrid: Edelsa, 2000.  BRUNO, Fátima Aparecida T. Cabral, MENDOZA, Maria Angélica Costa L. <b>Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica</b>. Nivel básico. São Paulo: Saraiva, 1997.  PALACIOS, Mônica. <b>Espanhol para o ensino médio</b>. vol. único. São Paulo: Scipione, 2004.  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos</b>. Buenos Aires: Santillana, 1996.  SECO, Manuel. <b>Gramática esencial del español</b>. Madrid: Espasa Calpe, S.A., 1996.</p>
--	----	--------------------	---	---

	24	Literatura brasileira II	Narrativa: das origens à contemporaneidade.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  BOSI, Alfredo. <b>História concisa da Literatura Brasileira</b>. São Paulo: Cultrix, 2003.  LAJOLO, Marisa. <b>Como e por que ler o romance brasileiro</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  ABDALA JÚNIOR, Benjamin. <b>Introdução à análise da narrativa</b>. São Paulo: Scipione, 1995. Col. Margens do Texto.  BAKHTIN, Mikhail. <b>Questões de Literatura e Estética – A Teoria do Romance</b>. 5.ed. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.  BRAIT, Beth. <b>A personagem</b>. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995. Série Princípios.  _____. Antonio. <b>A personagem de ficção</b>. São Paulo: Perspectiva, 2005.  D'ONOFRIO, Salvatore. <b>Teoria do texto 1: Prolegômenos e teoria da narrativa</b>. São Paulo: Ática, 1995.  _____. <b>Literatura Ocidental: autores e obras fundamentais</b>. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.  REUTER, Yves. <b>A Análise da narrativa: O texto, a ficção e a narração</b>. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.  SANTOS, Pedro Brum. <b>Teorias do romance: relações entre ficção e história</b>. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.  VERISSIMO, Erico. <b>Breve História da Literatura Brasileira</b>. Trad. Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995.</p>
--	----	--------------------------	---	---

	25	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	Interatividade no ensino da língua Portuguesa, nos seus aspectos semânticos, pragmáticos, lexicais e semióticos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b>. 12 ed. São Paulo: Ática, 2003.  GERALDI, João Wanderley e CITELLI, Beatriz (coords.). <b>Aprender e ensinar com textos de alunos</b>. São Paulo: Cortez, 2004.  KLEIMAN, Angela. <b>Oficina de leitura - teoria e prática</b>. 10. ed. São Paulo: Pontes, 2004.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  AYRES, Antônio Tadeu. <b>Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor</b>. Petrópolis: Vozes, 2004.  CAETANO, Santa Inês P. e SOUZA, Luana s. de. <b>Ensino de língua e literatura: alternativas metodológicas – Tomo II</b>. Canoas: ULBRA, 2004.  FAVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lucia C.V.O &amp; AQUINO, Zilda. <b>Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de Língua materna</b>. São Paulo: Cortez, 2005.  GERALDI, João Vanderlei. <b>Linguagem e Ensino</b>. Campinas: Mercado de Letras, 2002.  MEC. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa</b>. Brasília: MEC/SEF, 1998.  NEVES, Iara C. B.; SOUZA, Jusamara V.; GUEDES, Paulo Coimbra (org.). <b>Ler e escrever: compromisso de todas as áreas</b>. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, UFRGS, 1998.  NEVES, Maria Helena Moura. <b>Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa</b>. São Paulo: Contexto, 2003.  PIMENTA, Selma Garrido. <b>Estágio e docência – docência em formação – saberes pedagógicos</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</p>
--	----	--	--	--

	26	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Estudo da LIBRAS como uma forma de comunicação e inclusão.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  FELIPE, Tanya. <b>Libras em contexto: curso Básico</b>. Rio de Janeiro: LIBRAS Ed., 2007.  QUADROS, Ronice Muller. <b>Idéias para ensinar português para alunos surdos</b>. Brasília, MEC/SEESP, 2006.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  ALMEIDA, Elizabeth et al. <b>Atividades ilustradas em LIBRAS</b>. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda.  CORREA, J. M. <b>Surdez e os fatores que acompanham o método auditivovisual da linguagem oral</b>. Rio de Janeiro, RJ., Ateneu, 2001.  LAMPRECHT, Regina Ritter. <b>Pesquisas em aquisição da linguagem</b>. Porto Alegre: PUCRS, 2005.  PIAGET, J. <b>A equilibração das estruturas cognitivas</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.  VIGOTSKY, L.S. <b>Pensamento e linguagem</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1987.  <b>MINISTERIO DA EDUCAÇÃO</b>. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva. n-1 A fundamentação filosófica. Brasília, 2004.  <b>REVISTA ESPAÇO</b>. INES- edição comemorativa 140 anos. Colaboração: Solange Rocha. Belo Horizonte: Littera, 1997. Edição Semestral.  _____. <b>Informativo técnico-científico do INES</b>. n-24. Rio de Janeiro: julho-dezembro 2005.</p>
--	----	--------------------------------------	--	---

	27	Língua e Cultura Latina	<p>Língua Latina: origem, evolução e estrutura. A A romanização: a expansão e a diferenciação do Latim. Correlação entre estruturas linguísticas do Latim, do Português, do Espanhol e do Inglês. Diferenças entre o Latim Clássico e o Latim Vulgar.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  ALMEIDA, Napoleão Mendes de. <b>Gramática Latina</b>. São Paulo: Saraiva, 2000.  CARDOSO, Zélia de Almeida. <b>A Literatura Latina</b>. Porto Alegre: Mercado Aberto: 2003.  RÔNAI, Paulo. <b>Não perca o seu latim</b>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BACHINSKI, Carlos. <b>Latim: língua e direito vivos</b>. Curitiba: Juruá, 1999.  BRITO, Gilda S de. <b>Literatura Latina – síntese histórica</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Souza Marques, 1981.  CÂMARA, Jr., Joaquim Mattoso. <b>História e estrutura da Língua Portuguesa</b>. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.  COUTINHO, Ismael de Lima. <b>Pontos de Gramática Histórica</b>. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.  D'ONOFRIO, Salvatore. <b>A Literatura Ocidental. Autores e obras fundamentais</b>. São Paulo: Ática, 1997.  FONTANA, Dino F. <b>Curso de Latim</b>. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.  FURLAN, Oswaldo Antônio. <b>Latim para o Português</b>. Florianópolis: UFSC, 1978.  GARCIA, Janete Melasso. <b>Língua Latina: a teoria sintática na prática dos textos</b>. Brasília: EdUNB, 1997.  GARCIA, Janete Melasso; CASTRO, Jane A. R. Ottoni de. <b>Dicionário gramatical de latim – nível básico</b>. Brasília: Ed. da UNB, 2003.  NÓBREGA, Vandick L. da. <b>A presença do Latim</b>. INEP/MEC, 1992. Vol. 1 e 2.  RESENDE, Antônio Martinez de. <b>Latina Essentia – preparação ao latim</b>. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996.  RÔNAI, Paulo. <b>Curso básico de Latim I – Gradus Primus</b>. São Paulo: Cultrix, 2000.</p>
		Prática Pedagógica		

6º	28	Língua Portuguesa VI	Análise discursiva: sujeito, língua(gem) e ideologia.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  FIORIN, José Luiz (organização). <b>Introdução à Lingüística - princípios de análise</b>. São Paulo: Contexto, 2003. v.2.  _____. <b>Elementos de análise do discurso</b>. 13.ed. São Paulo: Contexto, 2005.  GADET, Françoise &amp; HACK, Tony (orgs.) <b>Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux</b>. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.  ORLANDI, Eni P. <b>Análise de discurso: princípios e procedimentos</b>. Campinas: Pontes, 2005.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BENVENISTE, Emile. <b>Problemas de lingüística geral II</b>. tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.  FIORIN, José Luiz. <b>Linguagem e ideologia</b>. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.  INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). <b>Os múltiplos territórios da análise do discurso</b>. Porto Alegre: Sagra luzzatto, 1999.  GUIMARÃES, Eduardo. <b>Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem</b>. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.  MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à lingüística 2 - domínios e fronteiras</b>. São Paulo: Cortez, 2004.  ORLANDI, Eni. <b>Discurso e texto</b>. Campinas: Pontes, 2001.  PÊCHEUX, Michel. <b>O discurso: estrutura ou acontecimento?</b> São Paulo: Pontes, 2002.  POSSENTI, Sírio. <b>Discurso, estilo e subjetividade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>
----	----	----------------------	---	--

	29	Língua Espanhola VI	Conversa�o e seus mecanismos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. <b>Mucho: espa�ol para brasile�os.</b> São Paulo: Moderna, 2004.  FANJUL, Adrián Pablo. <b>Gramática y Práctica de Espa�ol para brasile�os.</b> São Paulo: Santillana, 2005.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros.</b> São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  FRANCH, Juan Alcina. &amp; BLECUA, José Manuel. <b>Gramática Espa�ola.</b> Barcelona: Editorial Ariel, 1989.  HERMOSO, Alfredo González. <b>Conjugar es fácil en español.</b> Madrid: Hatier, 1996.  PALACIOS, Mnica. <b>Espanhol para o ensino médio</b> - volume único. São Paulo: Scipione, 2004.  REGUIERO, Miguel Angel Valmaseda. <b>Orientaciones para la enseñanza de la pronunciación en la clase de español como lengua extranjera.</b> Montevideo: Oltaver S.A., 1995.  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos.</b> Buenos Aires: Santillana, 1996.  SANCHEZ, Aquilino et alli. <b>Gramática práctica de espa�ol para extranjeros.</b> 13 ed. Madrid: SGEL, 1993.</p>
--	----	---------------------	-------------------------------	--

	30	Literatura Brasileira III	Literatura infanto-juvenil: história, gênero e manifestações contemporâneas.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ABRAMOVICH, Fanny. <b>Literatura Infantil: gostosuras e bobices</b>. 4.ed. São Paulo: Scipione, 1994.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. <b>A literatura infantil na escola</b>. São Paulo: Global, 1981.</p> <p>_____. <b>Como e por que ler A Literatura Infantil Brasileira</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. <b>Literatura infantil: teoria, análise, didática</b>. São Paulo: Moderna, 2000.</p> <p>LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. <b>Literatura infantil brasileira: história &amp; histórias</b>. São Paulo: Ática, 1984.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>BETTELHEIM, Bruno. <b>A psicanálise dos contos de fadas</b>. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>CADEMARTORI, Lúcia. <b>O que é Literatura infantil</b>. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. <b>Contos de Fadas</b>. In: <i>Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida</i>. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 30-53.</p> <p>CUNHA, Maria Antonieta. <b>A Literatura Infantil Teoria e Prática</b>. 12ª ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>KHÉDE, Sonia Salomão. <b>Personagens da literatura infanto-juvenil</b>. São Paulo: Ática, 1986. Série Princípios.</p> <p>MACHADO, Ana Maria. <b>Como e por que ler os clássicos universais desde cedo</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.</p> <p>MEIRELES, Cecília. <b>Problemas da literatura infantil</b>. São Paulo: Summus, 1979.</p> <p>SANDRONI, Laura. <b>De Lobato a Bojunga – as renaixências renovadas</b>. Rio de Janeiro: Agir, 1987.</p>
--	----	---------------------------	--	---

	31	Lit. e Cult. Hispano-Americana I	Poesia e drama: das origens à contemporaneidade e seu contexto sociopolítico e cultural correspondente.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  OVIEDO, José Miguel. <b>Historia de la literatura hispano-americana. Tomos I,II,III y IV.</b> Alianza Editorial, S.A. , Madrid, 2005.</p> <p>UREÑA, Pedro Henriquez. <b>Las Corrientes Literarias en La América Hispánica.</b> Fondo de Cultura Económica, México, 2001.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  CADEMARTORI, Lúgia. <b>Períodos Literários.</b> São Paulo: Ática, 2002. Série Princípios.</p> <p>HERNÁNDEZ, José. <b>Martín Fierro.</b> 2a. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1999.</p> <p>IMBERT, Enrique Anderson. <b>Historia de la literatura hispanoamericana.</b> Fondo de Cultura Económica, México, 1997.</p> <p>LOPRETE, Carlos A. <b>Literatura Hispanoamericana y Argentina(Tomo II).</b> Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1998.</p> <p>RASO, M Villar. <b>Historia de la literatura hispanoamericana.</b> Madrid: Edelsa, 2000.</p>
--	----	----------------------------------	---	--

32	Metodologia do Ensino da Língua Espanhola	Interatividade no ensino da Língua Espanhola, nos seus aspectos semânticos, pragmáticos, lexicais e semióticos.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. <b>Linguística aplicada – ensino de línguas e comunicação.</b> 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores e Arte Língua, 2007.  ALONSO, Encina. <b>¿Cómo ser profesor/a y querer seguir siéndolo?</b> Madrid: Edelsa, 1999.  GABINATTO, Ana Paula. <b>O ensino de língua estrangeira: metodologias.</b> In: Seminário Século XXI: um novo olhar sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras, 2002, Passo Fundo. <i>Anais.</i> Passo Fundo: UPF Editora, 2002. p. 70-9.  VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <b>Construção do conhecimento em sala de aula.</b> 8ª ed. São Paulo: Libertad, 1999.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia.</b> 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.  UCARELLI, Elisa e CORREA, Élica J. <b>¿Cómo generamos proyectos en el aula?</b> Buenos Aires: Santillana, 1996.  RICHARDS, Jack C. <b>O ensino comunicativo de línguas estrangeiras.</b> São Paulo: SBS, 2006.  _____. <b>Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.</b> 11ª ed. São Paulo: Libertad, 2000.  LOPRETE, Carlos A. <b>Literatura Hispanoamericana y Argentina(Tomo II).</b> Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1998.  RASO, M Villar. <b>Historia de la literatura hispanoamericana.</b> Madrid: Edelsa, 2000.</p>
33	Est.Cur. Sup. I L. Port. Ensino Fund. e Médio	Planejamento e prática da docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  BOSI, Alfredo. <b>História Concisa da Literatura Brasileira.</b> São Paulo: Cultrix, 2003.  ILARI, Rodolfo. <b>A linguística e o ensino da língua portuguesa.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2003.  KLEIMAN, Ângela. <b>Oficina de leitura: teoria e prática.</b> Campinas: Pontes, 2004.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  ANTUNES, Celso. <b>Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender.</b> Porto Alegre: Artmed, 2002.  AYRES, Antônio Tadeu. <b>Prática Pedagógica competente – ampliando os saberes do professor.</b> Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.  BRANDÃO, Helena Nagamini (org). <b>Gêneros do discurso na escola.</b> São Paulo: Cortez, 2000.  BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. <b>Parâmetros</b></p>

				<p><b>Curriculares Nacionais:</b> terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>FLÔRES, Onici &amp; PEREIRA, Vera. <b>O grau dez da leitura:</b> lendo como escritor escrevendo como leitor. Porto Alegre: WS Editor, 2000.</p> <p>FLÔRES, Onici Claro. <b>Ensino de Língua e Literatura.</b> Canoas: Ed. ULBRA, 2001.</p> <p>GERALDI, João Wanderley e CITELLI, Beatriz (coords.). <b>Aprender e ensinar com textos de alunos.</b> São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>KOCH, Ingedore V.; TRAVAGLIA, Luiz C.. <b>Texto e coerência.</b> São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MIGUEL, Emilio Sanches. Trad. Ernani Rosa. <b>Compreensão e redação de textos:</b> dificuldades e ajudas. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>SOUZA, Luana Soares de; CAETANO, Santa Inês Pavinato (orgs.) <b>Ensino de Língua e Literatura: alternativas metodológicas.</b> Tomo II. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.</p> <p>TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <b>Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus.</b> São Paulo: Cortez, 2005.</p>
--	--	--	--	---

7º	34	Língua Portuguesa VII	Análise discursiva: memória e domínios do campo enunciativo I.	<p><b>Bibliografia Básica</b></p> <p>CITELLI, Adilson. <b>Linguagem e persuasão</b>. 16. ed. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (organizadoras). <b>Introdução à lingüística 2 - domínios e fronteiras</b>. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>ORLANDI, Eni P. <b>Análise de discurso: princípios e procedimentos</b>. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>FIORIN, José Luiz. <b>Elementos de análise do discurso</b>. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>GADET, Françoise &amp; HACK, Tony (orgs.) <b>Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux</b>. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. <b>Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem</b>. Campinas: São Paulo, Pontes, 1995.</p> <p>INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). <b>Os múltiplos territórios da análise do discurso</b>. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.</p> <p>ORLANDI, Eni P. <b>Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos</b>. Campinas: Pontes, 2001.</p> <p>PÊCHEUX, Michel. <b>Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio</b>. Campinas: UNICAMP, 1997.</p> <p>POSSENTI, Sírio. <b>Discurso, estilo e subjetividade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>
----	----	-----------------------	--	--

35	Língua Espanhola VII	Conversa�o e produ�o textual I.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. <b>Mucho: espa�ol para brasile�os</b>. São Paulo: Moderna, 2004.  FANJUL, Adrián Pablo. <b>Gramática y Práctica de Espa�ol para brasile�os</b>. São Paulo: Santillana, 1996.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros</b>. São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  BRUNO, Fátima Aparecida T. Cabral, MENDOZA, Maria Angélica Costa L. <b>Hacia el espa�ol: curso de lengua y cultura hisp�nica</b>. Nivel básico. São Paulo: Saraiva, 1997.  FRANCH, Juan Alcina. &amp; BLECUA, José Manuel. <b>Gramática Española</b>. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.  PALACIOS, M�nica. <b>Espanhol para o ensino médio</b>: volume �nico. São Paulo: Scipione, 2004.  REGUIERO, Miguel Angel Valmaseda. <b>Orientaciones para la enseñanza de la pronunciación en la clase de español como lengua extranjera</b>. Montevideo: Oltaver S.A., 1995.  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos</b>. Buenos Aires: Santillana, 1996.  SECO, Manuel. <b>Gramática esencial del español</b>. Madrid: Espasa Calpe, S.A., 1996.</p>
36	Lit e Cult Hispano-Americana II	Narrativa: das origens � contemporaneidade e contexto sociopolítico e cultural correspondente.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  OVIEDO, José Miguel. <b>Historia de la literatura hispano-americana</b>. Tomos I,II,III y IV. Madrid: Alianza Editorial, S.A, 2005.  UREÑA, Pedro Henriquez. <b>Las Corrientes Literarias en La América Hispánica</b>. México: Fondo de Cultura Econ�mica, 2001.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  CADEMARTORI, L�gia. <b>Períodos Literários</b>. Série Princípios. São Paulo: �tica, 2002.  IMBERT, Enrique Anderson. <b>Historia de la literatura hispanoamericana</b>. México: Fondo de Cultura Econ�mica, 1997.  LOPRETE, Carlos. <b>A. Literatura Hispanoamericana y Argentina(Tomo II)</b>. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1998.  RASO, M Villar. <b>Historia de la literatura hispanoamericana</b>. Madrid: Edelsa, 2000.</p>

	37	Literatura Brasileira IV	Literatura Sul-Rio-Grandense: manifestações das origens das origens à contemporaneidade.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  CESAR, Guilhermino. <b>História da literatura no Rio Grande do Sul.</b> Porto Alegre: Globo, 1971.  FISCHER, Luis Augusto. Literatura gaúcha. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.  _____. <b>Um passado pela frente: a poesia gaúcha ontem e hoje.</b> Porto Alegre: UFRGS, 1992.  ZILBERMAN, Regina. <b>A literatura no Rio Grande do Sul.</b> 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.  _____. <b>Roteiro de uma literatura singular.</b> Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BERNARDI, Francisco. <b>As bases da literatura rio-grandense: história, autores e textos.</b> 3.ed. Porto Alegre: AGE, 1997.</p> <p>BOSSLE, Batista. <b>Dicionário gaúcho brasileiro.</b> Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.  HOLFELDT, Antônio. <b>Antologia da literatura rio-grandense contemporânea.</b> Porto Alegre: L&amp;PM, 1979.  SCHÜLER, Donaldo. <b>A poesia no Rio Grande do Sul.</b> Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.</p>
--	----	--------------------------	--	---

	38	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	Leituras, resenhas e elaboração do projeto de pesquisa	<p><b>Bibliografia Básica</b>  CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro. <b>Metodologia Científica</b>. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.  DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORH, Geraldo Balduino. <b>Orientações para elaboração de Projetos e Monografias</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.  FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação</b>. 14.ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2006.  TEIXEIRA, Elizabeth. <b>As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  FACHIN, Odília. <b>Fundamentos de Metodologia</b>. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.  KÖCHE, José Carlos. <b>Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</b>. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.  LAKATOS, Eva Maria. <b>Fundamentos de Metodologia</b>. São Paulo: Atlas 2001.  LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerson de. <b>Construindo o conhecimento pela pesquisa. Orientação básica para elaboração de trabalhos científicos</b>. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.  MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. <b>Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso</b>. São Paulo: Atlas, 2000.  SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>
--	----	--	--	---

	39	Est. Curr.Sup.II L. Esp. Ensino Fund. e Médio	Planejamento e prática da docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.	<p><b>Bibliografia Básica</b>  ALONSO, Encina. <b>¿Cómo ser profesor/a y querer seguir siéndolo?</b> Madrid: Edelsa, 1999.  GABINATTO, Ana Paula. <b>O ensino de língua estrangeira: metodologias.</b> In: Seminário Século XXI: um novo olhar sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras, 2002, Passo Fundo. Anais. Passo Fundo: UPF Editora, 2002. p. 70-9.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de espanhol para brasileiros.</b> 2a. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  ALVES, Adda-Nari M.; ALVES, Angélica Mello. <b>¡Vale! Español para brasileños.</b> São Paulo: Moderna, 1998. v. 2, 3.  GARCÍA, María de los Ángeles J.; HERNÁNDEZ, Josephine Sánchez. <b>Español sin fronteras: curso de lengua española.</b> 2a. ed. São Paulo: Scipione, 2001. v. 1, 2  GASPAR, Tânia M. <b>Niños y niñas: ensino fundamental.</b> São Paulo: Scipione, 2001. v. 3, 4.  PIMENTA, Selma Garrido. <b>Estágio e docência – docência em formação – saberes pedagógicos.</b> São Paulo: Cortez, 2004.  TOMLINSON, Brian; MASUHARA, Hitomi. <b>A elaboração de materiais para cursos de idiomas.</b> São Paulo: SBS, 2005.  VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <b>Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.</b> 11a. ed. São Paulo: Libertad, 2000.</p>
--	----	---	---	--

8º	40	Língua Portuguesa VIII	Análise discursiva: memória e domínios do campo enunciativo II.	<p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>FIORIN, José Luiz. <b>Elementos de análise do discurso</b>. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>GADET, Françoise &amp; HACK, Tony (orgs.) <b>Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux</b>. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. <b>Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem</b>. Campinas: São Paulo, Pontes, 1995.</p> <p>INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). <b>Os múltiplos territórios da análise do discurso</b>. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.</p> <p>ORLANDI, Eni P. <b>Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos</b>. Campinas: Pontes, 2001.</p> <p>PÊCHEUX, Michel. <b>Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio</b>. Campinas: UNICAMP, 1997.</p> <p>POSSENTI, Sírio. <b>Discurso, estilo e subjetividade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>
----	----	------------------------	---	---

	41	Língua Espanhola VIII	Conversa�o e produ�o textual II	<p><b>Bibliografia Básica</b>  ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. <b>Mucho: espa�ol para brasile�os</b>. São Paulo: Moderna, 2004.  FANJUL, Adrián Pablo. <b>Gramática y Práctica de Espa�ol para brasile�os</b>. São Paulo: Santillana, 1996.  MILANI, Esther Maria. <b>Gramática de Espanhol para brasileiros</b>. São Paulo: Saraiva 2000.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>  BRUNO, Fátima Aparecida T. Cabral, MENDOZA, Maria Angélica Costa L. <b>Hacia el espa�ol: curso de lengua y cultura hisp�nica</b>. Nivel básico. São Paulo: Saraiva, 1997.  FRANCH, Juan Alcina. &amp; BLECUA, José Manuel. <b>Gramática Española</b>. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.  PALACIOS, M�nica. <b>Espanhol para o ensino médio</b>: volume �nico. São Paulo: Scipione, 2004.  REGUIERO, Miguel Angel Valmaseda. <b>Orientaciones para la enseñanza de la pronunciación en la clase de español como lengua extranjera</b>. Montevideo: Oltaver S.A., 1995.  RODRÍGUEZ, María Elena et alli. <b>La lengua y los textos</b>. Buenos Aires: Santillana, 1996.  SECO, Manuel. <b>Gramática esencial del espa�ol</b>. Madrid: Espasa Calpe, S.A., 1996.</p>
--	----	-----------------------	---------------------------------	---

42	Educação Inclusiva	Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  CUNHO, Eugênio. <b>Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade</b>. Rio de Janeiro: WAK, 2011.  FIGUEIRA, Emílio. <b>O que é educação inclusiva</b>. São Paulo: Brasiliense, 2011. Coleção Primeiros Passos.  PRIETO, Rosângela Gavioli (org.). <b>Inclusão escolar</b>. São Paulo: Summus, 2011.  BRASIL. Declaração de Salamanca. <a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf">portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf</a> acessado em 13 dezembro de 2004.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  AGUIAR, João Serapião de. Educação inclusiva: jogos para o ensino de conceitos. Campinas: Papyrus, 2004, 96 p.  ALVES, Fátima. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: WAK, 2003, 129 p.  ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. Campinas: Papyrus, 6ª ed., 2003. 120 p.  CASTANHEIRA, Maria Lúcia. Aprendizagem Contextualizada, discurso e inclusão na sala de aula, São Paulo, Ed. Autêntica. 2004.  CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. 174 p.  MANTOAN, Maria Teresa Eglér (coord.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/Senac, 1997.  REILY, Lucia Helena. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004.  STAINBACK, S. &amp; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>
43	Disciplina Eletiva		<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  COSTA, S.F. (1992). Introdução Ilustrada à Estatística. 2 ed. São Paulo: Harbra.  CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19a ed. São Paulo: Saraiva. 2009.  MORETTIN, P. A. &amp; BUSSAB, W. O. Estatística Básica. 6a ed. São Paulo: Saraiva. 2010.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  CALLEGARI-JACQUES, S. M. (2003). Bioestatística: princípios e aplicações. Porto alegre: Artmed.  LEVIN, J. (2004). Estatística aplicada às ciências humanas. 9 ed. São Paulo : Pearson Education do Brasil.</p>

	44	Trabalho de Conclusão de Curso II– TCC II	Projeto, elaboração e apresentação de monografia.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro. <b>Metodologia Científica</b>. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.  DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORH, Geraldo Balduino. <b>Orientações para elaboração de Projetos e Monografias</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.  FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação</b>. 14.ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2006.  TEIXEIRA, Elizabeth. <b>As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  FACHIN, Odília. <b>Fundamentos de Metodologia</b>. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.  KÖCHE, José Carlos. <b>Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</b>. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.  LAKATOS, Eva Maria. <b>Fundamentos de Metodologia</b>. São Paulo: Atlas 2001.  LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerson de. <b>Construindo o conhecimento pela pesquisa. Orientação básica para elaboração de trabalhos científicos</b>. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.  MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. <b>Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso</b>. São Paulo: Atlas, 2000.  SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>
--	----	---	---	---

## 7.8 Componentes Curriculares Optativos e Eletivos

A partir do princípio da autonomia, a instituição reconhece a importância do acadêmico constituir sua trajetória de formação. Nesse sentido, na Urcamp, o processo de flexibilização curricular ocorre por meio da oferta de componentes curriculares optativos, eletivos e livres e do aproveitamento de créditos sob a forma de atividades complementares, no limite da legislação em vigor.

Por **eletivos**, compreende-se o conjunto de componentes curriculares que

curso oferece ao aluno como alternativa de complementação curricular, que o mesmo opta conforme seu interesse e objetivo. Desta forma, atende-se ao objetivo de enriquecer o currículo e aprofundar os conhecimentos específicos para a formação acadêmica, desde que previstas no PPC do respectivo curso.

Por **optativos**, compreende-se o conjunto de componentes curriculares que o aluno busca em outros cursos opções para compor a sua formação específica ou humanística, conforme previsão nos PPCs a possibilidade de aproveitamento desses componentes curriculares.

Por **livres**, compreende-se o aproveitamento dos estudos, sob a forma de cursos de extensão ou componentes curriculares cursados em outras instituições de ensino, inclusive em nível internacional, com a ementa e com o conteúdo compatível.

A partir da concepção de atividades complementares, que segundo MEC, (2017)<sup>19</sup>, “têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional”, a Urcamp viabiliza o aproveitamento de atividades relacionadas à pesquisa, à extensão, à ação social e ao ensino, por meio das seguintes atividades: participação em eventos internos e externos (semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais, mostras científicas, Congrega Urcamp, BioUrcamp, eventos de mostras e iniciação científica internos etc); participação em cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; participação em atividades de iniciação científica, tecnológica e de extensão, iniciação profissional; organização de cursos e de eventos; ministrantes de palestras, minicursos e atividades culturais e sociais; voluntários; assim como de monitoria. Trata-se da viabilização da flexibilização curricular na perspectiva técnica, social e humanística. Em relação aos componentes curriculares eletivos, o Curso de Letras possui em sua estrutura curricular as disciplinas: Estatística e Literatura Universal.

## 7.9 Metodologia de Ensino

A Urcamp emprega atualmente, no andamento de seus cursos, ressaltadas as peculiaridades de sua área de atuação, metodologias em consonância com as concepções de seus professores no âmbito do ensino e da aprendizagem. Trata-se de metodologias mais interativas, mais próximas das tendências de metodologias ativas, pois entende que o aluno deva ser o agente fundamental na aprendizagem em busca da autonomia, tendo em vista o propósito de superação da educação bancária (FREIRE, 2005)<sup>20</sup>.

Além disso, no período de 2017, a IES fechou uma parceria com o Grupo A, num projeto piloto, que envolveu atividades relacionadas a de seus professores em orientações específicas a determinado número de docentes e a participação no FORGRAD, numa ampla discussão em torno do compartilhamento de experiências de diferentes universidades, balizadas por aspectos teóricos neste âmbito. Dessa forma, as reflexões giraram em torno das possibilidades de adoção do ensino híbrido, pois de acordo com Christensen, Horn e Staker (2013, p. 3)<sup>21</sup> “[...] os modelos de Rotação por Estações, Laboratório Rotacional e Sala de Aula Invertida seguem o modelo de inovações híbridas sustentadas. Eles incorporam as principais características tanto da sala de aula tradicional quanto do ensino online.”

A partir dessa construção, destacam-se os princípios teórico-metodológicos, conforme descritos no Projeto Pedagógico Institucional: Formação humanística e profissional, Interdisciplinaridade, Responsabilidade social, Cenários de ensino-aprendizagem, Práxis Pedagógica, Excelência no processo de ensino/aprendizagem nos diferentes níveis, Avaliação da aprendizagem e Estratégias de ensino e aprendizagem.

O curso de Letras desenvolve suas atividades no período noturno, o que exige do professor, maior empenho em diversificar suas estratégias e criar formas

---

20

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

21

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Maio de 2013. Disponível em: . Acesso em 25 de out. de 2017.

especiais para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, haja vista que no curso noturno, a grande maioria dos alunos trabalha durante o dia.

As práticas pedagógicas inovadoras constituem-se em oportunidades para que a relação professor aluno seja ampliada. Cada professor tem a liberdade de inovar e adotar práticas que resultem no aumento do aproveitamento, do envolvimento e da participação dos acadêmicos em sala de aula. Através dessas práticas é possível estimular os alunos nas aulas expositivas.

Considerando-se a mudança no perfil do aluno a partir dos avanços tecnológicos fazendo com que novas técnicas de ensino sejam implementadas como forma de dar mais autonomia ao aluno na construção do próprio conhecimento. O Ensino Híbrido, através de metodologias ativas torna-se uma alternativa valiosa no atendimento deste novo perfil. Técnicas como sala de aula invertida, projetos e atividades “mão-na-massa”, estudos de casos são utilizadas fomentando uma nova forma de ensino-aprendizagem.

As inovações tecnológicas atuais permitem aos docentes a adoção de novos métodos e técnicas, como por exemplo: metodologia da problematização/aprendizagem baseada em problemas (parte da realidade, do estudo de casos/problemas); pesquisa como princípio educativo; temas geradores; seminários; debates; aula expositiva dialogada; aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e EaD; uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem e utilização das redes sociais para comunicação, permitindo assim a formação de profissionais capazes de desempenhar as funções de administrador e aplicar seus conhecimentos utilizando as tecnologias do mundo moderno.

Como metodologias de ensino-aprendizagem, o curso utiliza: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, aulas simuladas, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica, grupos de estudo, mostras de iniciação científica, e metodologias ativas, entre outros. Destacam-se como instrumentos facilitadores destas metodologias ativas as redes sociais, bibliotecas virtuais e plataformas digitais como a SSA (Hoper), Pearson, Grupo A e ambiente virtual da Urcamp (plataforma SEGUE).

O professor, respeitando a liberdade de cátedra, prepara o plano de ensino conforme o critério da interdisciplinaridade, da observância do currículo e, utilizando-se de metodologias ativas.

Quanto a operacionalização do currículo, as ações de ensino, de pesquisa e de extensão estarão direcionadas ao atendimento de concepções definidas na missão institucional e aos princípios gerais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), devendo contribuir para a operacionalização de tais elementos. Assim, constituem referências didático-pedagógicas no curso de Direito. Ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências caracterizadas pelo exercício de ações que possibilitarão e estimularão a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para a intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos. As práticas didáticas devem privilegiar o aprimoramento e a aplicação de habilidades e competências claramente identificadas, estando entre elas: Tomada de decisão; Enfrentamento e resolução de problemas; Pensamento crítico e criativo; Domínio de linguagem; Construção de argumentações técnicas; Autonomia nas ações e intervenções; Trabalho em equipe; e, a Contextualização de entendimentos e encaminhamentos.

No tocante a utilização das metodologias ativas, busca-se o desenvolvimento de atividades em que os alunos participam ativamente de desenvolvimento/construção de projetos, definição de estratégias de intervenção, execução de tarefas supervisionadas, avaliação de procedimentos e resultados e análises de contextos. Ênfase especial é dada ao processo de aprendizagem, possibilitado pela participação efetiva do aluno na construção de saberes úteis, evitando o simples processo de transmissão de conhecimento emitido por docente.

Ainda destaca-se a utilização de recursos tecnológicos atuais – qualificação dos agentes universitários (docentes, discentes e pessoal técnico e administrativo) para a utilização de recursos tecnológicos disponíveis na área e/ou campo de atuação, inclusive os didáticos deve ser constante nas ações empreendidas.

A concepção do erro como etapa do processo – nas avaliações precedidas, os erros eventualmente verificados deverão ser apontados, corrigidos e identificados pelos discentes, de forma a contribuir com sua aprendizagem.

O respeito às características individuais – insistente orientação no sentido de prevalecer o respeito às diferenças culturais, afetivas e cognitivas presentes nas relações.

Dessa forma, a graduação em Letras pretende, através de princípios e orientações quanto às práticas pedagógicas, priorizando a relação teórico-prática, contribuir de forma substancial para a formação de profissionais capazes de atender o mercado de trabalho com bases sólidas e de acordo com as legislações vigentes no país. Nas aulas práticas, orientadas pelos professores das respectivas disciplinas, aprendendo a fazer executando, o aluno vivenciará a forma de aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas. O aluno de Letras, ao receber, confrontar, problematizar e refletir sobre os dados do cotidiano de sua profissão, estará inserido no dinâmico contexto que envolve o processo educativo da formação profissional. É preciso aproximar, cada vez mais, a relação teoria e prática.

É importante que os alunos, durante o curso, orientados pelos professores, realizem atividades de pesquisa e de extensão e que essas atividades sejam planejadas, sistematizadas metodologicamente e de acordo com normas oficializadas.

### **7.9.1 –Interdisciplinaridade**

Um dos princípios metodológicos da IES, conceituado no Plano de Desenvolvimento Institucional, é a interdisciplinaridade que consiste num dos grandes desafios para a superação da fragmentação dos conhecimentos, tendo em vista a visão holística de mundo e da realidade que nos cerca. Nessa perspectiva, busca-se um perfil interdisciplinar do ensino de graduação que propicie integração dos componentes curriculares, autonomia dos educadores e protagonismo dos educandos. E conforme salienta Oliveira (2013, p. 3)<sup>22</sup> “a Prática Interdisciplinar nas IES constitui uma ferramenta necessária para uma política institucional e legítima uma prática inovadora que estimula a sociedade a pensar, refletir, compreender e

---

22

OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de. O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. In. XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas. Disponível em: Acesso: em 17 outubro de 2017.

agir de forma consciente e preventiva frente aos desafios apresentados pela realidade”.

A sociedade atual exige que a academia não somente capacite os acadêmicos para futuras habilitações nas especializações tradicionais, mas principalmente, que tenha em vista a formação dos mesmos, para desenvolver suas competências e habilidades em função de novos saberes que se produzem e que exigem um novo tipo de profissional. Diante desse fato, a educação deve ser entendida e trabalhada de forma interdisciplinar, na qual o aluno é agente ativo, comprometido, responsável, capaz de planejar suas ações, assumir responsabilidades, tomar atitudes diante dos fatos e interagir no meio em que vive, contribuindo, desta forma, para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, o curso de Letras da Urcamp pretende trabalhar a interdisciplinaridade, buscando respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e que os diferenciam.

Acredita-se que essa é a condição básica para detectar as áreas em que se possam estabelecer as conexões possíveis. A proposta é adotar práticas pedagógicas voltadas para a formação integral do estudante, visando o exercício da cidadania plena e respeitando a individualidade de cada um, utilizando-se de conteúdos interdisciplinares e contextualizados.

A interdisciplinaridade no curso de Letras advém de sua própria característica multidisciplinar que congrega uma formação proveniente das ciências humanas e sociais. Ao longo dos períodos do curso, os alunos terão a oportunidade de vivenciar conteúdos de cunho básico, necessários à formação do profissional; conteúdos de cunho específico, através de palestras, simpósios, visitas técnicas e aulas práticas e didáticas que resgatem conteúdos de outras disciplinas e áreas, as quais acabam por integrar uma junção e superposição de disciplinas em diferentes áreas do saber. Na elaboração da estrutura curricular, procurou-se considerar as afinidades entre os componentes curriculares ofertados a cada período, de modo que a formação do aluno se dê de maneira gradual e integrada, sem uma ruptura entre os eixos de Formação Fundamental, Profissional e Prática.

A ênfase interdisciplinar favorece o redimensionamento das relações entre diferentes conteúdos, contribuindo para que a fragmentação dos conhecimentos possa ser superada. Integrar também implica pensar em novas interações no

trabalho em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito a diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo.

Nessa reconstrução é importante frisar, o lugar fundamental das disciplinas: a dimensão inter exige a existência de campos específicos que em movimento de troca possam estabelecer novos conhecimentos. Assim, a ênfase interdisciplinar demanda a não diluição das disciplinas, mas o reconhecimento da interdependência entre áreas rigorosas e cientificamente relevantes incorporada na proposta do Projeto Pedagógico do Curso, consolidando dessa forma o perfil diferenciado do egresso da graduação da Urcamp. Neste cenário a oferta como disciplinas Eletivas do Curso, de unidades Curriculares de cursos afins, que por revestirem-se de conhecimentos de áreas correlatas complementam a formação dos egressos da Graduação. O Curso de Letras oferece duas disciplinas eletivas.

Importante destacar que o corpo docente e o discente têm à sua disposição, o Núcleo de Ensino a Distância - NEAD que permite espaços virtuais de ensino-aprendizagem, como o Portal Acadêmico e os Sistemas de Aula Moodle, Blackboard, Sagah, entre outros. Também é utilizada pelo curso como fonte geral de pesquisa a Biblioteca Virtual, um mecanismo de busca em diversas bases e áreas específicas dentre elas a Saraiva, Pearson e Sagah. Tais recursos, além de proporcionarem outras formas de integração professor-aluno-conteúdo, garantem outros espaços de integração teoria-prática, durante todo o curso aproximando o futuro profissional do mundo tecnológico em que exercitará a sua profissão.

As atividades de tutoria são concentradas em dois momentos: presencial, em função das atividades presenciais obrigatórias; a distância, no ambiente virtual de aprendizagem, onde estarão disponíveis os recursos didáticos necessários para os estudos de cada componente curricular.

Os professores-tutores são especialistas, mestres ou doutores e serão eles os responsáveis pelas aulas híbridas, 50% presencias e 50% em EaD e a mediação e orientação dos alunos matriculados na disciplina, com o objetivo de ampliar a interatividade e a colaboração entre o grupo de modo a favorecer o aprendizado.

O cerne da ação do professor-tutor está em garantir atendimento ao aluno quanto às ações didático-pedagógicas, como o esclarecimento de dúvidas

relacionadas aos conteúdos, orientação de etapas para elaboração de atividades, encaminhamento de feedbacks das produções entregues e indicação de materiais complementares de estudos.

Outra importante função do professor-tutor está na proposição e manutenção da dinâmica de relacionamento do grupo de alunos. Assim, é importante ressaltar o papel desse agente como um dinamizador das atividades de interação e colaboração propostas nos fóruns de discussões ou nas webconferências. Estão entre as funções do professor-tutor:

- ministrar 50% de aulas presenciais e atender os 50% das aulas em EaD;
- Promover um clima propício à aprendizagem;
- realizar mediação ativa nas discussões;
- ampliar os argumentos apresentados;
- fazer resumos e sínteses;
- oportunizar espaços para ampliação de pesquisas.

O professor-tutor, como interface mais próxima do aluno, é quem deverá realizar toda a comunicação necessária para que as atividades pedagógicas sejam cumpridas, tanto do ponto de vista do calendário acadêmico, quanto das orientações pedagógicas. Faz parte de suas funções, sob esse aspecto, comunicar com antecedência os prazos de entrega das atividades, os períodos em que os fóruns serão mediados, os dias e horas em que acontecerão as webconferências, bem como os critérios que serão considerados para avaliação do aluno nas atividades realizadas.

A tutoria presencial propicia, entre outras funções, o apoio logístico em todas as atividades de operação nas salas de aula – organização prévia dos espaços nos dias de encontros obrigatórios (aulas presenciais e semipresenciais, avaliações e apresentações); recepção dos alunos; orientação quanto às salas de aula; gestão das listas de presença; distribuição, monitoramento e envio das provas para correção.

Também é responsabilidade da tutoria presencial esclarecer os alunos quanto à metodologia dos cursos, a proposta de avaliação e a forma de acesso aos recursos didáticos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, bem como nas bibliotecas física e online.

### **7.9.2 Integração Teoria com a prática**

Quanto à integração entre a teoria e as práticas de trabalho ocorrerá durante toda a vida acadêmica do aluno de Letras e principalmente nos seguintes momentos:

- Na Aula Estruturada, por meio da qual o aluno aprende as diferentes correntes teóricas a partir da resolução de casos concretos, construídos com dados extraídos da própria realidade que os circunda;
- Na realização do Estágio Curricular Supervisionado, aluno vivenciará o trabalho do profissional sob a orientação de um professor coordenador;
- Nas disciplinas profissionalizantes e práticas, que são formas de trabalhar a teoria e a prática de modo mais veemente, uma vez que consolida o trabalho em equipe e a ampla discussão de problemas locais e regionais sob a ótica do pensar estratégico, do pensar para ação. Docentes, discentes e técnicos administrativos são levados a trabalhar em prol da consolidação da prática e a promoção da justiça;
- Na participação em eventos técnicos e científicos da área de Educação;
- Na participação em projetos de pesquisa e extensão;
- Nas práticas educativas por meio de projetos integradores e da própria metodologia da problematização adotada no curso.

### **7.9.3 - Atividades Extracurriculares – Extensão**

As atividades de extensão do Curso de Letras visam articular o ensino e a pesquisa do curso com as demandas da sociedade, estabelecendo um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, buscando a produção de conhecimento. Assim, incentiva-se a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais - cidadãos e promovendo atividades de apoio e estímulo à organização, participação e

desenvolvimento da sociedade, a partir de propostas oriundas de uma convivência aberta e horizontal com a comunidade.

Em respeito as políticas de extensão da IES, a extensão do curso é multidisciplinar, podendo ser compreendida enquanto estratégia para promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento com os diversos segmentos da sociedade, levando em consideração a realidade social, numa perspectiva transformadora. Por outro lado, poderá ser assumida como fonte de ensino, proporcionando aos docentes e discentes contato direto com a realidade social. A extensão poderá ser entendida enquanto serviço que a Universidade presta à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às reais expectativas e problemáticas da população e, ainda, ser considerada como um espaço fértil para o exercício e conquista da emancipação crítica tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

#### **7.9.4 Grupos de Pesquisa**

A Universidade da Região da Campanha, no seu processo de maturação institucional, vem definindo suas áreas prioritárias de estudo e delineando linhas de pesquisa, em busca de produção e socialização do conhecimento.

Os grupos de pesquisa da Urcamp são organizados em torno de linhas de pesquisa, cuja concepção é baseada na definição da CAPES:

Linhas de Pesquisa: expressam a especificidade de produção de conhecimento dentro de uma área de concentração e são sustentadas, fundamentalmente, por docentes/ pesquisadores do corpo permanente do programa. Portanto, as linhas de pesquisa não representam um agregado desconexo, mas devem expressar um recorte específico e bem delimitado dentro da(s) área(s) de concentração e ser em proporção adequada à dimensão e à área de competência acadêmica do corpo permanente de docentes, devendo: (a) agregar, garantindo uma distribuição equilibrada entre os docentes, os projetos de pesquisa do Programa; (b) assegurar a articulação de suas ementas com as temáticas de projetos e teses e dissertações; (c) garantir proporção adequada entre o número de projetos de pesquisa e a dimensão do corpo docente. Considerando-se que a pós-graduação *Stricto Sensu* é o espaço da pesquisa e da produção de conhecimento, espera-se que linhas, orientações, disciplinas ministradas e produtos da pesquisa estejam em íntima articulação (CAPES, 2012).

Os Programas de Pesquisa da Urcamp estão orientados por Linhas de Pesquisa e reunidos em Grupos de Pesquisa. Estes programas orientarão a

implantação da Pós-graduação *Stricto Sensu* e representam a reunião dos interesses da comunidade local, sem perder de vista a universalidade do conhecimento.

A pesquisa, juntamente com o Ensino e a Extensão, assume o papel de promover o desenvolvimento intelectual e social, a partir da formação de seus egressos e da construção de conhecimentos que atendam às demandas da sociedade e, para tanto, suas políticas e ações estão conectadas com a agenda da região de abrangência da Urcamp.

## **7.10-Políticas Públicas e Princípios de Legislação**

### **7.10.1 Educação Ambiental**

O Curso de Letras busca integrar em seu currículo questões relativas a Educação Ambiental e sustentabilidade ,atendendo a Lei n.º 9.795/1999 e o Decreto nº 4281/2002 .

Neste contexto, o Curso tem o objetivo de conscientizar os alunos quanto à importância do meio ambiente e a realização sustentável de suas atividades e quanto é imprescindível buscar-se inovações comportamentais a esse respeito. Nessa linha de atuação, o curso busca sedimentar nos acadêmicos um sentimento de pertencimento a um ambiente natural e cultural único no Brasil, o do Pampa Gaúcho, bioma onde a universidade está localizada.

### **7.10.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**

A proposta interdisciplinar estabelece ligações de complementaridade, não é somente tarefa do professor que trabalha diretamente com o aluno, mas também da gestão que propõe e acompanha o projeto político pedagógico do curso, por este motivo é importante a organização de palestras e atividades, elaborando estratégias para contemplar conteúdos, que enaltecem o processo de ensino aprendizagem e de inserção social como: As relações étnico-raciais merecem uma atenção especial, devido a forma em que foi constituída a sociedade brasileira e as formas de manifestação do racismo. A temática em questão possibilita a compreensão e a

construção da realidade social, mais que isso valoriza a diversidade e integra os entões “diferentes”, respeitando ao outro.

A temática é trabalhada atendendo a Lei nº 11645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004 e, através de palestras interdisciplinares.

### **7.10.3-Princípios de Inclusão**

Conforme já descrito no Plano de Desenvolvimento da Instituição a localização da Urcamp é numa região em que a economia é impulsionada prioritariamente pelo setor primário, as indústrias são de simples beneficiamento da matéria prima do setor rural. Face à esta constatação tem-se que o ambiente, em que pese sua expressiva produção, não agrega substancial riqueza à região. Diante disso, o comércio, apesar de sua relevante função social ao proporcionar empregos, atua como setor de captação de recursos financeiros e exportação de parte importante deste para a aquisição das mercadorias de maior valor agregado advinda de regiões ou estados da federação detentores de parques industriais. Neste contexto, observa-se, muito frequentemente, que mesmo havendo empregabilidade nas regiões de abrangência da Urcamp, a renda destas famílias lhes proporciona tão somente o atendimento às mínimas prioridades como alimentação e moradia.

Precursora do Ensino Superior neste ambiente, a Urcamp constitui-se em uma agenda de promoção pessoal por meio do ensino para as comunidades com hipossuficiência econômica, em particular por meio da possibilidade de financiamento estudantil aos estudantes empobrecidos e prevê as seguintes ações:

- Bolsas para estudantes de baixa renda (PROESC, PROUNI, PROIES);
- Assistência para os deficientes e inclusão social (NADD, SIPA).

### **7.10.4 Responsabilidade Social**

A Urcamp, enquanto Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), regional e filantrópica, inserida na sua região de abrangência e diante do seu compromisso com a comunidade, assume a responsabilidade frente às demandas da sociedade no âmbito de questões de inclusão social e de desenvolvimento

econômico e social, por meio das ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. Esse compromisso é materializado, anualmente, pelas ações desenvolvidas, que resultaram na conquista do selo de Responsabilidade Social 2017/2018, conferido pela Associação Nacional das Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).

Destaca-se que a Urcamp mantém-se como instituição de destaque em responsabilidade social, certificação da qual participa desde o ano de 2005, com a participação de 1.374 visitantes e 1.156 atendimentos em 65 atividades realizadas, durante a Semana de Responsabilidade Social, de 2017. Esse resultado decorre da efetivação de ações em torno dos compromissos, assumidos pela FAT, mantenedora da URCAMP, que são:



- I – promover a educação, a assistência social beneficente e as atividades na área da saúde comunitária;
- II – promover o desenvolvimento regional e a ação comunitária, por meio da integração de propósitos e de realizações no âmbito das atividades públicas e privadas;
- III – fundar, manter e promover a instituição de educação e de saúde;
- IV – fundar, manter e promover a instituição ou manutenção de entidades ou programas culturais;
- V – promover a pesquisa, o avanço do conhecimento e a divulgação científica, técnica e cultural, visando contribuir para a solução de problemas regionais e nacionais de natureza, educacional, tecnológica, social, cultural, econômica e ambiental;
- VI – promover e desenvolver projetos e ações de melhoria da qualidade de vida, de inclusão e acessibilidade, de assistência social e de combate à pobreza das regiões da Campanha e da Fronteira-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul;
- VII – promover e desenvolver projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável das regiões da Campanha e da Fronteira-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul;
- VIII – realizar e promover atividades científicas, tecnológicas, culturais e pedagógicas em intercâmbio com os diferentes graus de ensino, com associações ou fundações congêneres, nacionais ou estrangeiras;
- IX – criar e implementar políticas de financiamento e apoio estudantil;
- X – promover a comunicação com a sociedade através das diferentes mídias;
- XI – promover a integração do estudante e egresso no mundo de trabalho;
- XII – promover a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico e social;
- XIII – ampliar ações em torno da responsabilidade social e ambiental;
- XIV – promover políticas de inclusão e de acesso ao esporte, lazer, cultura e trabalho, respeito a diversidade;
- XV – prestar serviços especializados a pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, nacionais e/ou estrangeiros, notadamente nas áreas de atuação de suas mantidas no ensino, na pesquisa e na extensão e nas áreas: educacional, social, rural, jurídica, de saúde, de engenharia, de arquitetura, técnica e tecnológica em geral (FAT, 2016, p. 1-2).

Portanto, o curso de Direito da URCAMP assume o compromisso de integrar-se à comunidade, de maneira a contribuir de forma ética para a sua EMANCIPAÇÃO, seu EMPODERAMENTO e sua AUTONOMIA, por meio do seu Serviço de Assistência Judiciária Gratuita a comunidade carente na cidade de Bagé-RS.

Além destas ações de extensão o Curso de Direito de Letras busca integrar em seu currículo questões relativas a Responsabilidade Social.

Neste contexto, o Curso tem o objetivo de conscientizar os alunos quanto a importância da Responsabilidade Social.

Para isso na Grade Curricular do Curso a responsabilidade social está inserida nos conteúdos das disciplinas do curso.

## **7.11 Estágios**

### **7.11.1 Estágios Supervisionados**

A prática como Estágio Curricular Supervisionado está constituída por um conjunto de atividades - orientação, revisão de conhecimentos já adquiridos para análise de seus fins práticos, produção de propostas articuladas ou de diferentes contextos de ensino - aprendizagem, acompanhamento, pelo professor-orientador, das atividades desenvolvidas por acadêmicos em processo de estágio, produção de relatórios e avaliação do processo de estágio. Entende-se que as atividades curriculares compreendidas nesse processo não devem ser simplesmente pontuais, mas realizadas como atividades que dão continuidade às relações teórico-práticas desenvolvidas ao longo de todo o Curso. Deste modo, as competências e habilidades desenvolvidas tanto em disciplinas específicas como em atividades complementares, passam a ser de fundamental importância para a produção do plano de estágio. Portanto, a prática como o Estágio Supervisionado, de acordo com as diretrizes curriculares vigentes, passa a ser projetado em consonância com todo o projeto do Curso de Letras, funcionando como um dos espaços de síntese, entre muitos propiciados ao discente, que possibilite a transposição de conhecimentos de natureza teórica para o campo da prática.

### **7.11.2 Atividades Desenvolvidas no Estágio**

- Conhecimento da realidade contextual, pedagógica e metodológica em que o acadêmico irá atuar;
- reuniões, sessões de estudo, entrevistas, encontros para orientação, acompanhamento e avaliação;
- conhecimento das diversas realidades das instituições sociais, tais como conteúdos, recursos didáticos, nível do interesse do aluno, relação teórico-prática, relacionamento humano e avaliação;
- elaboração de planos, propostas de trabalho e projetos de acordo com o contexto;
- participação em seminários, palestras, encontros, painéis e outros;
- regência de classe supervisionada;
- trabalhos em instituições sociais;
- seminários de avaliação de estágio.

Itens a serem avaliados:

- Reuniões de orientação.
- Planejamento.
- Observação de aula.
- Entrevista.
- Regência de classe.
- Seminários de avaliação.
- Ficha de avaliação sobre a atuação do estagiário (modelo anexo).

### **7.11.3 Justificativa do Estágio**

Como fazer a ponte bilateral entre os saberes tratados no Curso de Letras e a realidade concreta em salas de aula habilitadas por uma maioria de estudantes cujo aprendizado escolar leva a pouco ler e a pouco refletir sobre o mundo que habitam, a língua que falam e a literatura que leem? Como exercer a criatividade e a competência de refletir, criticamente, quando os conteúdos escolares não recebem tratamento pedagógico como objeto de estudo, reflexão e análise crítica nas disciplinas específicas do curso básico? Como lidar com a discussão imposta: entre

pensar e fazer, entre produzir e consumir, entre pesquisar e lecionar? Como educar, criticamente, pela palavra?

As práticas pedagógicas tentam apontar respostas para essas perguntas. Espera-se que as disciplinas didáticas do Curso ensinem os acadêmicos 'quase professores' (muitas vezes, já professores) como enfrentar salas de aula, dar boas aulas, sabendo planejar cursos e avaliar o rendimento de seus alunos. Mas, chegando ao final do Curso, além do saber teórico sobre princípios político-pedagógicos, os alunos de Letras começam a repensar criticamente os conteúdos escolares, para que finalmente entrem em sala de aula para a prática supervisionada propriamente dita. Será plausível tal expectativa?

Aprende-se com Paulo Freire que ensinar, por meio de diálogo, significa facilitar a aprendizagem, a construção, o conjunto de saber, criar e refletir com responsabilidade, acrescentando elementos para a reflexão. Mas quando a questão entra no terreno da práxis nossa de cada dia, é frágil a sustentação da relação entre teorias críticas, conteúdos e programas. Não temos, ainda, a certeza de como otimizar e reconstruir a pedagogia lingüístico-literária no cotidiano escolar. Mas, se perseguirmos nos caminhos, percebemos possibilidades de reflexão na busca de solução. Observamos e relatamos. E, as reflexões teóricas feitas são trazidas para um plano pragmático.

Os projetos de prática pedagógica tentam ajudar a pensar a comunicação necessária entre vácuos teóricos e programas da vida real, entre a passividade unilateral de certas práticas do aprender e a construção responsável, crítica e criativa de sujeitos sociais empenhados em presentes e futuros melhores para todos.

As práticas pedagógicas objetivam atividades interacionistas: (1) falar do ensino e da aprendizagem contemporâneos das línguas portuguesas e espanhola e suas respectivas literaturas nas escolas e nas universidades; (2) evitar a fragmentação do processo e seu distanciamento da realidade; (3) enfrentar o desafio e articular as partes que formam o todo do processo educativo. Essa tarefa exige que o professor recupere a crença na função maior de sua profissão - formar indivíduos, mediando encontros. Este resgate é possível com o comprometimento de um novo foco na qualidade de nossa prática.

#### **7.11.4 Objetivo Geral do Estágio:**

Oportunizar ao acadêmico a efetiva vivência profissional, estabelecendo a relação teoria-prática e oferecendo um aprofundamento no reconhecimento da tarefa docente, numa perspectiva dialética, construtiva e transformadora.

#### **7.11.5 Objetivos Específicos do Estágio:**

- oportunizar, através das atividades da prática, como componente curricular, a construção de reações profissionais competentes e éticas, comprometidas com a tarefa docente qualificada e de qualidade;
- oportunizar, a efetiva vivência profissional em contexto pedagógico e institucional;
- proporcionar o conhecimento teórico-prático sobre o trabalho docente com projetos pedagógicos e a utilização de inovações em educação;
- inserir o acadêmico na realidade escolar, analisando-a de forma crítica, reflexiva, construtiva e transformadora;
- favorecer a articulação entre teoria e prática, desenvolvendo habilidades para associar pesquisa/ensino;
- oportunizar ao acadêmico a construção de conhecimentos e competências consideradas fundamentais à docência - preparar, propor, orientar, organizar, acompanhar e avaliar as situações pedagógicas e o desenvolvimento dos alunos;
- proporcionar o conhecimento e a vivência no preparo de atividades construtivas, capazes de promover a aprendizagem, permeadas por um enfoque cidadão, sistêmico e também, ecológico.

#### **7.12 Atividades Complementares**

As atividades complementares são componentes curriculares de caráter obrigatório, enriquecedores e complementadores do perfil do formando. Possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos

e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares previstas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Letras, são mecanismos de aproveitamento de conhecimentos através de estudos e práticas presenciais e/ou à distância, monitorias, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins; correspondendo a caminhos diferentes para atingir a formação generalista, por eleição do aluno segundo suas necessidades e interesses.

Os alunos devem desenvolver Atividades Complementares nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, desde que pertinentes as abordagens previstas pelos conteúdos curriculares constantes no Projeto Pedagógico do Curso.

Compõem-se as atividades complementares do currículo pleno do Curso de Direito de um total de 200 (duzentas ) horas atividades: disciplinas extracurriculares; monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo pleno do Curso de Letras; projetos e programas de pesquisa orientados por docente da URCAMP e aprovados pela coordenação do Curso e Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; projetos e programas de extensão coordenadas por docente da URCAMP e aprovadas pela Coordenação do Curso e Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; eventos diversos ou áreas afins (seminários, simpósios, congressos, conferências, etc).

Para integralização da carga horária, em consonância com o Regulamento das Atividades Complementares do Curso (em anexo), o aluno deve cumprir a carga horária mínima, limitado ao máximo de 50% de cada atividade. As especificidades da limitação estão previstas no regulamento em anexo.

Por fim, as atividades complementares devem ser cursadas ou desenvolvidas simultaneamente ao Curso de Letras, e, não se confundem com as horas do Estágio Curricular Supervisionado ou com as do Trabalho de Conclusão de Curso.

### **7.13 Trabalho de Conclusão de Curso**

O TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, constitui-se em uma pesquisa científica, que será elaborada e apresentada pelos acadêmicos do Curso de Letras, no último semestre, com a defesa do tema escolhido, perante uma banca composta por três membros do corpo docente: o coordenador do Curso, o professor que orientou o acadêmico e um terceiro professor indicado pelo coordenador. A disciplina TCC é desenvolvida nos dois últimos semestres do Curso: TCC I – sétimo semestre - nessa primeira etapa, os acadêmicos são levados a exercitar a leitura e a escrita; são lidos e analisados artigos científicos escritos por pesquisadores de renome, com o objetivo de que o estudante de Letras se familiarize com a forma técnica científica de escrever. Além disso são realizadas leituras, resumos e resenhas de textos teóricos de Literatura, de Teoria Literária e de Linguística.

Nessa fase, ainda, os acadêmicos são estimulados a elaborar seu projeto de pesquisa para a realização do próprio TCC, que será elaborado no último semestre do Curso. TCC II – nessa fase, no oitavo semestre do Curso, os acadêmicos já têm condições de realizar o seu TCC final, tendo em vista que antecipadamente já realizaram leituras, resumos e resenhas, além de já ter elegido seu tema e elaborado o Projeto de Pesquisa do trabalho a ser desenvolvido.

#### **7.14 - Validação de Componente Curricular Interno e Externo**

O Curso , seguindo o regimento institucional, recebe o pedido de transferência de aluno proveniente de estabelecimento congênere e seu coordenador emite parecer ,atestando vaga ,depois de examinar a guia de transferência e observar a legislação pertinente,desde que este tenha cumprido com os tramites exigidos :

-Requerer vaga na Central do Aluno, preenchendo o respectivo formulário e juntar os seguintes documentos :

- a) historico escolar com notas ,cargas horárias e dados do processo seletivo;
- b) currículo pleno do curso de origem e sua equivalência as diretrizes curriculares; conteúdos programáticos de disciplinas cursadas com aproveitamento,de que deseja validação ;
- c) atestado de regularidade no ENADE

As transferências ex-officio dar-se-ao na forma da lei.

O aluno transferido sujeita-se as adaptações curriculares que se fizerem necessárias aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, observada a legislação específica e normas estabelecidas pela Câmara de Políticas Acadêmicas.

Também é permitida a transferência interna de alunos, conforme opção feita no processo seletivo de ingresso na Universidade, se houver vaga no curso pretendido.

### **7.15 Aproveitamento de Estudos**

O aproveitamento de estudos e as adaptações de transferência são determinadas pelo Colegiado do Curso, em conformidade com o PPC. O aluno que tiver cursado disciplina em outras Instituições de Ensino Superior como aluno especial, pode solicitar o aproveitamento. E o número de disciplinas não pode ultrapassar em 1/20 do total de disciplinas cursadas durante o período do curso.

### **7.16 Procedimentos de avaliação do processo de ensino aprendizagem**

O curso de Letras adota um processo avaliativo globalizado, contínuo e integrado, abrangendo aspectos qualitativos e quantitativos que permitem o acompanhamento da formação do aluno numa visão profissionalizante, integral e generalista. O desenvolvimento dessa concepção por meio do pressuposto da flexibilidade e contextualização teórico-prática do currículo, representada por uma estrutura em eixos transversais e/ou módulos temáticos fomentadoras do processo de aprendizagem através das relações entre conteúdos e conjunturas, significando o aprendizado por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional.

A avaliação formativa tem por foco final a qualidade do ensino e da aprendizagem, onde o professor conduz o aluno para a emancipação, de acordo com Demo (1993) o aluno passa a ser um cidadão crítico e responsável, se tornando um processo inerente à concepção de ensinar e aprender dos professores e gestores educacionais.

Ao ampliarmos a concepção sobre a avaliação, a avaliação formativa, enfatiza também a importância da formação do aluno como sujeitos integrantes de uma sociedade que revela a necessidade de cidadãos críticos, criativos, éticos, comprometidos, empreendedores e participativos.

Diante do fato é importante que o processo avaliativo contemplem os três conjuntos de saberes, ou seja, de natureza conceitual, atitudinal e procedimental. O professor deve estar atento ao processo usado para conclusões e soluções de desafios e hipóteses realizados pelos estudantes e partindo dele avaliar: (1) o saber conceitual, o que o estudante demonstra diante de signos da língua ou material impresso, vocalizações que transmitem conhecimentos, o que significa que ele sabe que o material impresso transmite informações; (2) o saber procedimental que demonstra que ele decodifica esses signos em vocalizações correspondentes com as estabelecidas pela sua cultura, isto é, se ele lê; (3) o saber atitudinal é indicado quando o estudante, a partir do que lê, muda a sua prática na resolução de problemas cotidianos.

Ampliar a concepção de avaliação é a reflexão transformada em ação, confirma-se, então, que toda ação educativa concretizada na evolução do processo de aprendizagem será de sucesso e não pode estar associado somente ao processo de medida, e nem mesmo contemplar um único instrumento, nem ser restrito a um só momento ou uma única forma. Os processos de avaliação devem ser contínuos, possibilitando canais adequados para a manifestação de múltiplas competências. Desta forma, a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o estudante, ou seja, uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como ocorre a compreensão do educando sobre o objeto do conhecimento.

Ressalta-se que a avaliação do aluno é diagnosticada a medida que se investiga o seu nível de aprendizagem e o seu crescimento profissional. A processualidade é necessária uma vez que, em avaliação dever-se-á acompanhar a realidade do futuro profissional desde o seu ingresso no Curso até a sua saída e, se possível, o seu ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado a avaliação precisa ser somativa, à medida que expressa os resultados da aprendizagem em termos numéricos.

Diante essa realidade propõem-se diferentes abordagens nos processos avaliativos pautados em instrumentos de avaliações pautados da forma diagnóstica, formativa e somativa.

Diagnóstica: busca demonstrar o estado atual de um fenômeno para possibilitar um “tratamento” futuro, vê o discente enquanto produtor, quer conhecer suas aptidões,

interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros. Tem como objetivo orientar, explorar, identificar, adaptar e prever. A avaliação diagnóstica pode ser realizada através de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.

Formativa: tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações. Vê o aluno em processo de produção. A avaliação formativa pode ser realizada através de pareceres escritos ou orais do professor sobre seminários, artigos, etc. desenvolvidos pelos alunos.

Somativa: não enfoca processos e sim resultados, vendo o aluno enquanto produto final. Busca observar comportamentos globais, socialmente significativos, e determinar conhecimentos adquiridos. A avaliação somativa pode ser realizada através de testes e provas.

Essas formas de avaliação são permeadas pela valorização da capacidade de pensamento crítico; pela capacidade de comunicação e interação com outros profissionais da área jurídica e público em geral.

A avaliação no Curso de Letras prevê a utilização de procedimentos que possibilitem mensurar as habilidades e competências do aluno. Dentre estratégias de avaliação oportuniza-se a realização de provas dissertativas, objetivas e práticas; seminários; relatório de atividades práticas; relatório de estágios supervisionados; projetos; análise crítica de textos; estudos e simulações de problemas e estudos de casos; pesquisas bibliográficas, descritivas e experimentais, dentre outros. Os instrumentos de avaliação utilizados variam desde a observação da participação e contribuições nas aulas, bem como a realização e a qualidade dos trabalhos propostos, incluindo a auto-avaliação, atividades específicas como testes, provas e produções escritas e/ou orais.

Assim, em relação às disciplinas teóricas são aplicadas avaliações teóricas subjetivas e/ou objetivas. Nas disciplinas teórico/práticas, provas práticas cujos resultados se estabelecerão a partir de critérios que evidenciem a execução das técnicas em sua excelência, bem como apresentação de relatórios de atividades práticas, evidenciando o desenvolvimento dos procedimentos envolvidos.

É também plausível destacar as normatizações institucionais; segundo a Resolução da Câmara de Ensino/ CONSUN / URCAMP, nº 007/06.

A avaliação do rendimento acadêmico encontra-se disciplinada pelo Regimento Institucional de 2014, em sua seção VII, “do Sistema de Avaliação” que estabelece procedimentos e condições inerentes a avaliação:

- a frequência mínima em cada componente curricular é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total;
- é reprovado o aluno que não atingir a frequência mínima estabelecida;
- a avaliação do aproveitamento se realiza através de diferentes procedimentos de verificação do desempenho do aluno, atendendo à natureza do componente curricular e os objetivos estabelecidos no plano de estudos;
- o aproveitamento é expresso em notas numa escala de 0 (zero) a 10 (dez);
- a expressão dos resultados do desempenho do aluno ocorre bimestralmente;
- é aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7.0 (sete) nas avaliações parciais ou 6,0 (seis) entre a média das avaliações parciais e a reavaliação;
- a reavaliação do aluno, sob a responsabilidade do professor do componente curricular, integraliza o período letivo;
- tem direito a reavaliação o aluno que alcançar a frequência mínima estabelecida;
- a avaliação da aprendizagem deverá ser feita por meio de instrumentos diversificados, dentre os quais, exercícios individuais e em grupos; provas escritas e/ou orais; projetos interdisciplinares e transversais; pesquisas; seminários; atividades extraclasse, dentre outras;
- os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado pro meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por Banca Examinadora designadas pela PROAC, poderão ter abreviação do seu curso, de acordo com a legislação vigente;
- é assegurada ao aluno a revisão de prova por solicitação ao coordenador de curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados.

Em fim, é importante ainda considerar, que diante da complexidade das normatizações e concepções sobre avaliação, o professor acompanha os estudantes em seu processo de desenvolvimento, oferecendo uma recuperação paralela com um olhar teórico-reflexivo sobre contexto ao discente que não conseguiu

acompanhar o processo evolutivo do ensino. Respeitando sua individualidade em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas.

#### **7.16.1-Aceleração de estudos**

Os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado pro meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por Banca Examinadora designadas pela PROAC, poderão ter abreviação do seu curso, de acordo com a legislação vigente.

Entende-se por extraordinário aproveitamento de estudos o aluno que tenha obtido 2/3 (dois terços) de notas igual ou superior a 9,0 (nove) e 1/3 (um terço) de notas iguais ou superiores a 8,0 nos componentes curriculares já cursados.

#### **7.16.2 Reavaliação de aprendizagem e estudos de recuperação paralela**

Não alcançando a média igual ou superior a 7.0 (sete) nas avaliações parciais o aluno deverá receber nova oportunidade de avaliação, sob a responsabilidade do professor do componente curricular. Esta reavaliação de aprendizagem ocorrerá após uma recuperação paralela de conteúdos realizada em sala de aula e integralizará o período letivo.

Nesta reavaliação, será aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) entre a média das avaliações parciais e a reavaliação.

Terá direito a reavaliação o aluno que alcançar a frequência mínima estabelecida.

#### **7.17 Processos de avaliação e auto-avaliação do curso**

O Curso de Letras no processo de avaliação do curso integra três modalidades de instrumentos de avaliação, que são aplicados em momentos distintos, ancorados pelas diretrizes do Ministério da Educação, CONAES.

1. Avaliação da Instituição de Educação Superior (AVALIES) – O ponto importante para o desenvolvimento do sistema da avaliação desenvolvidos em dois instantes:

(a) Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Instituição;

(b) Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

2. Avaliação dos Cursos de Graduação– Avaliação do cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas.

3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – Aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Participam da avaliação do curso toda comunidade acadêmica, composta por gestores, colaboradores, funcionários, estudantes, núcleo docente estruturante e professores.

Avaliação Externa:

A avaliação externa é essencial para avaliação do curso, devido às análises produzidas por comissões de especialistas externos comprometidos com o desenvolvimento das atividades institucionais, regulação e formulação de políticas educacionais. O Curso de Direito estará à disposição dos avaliadores para fornecer toda documentação necessária, acessibilidade na realização das visitas in loco, diálogo com todos os membros tanto da sociedade acadêmica como civil organizada, com o intuito de apresentar as potencialidade e fragilidades, críticas e sugestões e as diretrizes a serem tomadas na resolução dos gargalos apresentados, acertos e incompatibilidades apresentadas pela avaliação interna.

Avaliação Interna: autoavaliação

A URCAMP implantou o Sistema de Avaliação que contempla quatro segmentos: Avaliação Institucional, Autoavaliação de Desempenho Funcional, Avaliação de Procedimentos de Rotinas Docentes e a Avaliação de Ensino-Aprendizagem.

O sistema de autoavaliação interna compete à Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e implementada pela resolução CONSEPE 021/2004, de 03.05.2004. A composição da CPA contém representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica como membros da sociedade cível organizada.

A Autoavaliação tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Tal aperfeiçoamento ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição da Sociedade Civil Organizada. Assim, a instituição vem construindo, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilitará uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão, finalidade

acadêmica e social. No processo contínuo da avaliação, além dos resultados dos componentes do SINAES – URCAMP e ENADE, serão consideradas informações adicionais oriundas do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior e outros considerados pertinentes pela CONAES. A Avaliação Interna ou Autoavaliação tem como principais objetivos produzir informações; colocar em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição; identificar as causas dos seus problemas e das suas deficiências; aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos fatores institucionais; tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e de seus produtos; além de prestar contas à sociedade.

Identificando as fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões. A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional, uma apreciação de comissões de especialistas externos à instituição, além de contribuir para o auto-conhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, também subsídios importantes para regulação e formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas in loco, interlocução com membros de diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo de providências a serem tomadas, sejam pela própria instituição, sejam pelos órgãos competentes do Ministério da Educação e do INEP.

O objetivo geral é Avaliar, coletivamente, o curso, a partir das diretrizes da CONAES, de forma que forneça subsídio à gestão acadêmica, rumo à potencialização e ao desenvolvimento do desempenho institucional. Os objetivos específicos são: manter o princípio de respeito à diversidade; diagnosticar a atual situação do curso de Direito, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão; subsidiar a definição de políticas de desenvolvimento institucional; enfatizar a cultura de avaliação na URCAMP, que pressuponha a Autoavaliação e a Avaliação

Externa como instrumentos de busca de qualidade; estimular, O Curso de Direito, a inter-relação das tarefas acadêmicas de modo a contemplar as dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão; analisar as informações obtidas; construir relatórios parciais e finais; divulgar os resultados; fazer balanço crítico dos resultados.

Quanto a metodologia, Os dados quantitativos sobre o cursos são extraídos do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP e por meio dos relatórios das dependências acadêmicas e administrativas da Instituição. Os dados qualitativos são coletados por meio de questionários próprios, aplicados a toda a comunidade acadêmica e de reuniões com cada segmento da referida comunidade, sendo que o questionário de avaliação discente deve ser aplicado a pelo menos 50% dos estudantes do curso, com participação voluntária. Em cada segmento administrativo e acadêmico, em que são formados grupos de trabalho, com roteiro previamente definido, ocasião em que são anotadas e/ou gravadas as principais colocações de cada segmento da comunidade acadêmica, buscando detectar a deficiências e os méritos da instituição, além de serem feitas as observações de documentos in loco. Os questionários e grupos de trabalhos são coordenados pela CPA – Comissão Própria de Avaliação; NDE – Núcleo Docente Estruturante. Com o intuito de maior eficácia na avaliação do curso a instituição se utilizará da Lei nº 10.861, artigo 3º, que estabelece as dimensões na qual devem ser avaliados os cursos de ensino superior. As dimensões institucionais avaliadas são:

1. Missão e o plano de desenvolvimento institucional.
2. Políticas para ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação (stricto e latu sensu).
3. Responsabilidade social da instituição.
4. Comunicação com a sociedade.
5. Políticas de pessoal (docentes e técnico-administrativos) e carreiras.
6. Organização e gestão.
7. Infraestrutura física (de ensino, de pesquisa, biblioteca etc.).
8. Planejamento e avaliação (autoavaliação).
9. Políticas de atendimento aos estudantes, incluindo egressos.
10. Sustentabilidade financeira.

Servem ainda de parâmetro para a autoavaliação do Curso de Letras URCAMP as dimensões constantes do Instrumento de Avaliação dos Cursos

Superiores, que consideram o Projeto Pedagógico, o Corpo Docente, a Infraestrutura e os Requisitos Legais.

Considerando a autoavaliação institucional e os resultados das avaliações externas a coordenação do curso e gestores da IES consideram como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso

## **8. ATENDIMENTO AO DISCENTES**

### **8.1 - Orientações gerais**

A URCAMP estimula a organização dos Diretórios Acadêmicos (Das) e do Diretório Central de Estudantes (DCE). Os DAs dos cursos da URCAMP representam os interesses dos acadêmicos junto à IES; organizam eventos científicos, como as semanas acadêmicas, visando o exercício do protagonismo estudantil, sendo também responsáveis pela integração social e cultural dos graduandos. O DCE é formado por representantes dos DAs eleitos segundo regimento próprio.

Além disso, nos conselhos institucionais (CONSUN e Colegiados de Curso) está prevista a participação de acadêmicos, nas diferentes instâncias.

A Instituição tem buscado proporcionar ao alunado espaços de convivência, esporte, arte, cultura e entretenimento por meio de programas, eventos e readequação de sua estrutura física, além de subsidiar todas as Secretarias Acadêmicas, com o máximo de informações para poder atender eficientemente a todo o público estudantil.8.

O Curso também se beneficia do Projeto Institucional de monitoria acadêmica no qual o aluno se inscreve para uma seleção solicitada pelo docente. São oferecidas duas modalidades, a saber, nivelamento e apoio, que podem ser exercidas no prazo máximo de dois semestres letivos para cada aluno. O artigo 84 da LEl 9394/96, prevê que os discentes da Educação Superior podem ser

aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas Instituições, exercendo funções de monitorias, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Em relação as ações de redução da evasão que visam à manutenção e retenção do acadêmico o curso desenvolve algumas ações citadas abaixo:

- Divulgação do curso na sociedade com o intuito de preparar o acadêmico antes que o mesmo ingresse na Universidade, de forma a reduzir as frustrações das expectativas geradas pela falta de familiaridade com a área escolhida. Destaca-se a participação em feiras vocacionais, ações de divulgação em ambientes públicos ( praças e principais Avenidas) antecedendo o vestibular, visitas às Escolas de Ensino Médio, entre outros.
- Inserção dos acadêmicos do curso em ações práticas como projetos de pesquisa e extensão e encaminhamento de estágios não obrigatórios e remunerados.
- A Universidade dispõe de um programa de ajuda econômica aos alunos através de convênios e da oferta de bolsas, financiamentos e auxílios institucionais, a saber: PROUNI, PROIES, PROESC, FIES, Auxílio Irmãos, Bolsa dependente de funcionário, Bolsa dependente de professor, Bolsa funcionário, Bolsa para Portador de Curso Superior, etc.
- São promovidos eventos acadêmicos, tais como, Jornada Acadêmica, Palestras, Seminários, Intercâmbios que oportunizam uma maior integração entre os alunos e seus professores e, também, destes com outras universidades e centros de estudos com o intuito de promover o incentivo e a motivação tanto ao comprometimento maior com o curso quanto em relação ao seu desenvolvimento educacional.
- Estímulo à participação dos projetos desenvolvidos pela Consultoria Jr. como forma de aliar os conhecimentos teóricos à prática contábil.
- Controle pela Coordenação do curso de matrículas semestrais e solicitações de trancamento, cancelamento e transferências solicitadas pelos acadêmicos através da identificação dos motivos alegados e entrevista com o aluno como forma de redução da evasão.

## **8.2-Formas de Ingresso e permanência**

As formas de ingresso no Curso de Letras da Urcamp se dão através de:

- a) Processo seletivo conforme estabelece o Regimento Institucional de 2014 que prevê a seleção dos candidatos através da classificação pela ordem decrescente limitando-se ao número estabelecido de vagas no Edital. No caso de restarem vagas poderá ser realizado novo processo seletivo. O Edital do Processo Seletivo é publicizado através dos meios de comunicação da IES ( site, Jornal Minuano) e demais mídias. Os candidatos se inscrevem diretamente no site institucional e na data prevista realizam uma prova avaliativa sob a forma de redação. Para dissertar são oferecidos três temas onde o candidato terá a oportunidade de escolha do que mais lhe tenha afinidade. Os candidatos que se declaram como pessoas com deficiência (PCD) são atendidos pela supervisora pedagógica do Núcleo de Apoio ao Discente e ao Docente. Os candidatos que participaram do ENEM e optarem por não realizar a prova serão classificados conforme a nota já obtida no Exame.
- b) Reingresso de diplomado: o candidato interessado em se matricular no Curso e que já possua Graduação deverá dirigir-se à Central do Aluno para dar início ao processo de seu interesse, portando documento que comprove a conclusão da graduação;
- c) Transferência interna ( troca de curso) e externa ( outra Instituição de Ensino Superior): nestes casos o candidato interessado em se matricular no Curso de Letras deverá dirigir-se à Central do Aluno para requerer vaga anexando documentos comprobatórios de vínculo em outro curso ou instituição para que seja realizado pela Coordenação do Curso a análise de aproveitamentos de estudos e posteriormente liberação da vaga e realização da matrícula.

### **8.2.1 Estímulo à permanência**

O curso de Letras possui mecanismos de estímulo à permanência de seus acadêmicos durante os quatro anos de duração do Curso. A seguir estão citados o programa de nivelamento e o atendimento psicopedagógico.

#### **8.2.1.1 Programa de Nivelamento**

O Programa Institucional de Nivelamento em Ensino Superior (PINES) é de caráter multicentro e multicampi, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, o qual destina-se aos alunos matriculados nos cursos de graduação da URCAMP, visando possibilitar ao aluno a revisão dos conteúdos básicos do Ensino Médio nas áreas de Matemática, Física e Química, Informática e noções de gramática e produção de texto, enfatizando os seus fundamentos através das estratégias de atendimento e do formato das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para superação de defasagem de aprendizagem, conforme Resolução 01/2015 da Pró-Reitoria Acadêmica.

O Programa se destina aos alunos com lacunas referentes a aprendizagens anteriores à educação superior e as do próprio curso, desenvolvidas com carga horária adequada ao atendimento das necessidades diagnosticadas, em qualquer tempo, no sentido de contribuir com o acadêmico na realização de um curso superior de qualidade.

O programa de acompanhamento ao discente compreende também o Programa de Nivelamento, através de ações que atendam às lacunas de aprendizagens oriundas da Educação Básica, principalmente nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa, propiciando um melhor desenvolvimento do discente no ensino superior. Este programa funciona na modalidade presencial e a distância e conta com o apoio do NADD (Núcleo de Apoio ao Docente e Discente).

A modalidade a distância permite que o aluno possa fazer o nivelamento em qualquer momento do semestre, através de encontros individuais pré-agendados, da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, conforme necessidade do acadêmico. O nivelamento permite uma revisão dos conteúdos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

#### **8.2.1.2 Atendimento psicopedagógico**

A URCAMP, por meio da Resolução No 42/2007 estabelece as Diretrizes para a Inclusão do Aluno com necessidades especiais no Ensino Superior, Técnico, Médio e Fundamental, propondo condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência. A referida resolução tem como finalidade dar visibilidade aos diferentes caminhos pedagógicos para a construção da acessibilidade na URCAMP.

Por meio do Programa de Apoio Psicopedagógico, a inclusão passa a valer-se de estratégias diferenciadas, no sentido da promoção de um processo de construção de conhecimento acessível a todos os alunos com deficiência, com uso do Laboratório de Informática, possibilidade de ajustamento no plano de estudos, autorização do docente para gravação de aula pelo aluno cego, paralisado cerebral, aluno com dislexia ou com dificuldades motoras, oferecimento de intérprete de libras para alunos surdos, seleção das salas de aula em função da melhor acessibilidade, orientação aos professores para que estes possam oferecer aos seus alunos condições de bom aproveitamento e participação no espaço de sala de aula rompendo as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

O Núcleo de Apoio ao Docente e Discente- NADD, conta com Corpo Técnico especializado composto por Psicóloga e Psicopedagogo, estruturado por meio do Núcleo Central- Campus Bagé e os Subnúcleos Campus Universitários: Alegrete, Sant'Ana do Livramento e São Gabriel, estando os mesmos sob a Coordenação do Núcleo Central. A equipe técnica trabalha conjuntamente, numa perspectiva centrada na pessoa e com visão sistêmica das situações ensino-aprendizagem. Disponibiliza ao estudante algumas modalidades de atendimento do Programa de Apoio Psicopedagógico, criado pela URCAMP, por meio da Portaria 048/2013 GR, que tem como finalidade o atendimento aos acadêmicos no que diz respeito ao desenvolvimento psicossocial, intelectual, planejamento de carreira, sua adaptação ao ensino.

O Apoio Psicopedagógico, estruturado pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente, tem como objetivo contribuir no processo de aprendizagem do aluno e nas relações interpessoais, com intervenção, por meio de técnicas e estratégias na orientação de estudos, com a utilização de recursos, (pesquisa no Laboratório de Informática; na Biblioteca Online, Artigos, Sínteses, Mapas Conceituais, Desenvolvimento na Eficiência da Leitura) como suporte de aprendizagem.

O atendimento Psicopedagógico se faz necessário e importante, pois representa uma demanda por parte dos discentes e familiares que procuram espontaneamente o serviço, e também pelo corpo docente, na medida que sentem necessidade de resolver situações pedagógicas, alguns conflitos que extrapolam os

limites da sala de aula, imaturidade frente às implicações da nova condição de autonomia requerida pelo desempenho do papel de estudante.

A orientação Psicopedagógica, propõe investigar as dificuldades de aprendizagem e adversidades de fatores que contribuem para tal. Desta forma, para se conhecer as causas do problema é de grande valia a busca pela atenção diferenciada ao aluno.

A Equipe Técnica do Núcleo de Apoio ao Docente e ao Discente é responsável pelo processo de investigação, estudo teórico, criação de alternativas e apoios necessários para viabilizações práticas de inclusão e acompanhamento aos alunos com necessidades especiais permanentes e outros problemas graves de saúde, que justifiquem apoio e adequação em maior grau e tempo. Quanto às necessidades educativas especiais e transitórias temporárias, os alunos apresentam problemas emocionais em função de acontecimentos recentes, problemas de aprendizagem ou desenvolvimento motor, sócio emocional, perceptivo, cognitivo ou linguístico. A indicação pela modalidade de atendimento é feita conforme a dificuldade que esteja centrada em questões acadêmicas ou fortemente ancorada em fatores psíquicos.

Para viabilizar o atendimento é necessário o reconhecimento da Necessidade Educativa, Déficits cognitivos, deficiências mentais, altas habilidades, psicoses, problemas de comportamento, Transtornos Invasivos do desenvolvimento, Paralisia Cerebral, Problemas Motores, Deficiências Auditivas, Deficiências Visuais. Especial apresentada pelo aluno, validado mediante preenchimento do requerimento e apresentação de documentação comprobatória, ou ausência desta, por informação do diretor de Centro, Coordenador de Curso, Diretor de Escola ou Supervisor Pedagógico.

No momento que for constatada a dificuldade de aprendizagem o aluno passa a ter orientação breve e focal, através de acompanhamento individual, com ações que contribuam para a melhoria da qualidade na aprendizagem e desenvolvendo estratégias e ações para melhoria do desempenho acadêmico, hábitos de estudo, responsabilidade na realização das atividades acadêmicas.

O professor recebe orientação deste setor para realização do trabalho pedagógico com o aluno incluso, destacando que as práticas são realizadas com metodologias diferenciadas atendendo às deficiências, sendo que a equipe técnica realiza estudo para casos mais especiais.

A direção de Centro, coordenação de curso, Diretor de Escola, Supervisor Pedagógico e o corpo docente são mantidos informados sobre o processo de atendimento de cada estudante e fornecidas orientações de como lidar com as dificuldades que estão em acompanhamento, realizando também a comunicação do retorno satisfatório dos mesmos.

A URCAMP contempla em sua estrutura física em geral, acessibilidade, com rampas amplas, onde as pessoas com deficiência circulam com segurança, banheiros atendendo às normas da ABTN (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e reformas com adaptações necessárias. Na medida em que há necessidade o aluno ou familiar procura o NADD e manifesta suas reivindicações. O próximo passo é entrar em contato com o setor responsável que viabiliza acesso com segurança e plena autonomia para qualquer pessoa, inclusive com mobilidade reduzida.

### **8.3- Sistema de Acompanhamento de Gestão Acadêmica -SEGUE**

De acordo com o PDI 2018-2022, a filosofia que norteia o trabalho da gestão está refletida nas política Institucional “Gestão estratégica com visão sistêmica, que objetiva desenvolver a excelência dos serviços educacionais, tendo por objetivo específico: Desenvolver mecanismos que permitam à comunidade acadêmica informar-se e acompanhar os indicadores institucionais (acadêmicos, administrativos e ações normativas), com vistas à promoção de uma gestão participativa e sustentável, por meio de um sistema de gestão”.

O Sistema SEGUE é um software que automatiza os processos internos da universidade, facilitando o monitoramento do dia a dia acadêmico, promovendo melhorias nos serviços de atendimento aos estudantes e reduzindo custos operacionais, já que substitui fluxos impressos e manuais por funções automáticas. Com esse sistema, a emissão e o pagamento de boletos, os agendamentos das

aulas, o acompanhamento de notas e demais consultas passam a ser executadas *on line*.

Para gestores, esse sistema se traduz em agilidade na comunicação com os estudantes e padronização nas resoluções de entraves ligados à situação financeira individual e à vida na IES. Além disso, com a automação dos processos e a minimização de erros e perdas de informações, gestores e coordenadores ficam livres para focar na expansão da instituição, monitorando indicadores da IES. A evasão e inadimplência, por exemplo, são fenômenos facilmente identificados com esse recurso.

Esse sistema de gestão viabiliza a análise da relevância de cada componente isolado da instituição, mas também de sua performance como um todo.

Para os professores, o sistema providencia, por meio de suas ferramentas, um portal exclusivo com mais autonomia e agilidade para publicar e armazenar planos de aulas, registro de frequência, avaliações e notas, bem como trocar experiências e materiais de apoio. Centralizar essas informações e recursos permite uma visão transparente e detalhada do desempenho de suas turmas e alunos. O sistema registra e monitora também as horas-aulas do corpo docente, permitindo melhor controle de sua carga horária.

Com um portal específico para atender suas demandas, os alunos do Curso de Direito da IES, mantêm controle sobre seus compromissos acadêmicos e financeiros, o que possibilita o acesso a informações relativas a notas, prazos, faltas, listas de leitura, reposições, mensalidades etc. Atividades complementares, como estágios e monografias, também podem ser controladas virtualmente e suas informações armazenadas.

#### **8.4- Apoio Financeiro / Bolsas**

A bolsa de estudo é um benefício que os alunos regularmente matriculados na URCAMP recebem em razão das necessidades socioeconômicas, tanto do ensino superior como de ensino básico, médio e técnico. Identifica-se como um desconto nas mensalidades, que pode ou não incidir na matrícula, de um percentual estipulado para cada tipo de bolsa e que depende de diferentes fatores, como convênio com entidades, dissídio coletivo, projeto aprovado, entre outros. Os programas de bolsas disponíveis são:

##### **8.4.1 Bolsa Dissídio Professores**

A URCAMP concede bolsas de estudos para dependentes de professores que atuam no corpo docente da instituição. Podem ser beneficiados até dois dependentes por titular. O percentual é variável de acordo com a carga horária do professor (esse percentual é para o primeiro dependente, para o segundo o percentual cai 50%, do percentual citado, conforme acordo coletivo) e incide inclusive na matrícula. As bolsas concedidas variam de 16% a 80%. A solicitação deve ser protocolada junto ao Setor de Atenção ao Estudante, mediante apresentação da documentação comprobatória de dependência.

#### **8.4. 2 Bolsa Dissídio Funcionários**

Funcionários e dependentes também têm direito a bolsas de estudo na URCAMP. O benefício é concedido para até dois dependentes por titular e o percentual é variável de acordo com a carga horária de trabalho do funcionário e o curso escolhido (o percentual é 80,08% para funcionários e/ou dependentes de funcionários com C/H 44h semanais, os com C/H 20h é de 36,40%, já o de C/H 36h semanais é de 54,60%).

#### **8.4.3 ProUni**

A URCAMP, em 2005, aderiu ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC). O processo de seleção dos bolsistas segue as diretrizes do governo federal.

#### **8.4.4 PROIES**

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), instituído pela Lei no 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. O ingresso é seguido pelos mesmos critérios de seleção do PROUNI.

#### **8.4.5 Educa Mais Brasil**

Convênio de oferta de bolsas de estudo para alunos ingressantes em conformidade com os dados cadastrais e socioeconômicos informados no site [www.educamaisbrasil.com.br](http://www.educamaisbrasil.com.br), condicionada a existência de vagas no ato da

matrícula, estando ainda sujeito a atender os requisitos previstos no Regulamento do programa EDUCA MAIS BRASIL, incluindo, mas não se limitando ter sido aprovado no processo seletivo da IES, não estar matriculado na IES, nos casos de cursos de graduação, nunca esteve matriculado na IES e já concluiu o ensino médio, corresponde a 50% de bolsa.

#### **8.4.6 Programas de apoio Financeiro - Financiamento**

A URCAMP possui algumas modalidades de crédito e financiamento.

##### **8.4.6.1 FIPRES**

O Financiamento Próprio Estudantil (Fipres) permite que o aluno ingressante pague apenas 70% da mensalidade e o restante, de 30%, somente após concluir a graduação. A instituição dispõe, ainda, um desconto de 15% para o estudante que se matricular em todas as disciplinas da grade curricular.

##### **8.4.6.2 CREDIES/FUNDACRED**

No Credies, o vestibulando pode pagar 50% da mensalidade enquanto está estudando e o restante, de 50%, após concluir o curso. A solicitação de financiamento ocorre por meio do site [portal.fundacred.org.br](http://portal.fundacred.org.br).

##### **8.4.6.3 FIES**

O Financiamento Estudantil do Ministério da Educação permite que o aluno possa financiar até 100% de sua graduação. Para isso é necessário que o estudante atenda os critérios estabelecidos pelo MEC.

#### **8.5 – NADD - Núcleo de Apoio ao Docente e Discente**

O Núcleo de Apoio ao docente e discente – NADD é o núcleo de atendimento pedagógico e psicopedagógico da Universidade da Região da Campanha - URCAMP, que se propõe a mediar, estimular e promover ações envolvendo os docentes, discentes e técnicos administrativos e pedagógicos.

O NADD tem por finalidade apoiar os docentes da Instituição em sua qualificação didático pedagógica, tendo em vista a otimização da qualidade do

ensino desenvolvido pela IES no cumprimento de sua missão e da visão dela decorrente.

Desenvolve o Programa Institucional de Apoio aos discentes através de diferentes programas temáticos de apoio específico, que buscam dar conta de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência dos acadêmicos da Urcamp, evitando a evasão.

O atendimento é feito de forma imparcial e ética, primando pelo respeito do solicitante e assegurando-lhe sempre o sigilo absoluto sobre as questões apresentadas e sua identidade. O NADD prioriza a construção de uma nova relação entre alunos, diretoria, coordenação, professores e colaboradores de maneira geral, para que juntos possam transformar a realidade acadêmica, recebendo, analisando e encaminhando solicitações aos setores responsáveis, sugerindo ações e mudança para a melhoria dos sistemas de gestão.

O NADD presta um serviço voltado ao atendimento do aluno de graduação e pós-graduação no que diz respeito ao seu desenvolvimento e planejamento de carreira, sua adaptação ao ensino superior, dificuldades de aprendizagem, entre outros. O seu público é constituído pelos alunos de graduação e pós-graduação da Universidade e, está ligado à Pró-Reitoria Acadêmica (PROAC) e Pró-Reitoria Administrativa (PROAD) que desenvolve atividades de orientação aos acadêmicos e de execução de programas de auxílio ao aluno.

Tem por objetivos: Promover o desenvolvimento psicossocial do estudante universitário; oferecer auxílio à vivência acadêmica como parte da construção de um projeto profissional; promover a integração do aluno à Universidade; promover maior adesão à instituição e ao curso, contribuindo assim para a prevenção da evasão; e, disponibilizar um canal de comunicação entre os alunos e a instituição.

Oferece o NADD os seguintes serviços:

- Atendimento individual a alunos: apoio psicológico e pedagógico a estudantes com dificuldades de adaptação e aprendizagem;
- Programa de nivelamento: ações voltadas para amenizar as defasagens de aprendizagem;
- Oficinas temáticas para o desenvolvimento de competências e habilidades para o mercado de trabalho e orientação profissional;

- Setor Psicopedagógico: este setor desenvolve um trabalho preventivo de orientação educacional, psicológica e profissional, executado por uma equipe de psicólogos, psicopedagogos e professores da URCAMP.

O objetivo maior do NADD é a promoção do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário da Universidade da Região da Campanha - URCAMP. Através de suas ações, o NADD pretende propiciar aos alunos oportunidades em que possam refletir sobre seus percursos de carreira, planejar o futuro profissional e desenvolver habilidades e competências necessárias ao gerenciamento de suas vidas acadêmica e profissional. A Equipe do NADD é formada por profissionais da Universidade, lotados no Centro de Ciências da Educação Comunicação e Artes e Centro de Ciências da Saúde.

São atribuições do NADD:

- Atender aos docentes e aos discentes nas suas necessidades de ensino-aprendizagem;
- Propor ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, para a democratização das relações institucionais e para a socialização do conhecimento;
- Prestar acompanhamento pedagógico e psicossocial aos discentes por meio de programas de apoio e suporte à aprendizagem;
- Desenvolver ações de acompanhamento do egresso e de sua empregabilidade, fortalecendo a ponte entre a IES e o mercado de trabalho;
- Orientar atividades acadêmicas aos docentes e discentes decorrentes do desenvolvimento das disciplinas;
- Elaborar, anualmente, plano de ação condizente às prioridades e necessidades do trabalho pedagógico da instituição;
- Acompanhar as atividades complementares realizadas pelos discentes;
- Encaminhar os docentes e discentes a outros setores competentes mediante as suas necessidades;
- Receber e orientar aos estudantes que desejam ingressar na Universidade da Região da Campanha -URCAMP;

- Atender os diretores, coordenadores dos cursos, docentes e demais colaboradores que estabeleçam relação direta ou indireta com os estudantes, professores ou coordenadores;
- Funcionar como agente facilitador e integrador dessas relações;
- Promover a adaptação, a satisfação e a integração dos estudantes com a instituição, contribuindo, deste modo para a formação e para o exercício profissional;
- Diagnosticar as situações divergentes em relação aos processos de ensino-aprendizagem;
- Propor e acompanhar os projetos de capacitação dos professores como processo contínuo e permanente;
- Desenvolver estratégias e ações para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes;
- Participar, quando convidado pelos respectivos Coordenadores de Curso, das reuniões dos Colegiados de Cursos, acompanhando a análise e a reflexão do processo pedagógico, a fim de conhecer as necessidades de cada curso e elaborar propostas de intervenção e após diagnóstico;
- Prestar assessoria pedagógica individual e coletiva às Coordenações dos Cursos quando solicitadas e agendadas antecipadamente, salvo em situações emergenciais.

São modalidades de atendimento:

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL**- Escolher uma carreira significa mais do que escolher uma trajetória profissional. Significa uma escolha de estilo de vida, por isso é preciso dar uma atenção especial a esse momento tão importante.

A grande oferta de cursos, o desconhecimento de si mesmo e a falta de informação podem provocar muitas dúvidas na hora de decidir. Pensando nisso, a Universidade, através do NADD, oferece o Serviço de Orientação Profissional que visa despertar no aluno uma visão mais crítica sobre suas habilidades, interesses e características pessoais, além de oferecer informações sobre os cursos e possibilidades de atuação.

**OFICINAS TEMÁTICAS**– Atividades de caráter voluntário, oferecidas em horário extracurricular, com o objetivo de possibilitar aos alunos, docentes e/ou

colaboradores o acesso a um espaço de informação e reflexão sobre temas relacionados à melhoria da qualidade de vida e do processo de ensino-aprendizagem.

**WORKSHOPS/ PALESTRAS**– O NADD organizará em conjunto com diversos setores da instituição Workshops e/ou Palestras que abordem temas de interesse dos alunos, docentes e colaboradores.

**ATIVIDADES CULTURAIS**– Visando maior integração entre acadêmicos, docentes, colaboradores, direção, familiares de estudantes, serão promovidas atividades que incluem as diversas formas de manifestação artística: pintura, dança e escultura, fotografia, teatro, música, poesia, gincanas.

**ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA**– Criação de um espaço onde os alunos, poderão se encontrar e se divertir com jogos a serem disponibilizados.

**PROGRAMA DE APOIO À APRENDIZAGEM**- para melhorar seu aproveitamento nas disciplinas em geral, será oferecido o Projeto de Apoio à Aprendizagem. O projeto apresenta aulas gratuitas como, por exemplo, aulas de português, matemática, química, física e biologia geral.

Dentre as ações voltadas aos discentes estão:

- Palestras e cursos;
- Recepção de ingressantes;
- Reuniões com o Diretório Acadêmico;
- Projetos de orientação vocacional;
- Atendimento individual e coletivo de alunos;
- Auxiliar no Processo Seletivo da Bolsa;
- Coordenação de atividades didático-pedagógicas dos cursos: monitoria e programa de apoio à aprendizagem;
- Orientação psicopedagógica aos alunos;
- Elaborar perfil do ingressante – situação sócio-econômica;
- Acompanhamento do aluno no que diz respeito: à evolução acadêmica (desempenho, motivações, etc.); ao ajuste ao corpo discente; - ao ajuste ao corpo docente; - motivos de sua inadimplência;
- Detecção de tendências vocacionais, visando: magistério; pesquisa e extensão;

- Acompanhamento das condições de permanência na IES;
- Acompanhamento dos casos de evasão, motivos que a originaram, possibilidades de retorno;
- Acompanhamento das situações que envolvem relacionamentos familiares;
- Encaminhamentos específicos.

O apoio ao docente desenvolvido pelo NADD visa complementar e aprofundar os conhecimentos em didática e em metodologia do ensino superior, capacitando os professores para o melhor desempenho das suas ações em sala de aula e o aprimoramento das seguintes características:

- I. A integração: a ação do NADD deve estar de acordo com os documentos básicos da Instituição: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- II. A flexibilidade: a abordagem do NADD deve ser dinâmica para adequar-se ao tipo de profissional que compõe o corpo docente da Instituição em seus diferentes cursos, com suas diferentes exigências;

A acessibilidade: as ações do NADD devem ser estendidas a todos os docentes e discentes desta IES, na medida de suas necessidades e em consonância com as da Instituição.

Abaixo as ações desenvolvidas:

- Projeto de acompanhamento e orientação de aulas;
- Cursos de capacitação para professores;
- Participação nos projetos pedagógicos;
- Orientação pedagógica aos professores.

Considerando que a atuação dos profissionais que integram o NADD deve obedecer aos preceitos da Ética Profissional, o professor que atuar no Programa deverá estar sempre atento para que não ocorra a confusão de papéis, pois não cabe ao docente com formação em psicologia realizar atendimento psicoterapêutico, nem ao professor-pedagogo o atendimento psicopedagógico.

Além disto, deve estar atento para as seguintes questões éticas:

- Manter sigilo sobre a identidade e problemática apresentada pelas pessoas que buscam o serviço;
- Realizar os atendimentos somente e estritamente dentro da Universidade da Região da Campanha - URCAMP;

- Não se envolver em discussões, omitindo opiniões favoráveis ou contrárias sobre a postura de seus colegas, dos coordenadores de curso, ou quaisquer membros da instituição, seja no âmbito pessoal ou pedagógico; propiciando o acolhimento, a escuta e a reflexão sobre a questão e realizando o encaminhamento adequado para superação da dificuldade; Não se envolver em discussões, omitindo opiniões favoráveis ou contrárias, se as situações problemas foram relacionadas a questões administrativas e/ou financeiras com a URCAMP; orientando na busca de soluções junto aos órgãos competentes.

### **8.6-NEAD – Núcleo de Ensino a Distância (Moodle)**

O papel do NEAD na modalidade de Ensino à Distância é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Ele deve acompanhá-lo quanto ao entendimento dos conteúdos propostos, desenvolvimento de atividades e outros aspectos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem.

A interação com a tutoria on-line acontece por meio do fórum de discussão, que acontece durante a disciplina. Este espaço é utilizado para debates entre aluno e tutores, que atuam na mediação das ações pedagógicas dos tópicos postados no Ambiente Virtual de Aprendizado - AVA.

A tutorial presencial, realizada por profissionais habilitados, orientam os alunos com relação ao AVA, auxilia na organização dos estudos e facilita a interação dos alunos com as disciplinas NEAD. Com as atividades presenciais, o aluno deve realizar suas avaliações, aula de introdução e encerramento e participar de encontros programados com os tutores presenciais.

Quanto as tecnologias de informação e comunicação – TICS – no processo ensino-aprendizagem:

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA é um sistema formado por soluções integradas de gerenciamento de aprendizagem, conhecimento e conteúdos on-line, que proporcionam a interação entre alunos e tutores. Por meio do AVA são disponibilizados aos alunos textos, vídeo aulas e questionários que deverão ser desenvolvidos no decorrer do semestre. Por meio dos questionários, os alunos acompanham e avaliam o seu progresso no processo de ensino-aprendizagem.

A plataforma utilizada para a publicação de conteúdo é o Moodle. O Moodle conta com as principais funcionalidades disponíveis nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. É composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas funcionalidades é possível dispor de recursos que permitem a interação e a comunicação entre o alunado e a tutoria, publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos, administração de acessos e geração de relatórios.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, o aluno tem acesso ao material pedagógico disponibilizado por disciplina, além dos recursos de interação que permite o dialogo entre os alunos e a equipe de tutoria.

O Ambiente Virtual de Aprendizado Moodle está hospedado em um Servidor Dedicado, com Sistema Operacional Linux e Banco de Dados, para a hospedagem com total segurança do Ambiente Virtual, material de estudo e vídeo aulas.

Quanto ao material didático institucional:

O material de estudo das disciplinas on-line são divididos em unidades, onde cada unidade segue a seguinte estrutura de divisão no AVA: Teleaulas; slides da teleaula; livro-texto; vídeos, questionários.

- Teleaulas

Com a divisão do conteúdo da disciplina em unidades, a gravação das teleaulas são feitas de acordo com a organização da divisão. As teleaulas de cada unidade possuem a duração de uma hora, sendo dividida em quatro blocos de quinze minutos cada. A separação em blocos é utilizada com o objetivo de tornar a aula mais dinâmica e interativa.

É importante ressaltar que todas as teleaulas possuem intérprete de libras, o que permite aos alunos portadores de necessidades especiais acompanharem o conteúdo ministrado.

Slides da teleaula

Para a gravação da teleaula, são utilizados slides que contem os principais tópicos abordados. Enquanto é apresentada a aula, os slides aparecem na tela ajudando o aluno a acompanhar os assuntos desenvolvidos.

Livro-texto

O livro-texto contém o material da disciplina de todo o semestre dividido por unidades, onde cada unidade possui suas teleaulas correspondentes. O livro-texto

possui alguns elementos gráficos, um Box destacando o principal assunto abordado, numeração de linhas e espaço reservados às anotações, recursos que facilitam ao aluno sua leitura e utilização do material. Todo o material gráfico de livro texto e slides é disponibilizado para o aluno através de uma mídia de CD e através do Ambiente Virtual de Aprendizado.

Vídeos: produzidos Studio URCAMP

#### Questionários

Cada unidade da disciplina possui um questionário correspondente, sendo elaborados de acordo com os conteúdos das teleaulas, livros-textos e slides. Todos os questionários são compostos por 5 (cinco) questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de respostas, sendo que apenas uma está correta. Cada questionário possui um limite de três tentativas possíveis, prevalecendo sempre a maior nota obtida.

#### Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

A ferramenta utilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem para proporcionar a interação entre o aluno e a tutoria on-line é o Fórum de Discussão. O Fórum permite a comunicação promovendo a aprendizagem colaborativa e a interação entre alunos e tutores on-line. A troca de conhecimento e informações entre a tutoria on-line e tutoria presencial é feita através da ferramenta de e-mail, telefone e um fórum no Ambiente Virtual específico para troca de informação entre os tutores presenciais, coordenação de EAD e tutores on-line.

### **8.7 Nivelamento**

O Programa denominado de nivelamento tem origem no propósito de acolher, da melhor forma possível, o aluno que inicia a sua vida acadêmica. O mesmo se desenvolve em diversas modalidades, conforme as necessidades e possibilidades que os cursos de graduação apresentam. Tem por objetivo melhorar o aproveitamento do aluno no transcorrer de sua formação acadêmica, de forma eficiente.

Esse recurso é utilizado para contribuir no fortalecimento intelectual e na formação acadêmica dos alunos.

O Projeto de Reforço e Oficinas se destinam aos alunos com lacunas referentes ao ensino-aprendizagem anteriores à educação superior e as do próprio curso. São desenvolvidos com carga horária adequada ao atendimento das necessidades diagnosticadas.

O Projeto de Técnicas de leitura para Iniciação à pesquisa que, dentre outros aspectos, trabalha a leitura e a escrita dos graduandos. Desenvolvido a partir do 2º semestre do ingresso do acadêmico, é orientado e acompanhado durante o semestre letivo por professor coordenador do projeto e pelos professores das disciplinas lecionadas no período.

As fases do programa são:

1. Fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades;
2. Fase de execução das ações de nivelamento;
3. Fase de acompanhamento;
4. Fase de avaliação do programa.

A fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades será iniciada na primeira semana de atividades curriculares de cada ano letivo.

Compete ao coordenador do curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem Programa de Nivelamento dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no curso.

Os trabalhos de triagem e diagnóstico ocorrem de forma concomitante às atividades previstas para o período. A triagem será realizada por avaliação diagnóstica a ser aplicada na primeira semana de atividade curricular, visando capacidade de abstração, interpretação, raciocínio lógico.

Na fase de execução das ações de nivelamento, os estudantes deverão participar das atividades planejadas, que foram organizadas a partir do diagnóstico obtido de acordo com os resultados da triagem inicial. Serão oferecidos:

- Curso de nivelamento em raciocínio lógico;
- Curso de nivelamento em leitura e interpretação de texto;
- Curso de nivelamento em informática.

Já na fase de acompanhamento os estudantes serão acompanhados ao longo do curso, por dois processos de avaliação diagnóstica durante o ano, que darão subsídios para a elaboração de um plano de ação estratégica, visando à superação das dificuldades apresentadas. O planejamento dessas ações será executado pelo coordenador do curso, em conjunto com o serviço de apoio psicopedagógico e o Núcleo Docente Estruturante, para recuperar as defasagens apresentadas pelo aluno.

A avaliação do programa dar-se-á por meio de:

- instrumentos que serão aplicados durante e após as atividades propostas no plano de recuperação do estudante;
- acompanhamento do rendimento do estudante;
- acompanhamento do rendimento da turma;
- relatório de cada estudante atendido;
- acompanhamento do índice de evasão do curso;
- instrumento de avaliação do programa respondido pelo estudante;
- instrumento de avaliação do programa respondido pelos participantes.

Para o acompanhamento e execução desse plano estarão envolvidos, a direção do Curso, Coordenador, NDE e o Serviço de Apoio Psicopedagógico da Universidade.

## **8.8 Monitorias**

Um dos programas para inserção do estudante no mundo acadêmico é a monitoria. A monitoria constitui-se num processo de nivelamento para os estudantes, uma vez que, havendo necessidade, poderá utilizar esse espaço para atividades de cunho teórico ou prático, na qual um acadêmico-monitor, sob orientação do professor titular da disciplina, auxilia o estudante na execução de trabalhos, elaboração de relatórios, exercícios, execução de experimentos etc.

Obedecendo a resolução do Conselho Universitário (Consun), que dispõe sobre o exercício de monitoria por parte dos acadêmicos, os cursos de graduação com regularidade abrem processo seletivo de monitores nas diversas disciplinas dos mesmos, conforme regulamento.

### **8.9-Bolsas de Iniciação Científica**

A Iniciação Científica constitui um processo de formação do acadêmico com vistas à iniciação de atividades investigativas, de aprimoramento da construção do conhecimento e desenvolvimento do espírito crítico analítico. Os acadêmicos desenvolvem, sob a orientação de um professor, atividades de busca de soluções para os problemas demandados na área de conhecimento relacionada ao curso do estudante e de relevância social.

Na URCAMP o Programa de Iniciação Científica, privilegia a participação de estudantes com ou sem bolsa em projetos de pesquisa.

O programa, implantado na URCAMP, destina-se a acadêmicos de cursos de graduação, matriculados regularmente. A iniciação científica se configura desta forma, como um passo dado por estudantes comprometidos com a própria formação.

As atividades de Iniciação Científica a URCAMP têm como objetivos:

- Capacitar os alunos para o aprimoramento da formação acadêmica;
- Desenvolver a capacidade de investigação e comunicação científica dos discentes;
- Contribuir com a produção de novos conhecimentos e sua aplicação à realidade regional.

A iniciação científica do Curso de Letras é realizada através de trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos alunos sob orientação dos professores e coordenadores dentro das linhas de pesquisa do curso, culminando na apresentação dos mesmos em eventos de iniciação científica realizados por diversas instituições de ensino. Entre os principais eventos da IES destaca-se a Mostra de Iniciação Científica – Congrega.

### **8.10- Encaminhamento de Estágios Extracurriculares**

O estágio não obrigatório é uma atividade curricular desenvolvida pelo estudante, de caráter opcional que visa proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano.

Em respeito a Lei do Estágio o curso acompanha os estágios extracurriculares realizados pelos acadêmicos, arquivando pasta com cópia do contrato de estágio assinado pela IES, estagiário e entidade conveniada, além de realizar visitas aos locais de estágio para a verificação do cumprimento da Lei do Estágio.

### **8.11 Acompanhamento do Egresso**

O acompanhamento dos egressos do Curso de Letras da Urcamp de Sant'Ana do Livramento se dá informalmente, tendo em vista que a realidade da cidade, em termos gerais, é de domínio público. Eventualmente, são chamados alunos egressos para darem seus depoimentos nas turmas existentes, o que os deixa bastante satisfeitos. Além dessa questão, as revelações dos alunos egressos servem para estimular os acadêmicos, tendo em vista que a grande maioria deles está no mercado de trabalho. Os egressos do curso também recebem convites para participar de eventos de extensão como semanas acadêmicas, palestras e seminários. Em geral, os convites são atendidos, já que a eles muito interessam os assuntos debatidos nesses eventos.

### **8.12- Programas e Projetos de Curso**

Neste processo pedagógico abrem-se os espaço, também, para a “iniciação científica”.

Com as atividades de iniciação, articuladas pelo Núcleo de Pesquisas em Educação e Humanidades da URCAMP - abrem-se os espaços para a vinculação entre graduação e pesquisa a partir de várias linhas de pesquisa, localizada no Campus Sede da URCAMP-Bagé. O referido Núcleo está vinculado ao Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes da Universidade. Destaca-se, também, a parceria com a Pró-Reitoria: Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (fulcro na fomentação de pesquisas e extensão e, inclusive, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Culturais).

No entanto, não se pensa em fazer pesquisa séria, se não for pela via teórica, isto significa dizer que não se faz boa prática sem teoria, método e empirismo, o que exige a volta constante do questionamento teórico e vice-versa. Pensa-se a prática sempre dialeticamente imbricada na teoria, não se esgotando na compreensão da realidade, mas transformando-a.

Um gênero de pesquisa necessário que se pretende oferecer aos envolvidos na graduação de Letras é a “pesquisa docente” – PIBID.

A mais veemente motivação ao graduando na caminhada de educar-se pela pesquisa é a postura do professor, que deve ser ele próprio o pesquisador que deseja despertar no aluno - PIBID.

A intenção é incentivar o professor na investigação de um tema específico de sua predileção, estar sempre atualizado, produtivo, sem perseguir a especialização excessiva, buscando dominar uma matéria em particular, focalizando-a sistematicamente, procurando aprofundar-se de tal forma a deixar a condição de mero espectador e repetidor para assumir a postura de colaborador eficaz e de participante no processo de interação sócio-educacional.

As linhas de pesquisa científica adotadas, de modo unificado, nos Campi, estão assim alinhadas, conforme a escolha de pesquisas curriculares ou integradas, de caráter universitário e/ou comunitário:

- Produção de Texto;
- Formação do Leitor;
- Gêneros Literários;
- Literatura e História;
- Ensino de gramática.

### **8.13 - Organização Estudantil**

A Urcamp estimula a organização dos Diretórios Acadêmicos (Das) e do Diretório Central de Estudantes (DCE). Os DAs dos cursos da URCAMP representam os interesses dos acadêmicos junto à IES; organizam eventos científicos, como as semanas acadêmicas, visando o exercício do protagonismo estudantil, sendo também responsáveis pela integração social e cultural dos graduandos. O DCE é formado por representantes dos DAs eleitos segundo regimento próprio.

Além disso, nos conselhos institucionais (CONSUN e Colegiados de Curso) está prevista a participação de acadêmicos, nas diferentes instâncias. A Instituição tem buscado proporcionar ao alunado espaços de convivência, esporte, arte, cultura e entretenimento por meio de programas, eventos e readequação de sua estrutura física, além de subsidiar todas as Secretarias Acadêmicas, com o máximo de informações para poder atender eficientemente a todo o público estudantil.

## **9. INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS INSTITUCIONAIS**

Contemplando a diversidade e o contexto regional o projeto do curso de Letras articula o ensino, a pesquisa e a extensão, onde o professor e o estudante atuam como responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem.

As políticas de Ensino foram amplamente discutidas na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e são operacionalizadas no âmbito do Curso expressando suas intenções na formação de profissionais qualificados.

Dessa forma, busca-se a consolidação dos padrões que formarão a qualidade do curso, através da realização de eventos como a Semana Acadêmica e e Mostra de Iniciação Científica que acontecem semestralmente promovendo a interdisciplinaridade, na integração das disciplinas do próprio curso e de outros cursos da instituição.

A Instituição de Ensino Superior/IES tem como políticas na graduação a Consolidação dos padrões de qualidade dos cursos de graduação por meio das seguintes ações: investimento na qualificação permanente do corpo docente oportunizando a formação pedagógica permanente dos docentes; oferta aos professores de orientação específica para o exercício da docência junto aos alunos com necessidades especiais por meio do Núcleo de Apoio ao Discente e Docente/NADD; monitoramento do desempenho e a da sustentabilidade do curso de graduação considerando os resultados das avaliações internas e externas; aprimoramento do projeto pedagógico do curso; estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, especialmente órgãos da Justiça e implementação de processos de capacitação de gestores; ampliação e qualificação do acervo bibliográfico.

Destaca-se também, a ampliação do relacionamento institucional e acadêmico com a realização de eventos visando à integração de acadêmicos por meio de atividades de lazer e também pela participação em eventos de outras IES. Oferece apoio psicopedagógico com a integração dos alunos com necessidades especiais à vida acadêmica.

O aperfeiçoamento do processo de auto-avaliação e planejamento dos cursos se dá através pela disseminação, perante o curso, do compromisso institucional da Universidade com a comunidade interna e externa e; através da explicitação da importância dos processos auto-avaliativos; pela contribuição do curso na consolidação dos processos auto-avaliativos da Universidade.

O curso incentiva a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, através de grupos de estudos que auxiliam na iniciação científica capacitando os alunos para o TCC; criar o núcleo de pesquisa no âmbito do curso.

No curso as atividades de Iniciação Científica têm como objetivos: desenvolver a capacidade de investigação e comunicação científica dos discentes e; contribuir com a produção de novos conhecimentos e sua aplicação à realidade regional. Os alunos são orientados a participar de projetos de iniciação e submetê-los ao Congrega, evento de iniciação científica institucionalizado pela URCAMP e a outros eventos de iniciação científica.

As políticas de responsabilidade ambiental estão documentadas através de palestras e na Mostra de Iniciação Científica das Atividades Integradoras, realizadas semestralmente. São operacionalizadas através de programas de extensão como o “Urcamp na comunidade”, de Palestras, Simpósios, Atividades Integradoras além do atendimento a comunidade carente prestado pelo NPJ e bolsas de estudos como o PROUNI, PROIES.

Na IES existem políticas institucionais de pesquisa e extensão que orientam os programas de incentivo para o apoio financeiro na execução de projetos - Programa Institucional de Apoio à Pesquisa, para bolsas acadêmicas de iniciação científica – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e para a divulgação dos conhecimentos da pesquisa e da extensão–Programa Institucional de Apoio à Divulgação do Ensino, Pesquisa e Extensão.

## 9.1-Concepções e ações na Extensão

A partir dessas considerações, a Extensão Universitária na URCAMP, em conformidade com sua missão contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e observado o Plano Nacional de Extensão Universitária, define-se como uma das funções sociais da Universidade, na condição de “relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

Como prática acadêmica indispensável à formação do aluno e à qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, proporciona uma relação de interação, intercâmbio, transformação mútua e de complementaridade recíproca entre as diferentes áreas do conhecimento e os múltiplos segmentos sociais.

A extensão universitária como prática acadêmica tem por políticas:

- Articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade;
- Estabelecer um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, buscando a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- Promover atividades de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento da sociedade, a partir de propostas oriundas de uma convivência aberta e horizontal com a comunidade;
- Contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares;
- Favorecer a reformulação do conceito de "sala de aula", que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da universidade;
- Incentivar a expressão da diversidade artístico-cultural;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável social, econômico e ambiental.

Nesta perspectiva, o Curso de Letras se apresenta aberto à comunidade e a concretização da extensão universitária em relação de parceria e de convivência com a sociedade.

Estas ações de extensão resultam num processo dinâmico e dialético, consubstanciado pelo compromisso político e técnico assumido na prática e pela prática de docentes, discentes e comunidade dentro de uma pluralidade cultural e política.

Neste sentido, de forma multidimensionada, podendo ser compreendida enquanto estratégia para promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento com os diversos segmentos da sociedade, levando em consideração a realidade social, numa perspectiva transformadora. Por outro lado, poderá ser assumida como fonte de ensino, proporcionando aos docentes e discentes contato direto com a realidade social. Poderá ser entendida enquanto serviços que a Universidade presta à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às reais expectativas e problemáticas da população e, ainda, ser considerada como um espaço fértil para o exercício e conquista da emancipação crítica tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

O curso busca através das ações de extensão articular o ensino e a pesquisa com as demandas sociais; estabelecer um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o saber popular; incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política; contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares; contribuir para o desenvolvimento sustentável social, econômico e ambiental.

## **9.2- Concepções e ações na pesquisa**

A pesquisa assume um papel central, na medida em que é o espaço que oportuniza o questionamento reconstrutivo, pois envolve teoria e prática, qualidade formal e política, inovação e ética e, sob o ponto de vista da inovação, trata-se do conhecimento crítico e criativo. O docente necessariamente deve assumir um papel de pesquisador, em que assume a pesquisa como princípio científico e educativo.

As políticas de pesquisa são entendidas como os mecanismos que irão viabilizar as ações de geração e disseminação do conhecimento, tendo como meta

formar quadros altamente qualificados, comprometidos com a produção de conhecimento e a investigação científica, cultural e tecnológica, dedicando-se à pesquisa em todas as áreas do conhecimento. São elas:

1. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
2. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura para, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;
3. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
4. Criar mecanismos e ferramentas que viabilizem o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão de pesquisa e de avaliação e acompanhamento de projetos;
5. Estimular a criação, aperfeiçoamento e consolidação de núcleos de pesquisa na URCAMP, a participação em grupos de pesquisa no CNPQ e na Plataforma Lattes.

Essas políticas orientam os programas de incentivo, com editais que contemplam recursos: para o apoio financeiro na execução de projetos - Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAP); para bolsas acadêmicas de iniciação científica – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC); e para a divulgação dos conhecimentos da pesquisa e da extensão–Programa Institucional de Apoio à Divulgação do Ensino, Pesquisa e Extensão (PADEPEX).

A operacionalização das ações de pesquisa é realizada através dos Grupos de Pesquisas do Curso de Direito, que estão alinhados aos Programas de Pesquisa da URCAMP, os quais estão orientados por Linhas de Pesquisa,

### **9.3 Concepções e ações no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação no Processo de Ensino Aprendizagem**

O Curso de Letras prima pelo desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias na educação pela promoção do uso das tecnologias de informação e de suas ferramentas didático-pedagógicas, participando do Núcleo de Educação à Distância (NEAD), que permite aos docentes o uso das metodologias semipresenciais (MOODLE), Grupo A e Plataforma SSA e oportunizando a capacitação permanente dos docentes em EAD.

## **10. CORPO DOCENTE**

### **10.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE**

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Letras é constituído pelo Coordenador do curso e três professoras do corpo docente, contratados em regime de tempo integral e horista, com pós-graduação *stricto sensu*, e experiência docente na Instituição, que respondem diretamente pela produção, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. A normatização do Núcleo Docente Estruturante foi aprovada através da resolução 032/2010, sendo informada conforme regimento aprovado pelo CONSUN da IES.

O NDE, cuja nomeação é feita via Portaria da Reitoria, reúne-se semanalmente com registros dos encontros em livro próprio, atua no curso através da elaboração e atualização do Projeto Pedagógico do Curso; supervisionando e acompanhando as avaliações do curso.

O NDE do curso planeja os mecanismos de preparação para avaliações externas, conduzidas pelo SINAES, levantando as necessidades estruturais e pedagógicas do curso e apontando medidas corretivas. O NDE também avalia os Planos de Ensino dos componentes curriculares e tem a atribuições relativas ao monitoramento das avaliações do corpo docente, cabendo elaborar sugestões ao Colegiado de Curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- atualizar, quando necessário, o projeto pedagógico do curso;

- conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, sempre que necessário;
- supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso;
- requisitar e analisar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.

Os membros do NDE dedicam uma hora-semanal presencial às atividades do Núcleo, isto permite ao NDE a realização de forma excelente de suas funções precípuas.

O NDE é órgão estratégico para a persecução dos objetivos delineados no PPC, bem como para que os egressos tenham o perfil almejado. Por essa razão o Núcleo passou por expressiva reformulação, com vistas a tornar a sua participação no planejamento estratégico das ações do Colegiado de Curso, o que vem permitindo que atinja de modo efetivo as suas funções principais, previstas tanto na legislação específica quanto na regulamentação interna do NDE no âmbito da URCAMP. Embora o NDE exerça as suas atribuições de modo colegiado, para facilitar o acompanhamento de algumas práticas pedagógicas às atividades do Núcleo foram divididas entre os seus integrantes, de maneira que haja sempre alguém responsável pelo acompanhamento das diferentes áreas de atuação, muito embora a concepção e planejamento do curso fiquem a cargo de todos, coletivamente.

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Direito está regulamentado conforme portaria número 032/2015 e possui a seguinte composição:

Quadro - Composição do NDE do Curso de Letras

Idene Mariano Godois	Mestre-Presidente
Matusa Mendes da Trindade	Mestre
Maria Celina Osório Perroni	Especialista
Suzana Ribeiro Mendina	Especialista

## 10.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é uma instância pedagógica na qual todos os professores participam efetivamente com igualdade de posição, construindo e aperfeiçoando os

processos. O resultado sempre decorre de um amplo processo de exposição e debate de ideias, o que permite que as decisões sejam tomadas com mais segurança e com a finalidade de oferecer à comunidade acadêmica encaminhamentos mais precisos e justos.

A Coordenação Didático-Pedagógica do Curso de Letras, regimentalmente, é competência do Colegiado de Curso, com a função básica de planejamento, acompanhamento e avaliação do ensino, associado à pesquisa e à extensão.

O modelo de gestão dos colegiados de cursos, URCAMP primam pela regularidade e constância nos encontros, realizados mensalmente e intercalados com encontros pedagógicos para discussão de textos que versam sobre as práticas pedagógicas, ou ainda nas reuniões gerais da direção de centro. Isso garante o fluxo das informações e o funcionamento adequado dos processos.

As atividades do curso são acompanhadas pelo Coordenador do Colegiado, com o assessoramento do Núcleo Docente Estruturante e executadas em conjuntos por todos os integrantes do curso. São membros do Colegiado: o coordenador do curso, os membros do Núcleo Docente Estruturante, o coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, os professores do curso, um representante discente e um representante do corpo técnico-administrativo.

O Regimento interno da URCAMP prevê a participação de um representante dos discentes, indicados por seus pares, em todos os colegiados de curso. Isso permite que ocorra a ressonância dos estudantes no contexto do pensar o fazer pedagógico e a proposta em execução. As reuniões ocorrem na sala dos professores, Campus Central, sempre no horário das 18 às 18h 50min, com pauta definida pela coordenação de curso, ou mesmo por sugestões de professores e alunos. Todos os professores têm acesso prévio às datas dos encontros e pauta através de e-mail, ou no momento em que chegam à Instituição para pegarem o diário antes da aula. O resultado das discussões é sistematizado em atas.

São competências do Colegiado de Curso:

- I. - aprovar o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. - decidir sobre as diretrizes de ensino, pesquisa, inovação e extensão no âmbito de sua competência;
- III. - supervisionar o ensino;
- IV. - orientar quanto às estratégias de avaliação do desempenho do aluno;

- V. - realizar, ao final de cada período letivo, a avaliação do curso, especialmente em termos de desempenho docente e discente, sem prejuízo da avaliação Institucional;
- VI. - aprovar a regulamentação do estágio curricular, encaminhando à Câmara de Política Acadêmica para homologação;
- VII. - manifestar-se sobre as diretrizes do Calendário da Universidade;
- VIII. - decidir sobre os feitos que lhe forem apresentados;
- IX. - zelar pela excelência da área de conhecimento pertinente, num processo constante de reflexão, ação e de redimensionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X. - analisar os trabalhos produzidos pelo corpo docente para fins de publicação e homologar, ao final do semestre letivo, o nome dos concluintes para a devida colação de grau.

### **10.3 Coordenação do Curso**

Nome: Idene Mariano Godois

E-mail: idenegodois@urcamp.edu.br

Titulação: Mestre em Letras Estudos Literários

Carga/horária: 40h ( TI )

Exercício da Coordenação: Portaria 111/2014 de 01 de dezembro de 2014. Para a atuação pedagógica o Coordenador Curso e o NDE, são responsáveis pela implantação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e orientar e acompanhar o estudante desde o ingresso na IES até a sua formatura.

A Coordenação do curso trabalha, em todas as ações, orientada por um modelo de gestão participativa, de forma a propiciar a participação e o envolvimento dos docentes na totalidade das atividades, nas programações e eventos realizados pelo curso, bem como, na tomada de decisões relevantes, priorizando sempre o bom andamento das ações e a excelência nos serviços prestados à comunidade acadêmica.

São realizadas reuniões periódicas junto ao grupo de professores buscando a participação dos mesmos nas proposições, discussões, e encaminhamento de

decisões, medidas necessárias e pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades do curso.

O relacionamento com os alunos caracteriza-se pelo estímulo na participação destes nos processos de gestão, através de sugestões e encaminhamento das expectativas e necessidades observadas e experimentadas no ambiente acadêmico.

A docência e o trabalho de supervisão de estágio e orientação de trabalhos de conclusão de curso, assim como, a organização e coordenação dos eventos científicos e culturais realizados promovem uma maior integração com os acadêmicos.

### **10.3.1 Atribuições da coordenação do curso**

De acordo com o regimento geral da URCAMP ao coordenador do Curso compete:

I – presidir o colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante NDE, representá-lo e fazer cumprir suas determinações;

II – zelar pela eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso sob sua responsabilidade;

III – acompanhar, sistematicamente, o desempenho dos docentes do Curso;

IV – proceder a imposição de grau aos concluintes do curso;

V – manter a ordem e a disciplina no âmbito de seu curso e propor ao diretor do Centro sindicância ou inquérito;

VI – Aplicar as sanções previstas nos itens I e II do artigo 32 deste regimento;

VII – diligenciar, para que a disciplina vacante seja provida conforme norma baixada pela Câmara de Ensino (In: Regimento Geral da Universidade da Região da Campanha/URCAMP).

A Coordenação do Curso, de acordo com o Regimento Institucional, tem como finalidade acompanhar diretamente o trabalho dos professores, prestando as informações e orientações necessárias e procedendo a avaliações periódicas do trabalho realizado no sentido de reorientá-lo, quando for o caso, além de favorecer a integração do acadêmico nos processos que envolvam o ensino e a aprendizagem, tanto no âmbito do espaço da sala de aula quanto no âmbito do espaço institucional,

subsidiando os professores na elaboração de estratégias para implementar a formação acadêmica qualificada.

#### **10.4 Corpo Docente do Curso**

O Quadro docente do Curso de Direito é composto de professores Especialistas, e Mestres, e o processo seletivo para ingresso na IES é realizado através de concurso público com prova de títulos e prova didática. O corpo docente é selecionado com base na titulação e na experiência no magistério superior e na área profissional em que atua, mantendo a congruência com a disciplina a ser lecionada.

Os professores contam com Auxílio Ponte para ingresso em Cursos de Mestrado e Doutorado e significativa redução de carga horária ministrada, sem prejuízo do Regime de Tempo em que atuam na IES.

<b>Titulação</b>	<b>Número de docentes</b>	<b>Quantidade (%)</b>
<b>Mestre</b>	02	50 %
<b>Especialista</b>	02	50 %
<b>TOTAL</b>	04	100 %

**Comprovação: Currículo Lattes, Pasta individual dos professores**

#### **10.5 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica**

Os professores do Curso de Letras são orientados a encaminhar a secretaria do curso documentos comprobatórios de resumos e produções científicas, cultural, artística ou tecnológica dos últimos 3 anos, bem como todo e qualquer trabalho de

iniciação científica junto a comunidade. Os documentos são arquivados na pasta individual de cada professor na Coordenação do Curso, bem como registrados no Currículo Lattes.

## **10.6 Programa de Formação Docente Continuada**

A URCAMP, em sua política de qualificação docente, estimula as iniciativas dos docentes para a obtenção de título de Mestre e/ou Doutor em cursos reconhecidos pela CAPES.

Propicia o auxílio em carga horária a todos os professores nessa condição, no período em que estiverem realizando seus estudos e trabalhos pertinentes à realização dos créditos (componentes curriculares) e à defesa de Dissertação ou Tese. Quando da obtenção do título, remunera de forma diferenciada os detentores desta titulação, como forma de reconhecimento e valorização da qualificação obtida.

Com relação aos cursos de pós-graduação em nível de pós-graduação lato sensu, a instituição oferece bolsas parciais ou integrais.

O Programa Pedagogia Universitária, objetiva a formação de 100% dos docentes da URCAMP, até 2022. O Programa tem como concepção ser um espaço de estudo e reflexão sobre a docência, possibilitando a construção e reconstrução de conhecimentos relacionados à prática pedagógica. O programa emerge da política de qualificação da ação pedagógica de apoio aos docentes. Está pautado nos seguintes temas:

- Concepções de Ciência, Saber, Didática e saber-escolar;
- o processo de ensino;
- relações Interpessoais;
- coreografias didáticas;
- metodologias ativas;
- ações Interdisciplinares;
- suporte tecnológico;
- avaliação em sala de aula;

- fundamentos legais da educação no país;
- política institucional: normatizações internas;
- avaliação institucional: interna;
- avaliação institucional externa.

Os docentes da URCAMP integram o colegiado dos cursos de graduação, tendo seu trabalho orientado e acompanhado pelo coordenador do respectivo curso, bem como pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE. Cabe aos docentes desenvolverem seu trabalho com base no exposto no Projeto Pedagógico Institucional – PPI, bem como no Projeto Pedagógico do Curso - PPC que estão vinculados, do qual decorrem os planos de ensino dos componentes curriculares, documento que orienta o trabalho do docente e que deve ser elaborado por ele semestralmente. Da mesma forma, as atividades dos docentes nas demais dimensões que compõem a Educação Superior (extensão, pesquisa e gestão) orientar-se-ão pelos princípios e metas estabelecidas no PDI.

Especificamente em relação à EaD, destaca-se que os docentes que atuam nessa modalidade são os mesmos que atuam na modalidade presencial, sendo que esses passam por formação específica.

Quanto à expansão do número de docentes é realizada a contratação de novos professores sempre que há demanda ou mediante a implantação de um novo curso.

## **11. INFRAESTRUTURA**

### **11.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

#### **11.1.1 Central do Aluno**

A Central do Aluno está destinada a prestar informações institucionais tornando-se um canal de relacionamento entre Instituição e alunos. Foi criada especialmente para proporcionar ao aluno um atendimento mais eficiente e eficaz em suas necessidades. Possui as informações do campus e presta serviços de protocolo, encaminhando às Secretarias as solicitações feitas pelos alunos. Engloba os serviços do Setor de Atendimento Financeiro, como emissão de boletos, negociação e registros de benefícios sob a supervisão das Pró-Reitorias.

Alguns dos serviços à disposição dos alunos e visitantes na Central do Aluno:

- 1- Orientações específicas sobre os procedimentos acadêmicos da instituição;
- 2- Orientações sobre atividades realizadas no campus;
- 3- Alteração de dados pessoais do cadastro do aluno;
- 4- Emissão de Declaração de escolaridade e outros;
- 5- Emissão de Histórico escolar;
- 6- Fornecimento de Conteúdo programático;
- 7- Solicitação de registro de diplomas;
- 8- Assinatura de contrato de estágio;
- 9- Cancelamento de matrícula;
- 10- Colação de Grau Especial ou Interna;
- 11- Reabertura de Matrículas;
- 12- Trancamentos de Matrículas;
- 13- Recepção de Curso e/ou turno;
- 14- Transferência e Aproveitamento de Curso;

15- Revisão de Notas e/ou Frequência;

16- E outros serviços.

Vinculado à Central de Atendimento ao Aluno encontra-se, também, o Registro Acadêmico – RA, setor responsável por registrar e manter confiáveis todos os dados institucionais de seus acadêmicos.

A Central do Aluno tem atendimento tarde e noite.

### **11.1.2 Secretaria do Curso**

A secretaria unificada reúne os centros de Ciências Sociais Aplicadas e o centro de Ciências da Educação, Humanidade e Artes abrangendo os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Biológicas e Letras.

É responsável pelo controle, verificação, registro e arquivamento da documentação da vida acadêmica do aluno, desde seu ingresso até a conclusão e/ou expedição do diploma, com a responsabilidade de coordenar a execução das matrículas e renovação destas, bem como acompanhar os lançamentos de notas e frequência feitos pelos professores no ambiente virtual.

**OBJETIVO GERAL:** Adequar e orientar os procedimentos operacionais da Secretaria Unificada para garantir a qualidade nos serviços oferecidos.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Cultivar espírito de equipe. Sempre existem inter-relações dos trabalhos executados, dúvidas e principalmente soluções. Devem-se observar limites no relacionamento, não permitindo que questões pessoais influenciem no atendimento;
- Atuar com profissionalismo no atendimento, através de boa relação com o público, em um clima de educação, respeito e cordialidade, sempre visando à satisfação da comunidade acadêmica;
- Uniformizar a comunicação com todos os colaboradores utilizando o mesmo discurso frente à comunidade interna e externa, certos de que todos os componentes da equipe tenham acesso à mesma informação;

- Estar atualizado com o Regimento Interno, Resoluções, PDI e qualquer outro documento da URCAMP que venha determinar as atividades acadêmicas ou agregar conhecimento sobre a instituição;
- Buscar o aprimoramento dos processos de registros e controle acadêmico para melhor viabilizar os procedimentos.

### **11.1.3 Sala de Coordenação de Curso**

A coordenação de curso possui gabinete próprio e em condições de uso satisfatórias e confortáveis. A sala atende aspectos de dimensão (16m<sup>2</sup>), limpeza, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Possui computador, mesa, cadeiras e armário e conexão com wireless. Os alunos e professores tem acesso fácil e a recepção é feita por uma secretária em sala próxima também adequada a sua função. A sala dispõe ainda de cadeiras para os alunos ou professores que são atendidos pela coordenação do curso.

### **11.1.4 Sala de Reuniões e Orientações**

O Curso dispõe de uma sala para reuniões com iluminação e ventilação adequadas, atendendo às condições de conservação e limpeza, acústica, acessibilidade e comodidade, possuindo mesas, cadeiras, estantes e acesso à Internet. As condições da sala são adequadas às necessidades dos docentes para além de reuniões, realizar estudos, reflexões pertinentes ao Curso e atendimento ao aluno para orientações.

### **11.1.5 Sala de Professores**

A sala dos professores, esta equipada com computadores e impressora. Atende aspectos de dimensão, limpeza, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Os professores possuem escaninhos individuais para seu material e tem acesso fácil a secretaria do curso. A mesa é adequada ao número de professores.

As condições da sala são adequadas às necessidades dos docentes para reuniões, estudos, reflexões pertinentes ao curso e atendimento ao aluno.

### **11.1.6 Ambientes de Convivência**

A instituição dispõe de um Hall de entrada com cadeiras, com tomadas e acesso wireless destinado aos alunos no intervalo de aulas. Neste ambiente está situado um telão rodando as notícias da semana e entrevistas de interesse dos acadêmicos. Há também um estabelecimento que comercializa produtos alimentícios.

No ambiente onde se encontra a Secretaria Unificada, andar térreo, há uma área bem iluminada com jardim e bancos, com tomadas e acesso wireless, estando situada nesse mesmo andar instalações sanitárias adequadas que atendem as condições necessárias para portadores de necessidades especiais.

### 11.1.7 Auditório/Multimeios

O auditório é destinado para atendimento às atividades dos diferentes cursos. Equipados com som e projetor de imagem, e ar condicionado, favorecem a realização de palestras e seminários.

<b>INSTALAÇÕES</b>	<b>ÁREA (m<sup>2</sup>)</b>	<b>CAPACIDADE</b>	<b>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</b>
Salão de Atos	121	90 pessoas	8:00 às 22:00
Sala Multimeios	60;04	45 pessoas	8:00 às 22:00

## 11.2 AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

### 11.2.1 Salas de aula

As salas de aula utilizadas pelo Curso de Letras, atendem aos padrões exigidos quanto a dimensões, luminosidade, acústica, limpeza, acessibilidade e ventilação e o mobiliário atende as especificações.

*Quadro 2 – Salas de aula*

<b>SALA DE AULA</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>CAPACIDADE ( número de alunos)</b>
---------------------	-----------------------------	---------------------------------------

316	60,04	50
-----	-------	----

Legenda:

**SALAS DE AULAS** identifica a sala.

**ÁREA(M<sup>2</sup>)** é a área total construída em m<sup>2</sup>.

**CAPACIDADE** é a capacidade da área em número de usuários.

### 11.2.2- Laboratórios de Ensino

O laboratório de Línguas do curso tem por objetivo colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso, oferecendo aos alunos a oportunidade de simular a prática.

O Curso oferece laboratório para que os docentes do curso tenham acesso aos equipamentos, softwares, internet, impressoras, etc.

A URCAMP também conta com outros laboratórios de informática para pesquisas e utilização nas atividades acadêmicas. Este espaço é utilizado para realização de estudos, planejamentos, pesquisas e confecção de provas.

Os laboratórios funcionam em períodos de aula nos turnos diurno e noturno. Os professores ao ministrarem suas aulas nestes laboratórios deverão preencher um controle de uso destes laboratórios.

Os equipamentos disponíveis estão proporcionalmente distribuídos e disponibilizados para as atividades administrativas e acadêmicas de forma a garantirem a qualidade do ensino, aprendizagem e serviços de apoio. São 02 laboratórios de informática para uso acadêmico, disponibilizados para aulas práticas, bem como estudos e pesquisas de professores e acadêmicos nos três turnos, mediante horários agendados.

A atualização dos equipamentos existentes e a aquisição de novos equipamentos, obedece a necessidade provocada pelo aumento da demanda de acadêmicos, a necessidade de criação e ampliação de novos setores de apoio e pela necessidade de atualização de equipamentos.

Em todos os setores é disponibilizado o acesso à rede wireless.

### 11.2.3 - Laboratórios de Informática

Este laboratório possui computadores conectados à Internet, os alunos também utilizam a rede Wireless para acesso à internet, para pesquisas e atividades de sala de aula. A instituição possui funcionário responsável pela manutenção e preparação dos laboratórios para aulas, existe um manual de utilização e práticas nos laboratórios. Os acadêmicos do Curso podem usar os laboratórios individualmente ou acompanhados do professor, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, pela parte da tarde das 13 às 17h e no turno da noite das 18 às 22h.

Laboratório 01: Sistema Operacional (Linux - Ubuntu) 15 Computadores: Intel ® Core i3 @360GHz, 4,00 GB RAM – 64 Bit 04 Computadores: Intel ® Celeron 450 2.20 GHz, 1.00GB de RAM 03 Computadores: Intel Celeron 1.80GHz, HD 160 – RAM 1.0 GB Total: 22 Microcomputadores.

Laboratório 02: Sistema Operacional (Linux - Ubuntu) 07 Computadores: Intel Celeron 1.80GHz, 1.79GHz, 0,99GB de RAM 06 Computadores: Flat PC Intel Celeron HD 140 GB - RAM 1,0 GB 05 Computadores: Intel Pentium ® 4, 3.00GHz, 448MB de RAM Total: 18 Microcomputadores.

Laboratório 03: Sistema Operacional (Linux - Ubuntu) 01 Computador: Intel Celeron, 1.81GHz, 896MB de RAM.

Laboratório 04: Sistema Operacional (Windows10) 09 Computadores: Intel Core, 3.20GHz, 4.00 GB de RAM 09 Computadores: Intel ® Core i3 @360GHz, 4,00 GB RAM – 64 Bit Total: 18 Microcomputadores.

Total de 59 microcomputadores todos conectados a internet com uma velocidade de 10 Mbts.

**Espaço Físico dos Laboratórios:** Atualmente o Centro possui quatro laboratórios de informática, totalizando nos laboratórios 59 micros, todos com internet, numa área de 165 m<sup>2</sup>.

**Horário de funcionamento do Laboratório:** Os laboratórios estão disponíveis de segunda à sexta – feira, nos seguintes horários: Tarde: Das 13:20 às 17:00  
Noite: Das 18:00 às 22:20.

**Política de Acesso dos Laboratórios:** Todos os professores com turma de alunos ou individualmente, podem usar os laboratórios nos dias e horários acima mencionados, sempre obedecendo as normas de uso dos laboratórios.

**Controle de uso dos Laboratórios:** Para cada professor, que utiliza o Laboratório em período de aula, é indispensável o preenchimento do formulário de controle de uso do laboratório, especificando qual atividade e qual software utilizado, descrevendo qual o objetivo da aula ministrada, sendo assinada pelos alunos presentes e entregue ao funcionário responsável.

#### **11.2.4 Biblioteca**

De acordo com o PDI 2018-2022 ( p. 2012) “em relação a perspectiva do ensino, o que representa praticamente 100% da receita da FAT/URCAMP, destaca-se a reestruturação dos cursos de graduação por meio de uma nova matriz curricular, com o objetivo de otimizar os recursos e docentes. Dentre as ações adotadas, aponta-se: no item 4) otimização da bibliografia básica e complementar, com o uso de bibliotecas virtuais, disponibilização de livros e plataformas digitais (Blackboard/Saraiva; Sagah/Grupo A)”

A instituição investiu R\$ 891.334,21 na aquisição de livros para atualização do acervo e na contratação de bibliotecas virtuais.

Para atender as demandas administrativas e acadêmicas, houve a ampliação da infraestrutura com a aquisição de 03 novos servidores; a implementação do armazenamento centralizado de dados, a aquisição de pontos de acesso wi-fi; a aquisição de 150 novas estações de trabalho e para laboratórios; contratação de link de alta capacidade para o acesso para a internet e a interligação dos campi com link dedicado. Esse investimento oportunizou a implementação de ações no âmbito do ensino, como a atuação na modalidade de ensino híbrido e de utilização metodologias inovadoras de ensino. PDI 2018-2022.

### **11.2.5 Biblioteca Virtual**

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.

#### **a) Biblioteca virtual Pearson**

A Biblioteca Virtual é um acervo digital composto por milhares de títulos, que abordam diversas áreas de conhecimento, tais como: administração, marketing, engenharia, direito, letras, economia, computação, educação, medicina, enfermagem, psiquiatria, gastronomia, turismo e outras.

Além dos títulos da Pearson, a plataforma conta com títulos de 16 editoras parceiras: Manole, Contexto, Intersaberes, Papyrus, Casa do Psicólogo, Ática, Spcione, Companhia das Letras, Educus, Rideel, Jaypee Brothers, Aleph, Lexicon, Callis, Summus e Interciência.

Mobilidade e praticidade Pode ser acessada por computadores, tablets e smartphones, de qualquer lugar e a qualquer hora do dia.

Acervo - atualização permanente de títulos.

Recursos Interativos Busca avançada, ferramenta de anotações, seleção de livros favoritos, impressão de páginas, download de conteúdo, ferramenta para destacar trechos do conteúdo, entre outros.

#### **b) Biblioteca Saraiva**

A Biblioteca Digital Saraiva traz o acervo de obras da Editora Saraiva para indicação de bibliografia, com possibilidade de acesso para o usuário a qualquer momento e por meio de diversos dispositivos. Conteúdo de qualidade nas áreas de Direito e de Gestão combinado com a mais avançada tecnologia, disponível para instituições de ensino superior, escritórios e grandes corporações. A SSA é uma metodologia de aprendizagem desenvolvida pela Hoper Educação e a Editora Saraiva, visando a melhoria da aprendizagem dos alunos, pautada na aprendizagem ativa.

Professores universitários renomados e devidamente capacitados elaboraram atividades para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Tecnólogos da área de Gestão. Essas atividades desenvolvem as competências exigidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, preparando naturalmente os alunos para exames que exijam o uso de competências, como o ENADE, OAB e outros.

As atividades estão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem da SSA, onde professores e alunos tem acesso ao conteúdo. A estratégia ideal é que todos usem regularmente a plataforma SSA para visualização e realização das atividades.

Visando auxiliar o uso da SSA no cotidiano docente, seguem algumas sugestões práticas de uso da metodologia.

Cada atividade pode ser usada como:

- Prática de conteúdo específico da disciplina.
- Trabalho a ser realizado em sala de aula, com possibilidade de posterior apresentação.
- Tarefa de casa.
- Avaliação.
- Atividade complementar.
- Atendimento legal de 20% das atividades do curso em atividades a distância.

Em sala de aula, o professor pode:

- Apresentar a atividade no projetor multimídia para todos os alunos.
- Pedir para cada aluno ou cada grupo acessar a plataforma SSA em sala.
- Solicitar que a atividade seja realizada individualmente ou em grupo.
- Enviar a atividade aos alunos por e-mail ou outro meio eletrônico.
- Atribuir nota à realização da atividade.

A correção da atividade fica a critério do professor, e pode ser feita:

- Individualmente, através da plataforma SSA, inclusive com indicação de nota.
- Individualmente e em papel, caso a atividade seja entregue impressa ao professor.
- Em duplas, através da correção cruzada.
- Coletivamente, em momento específico da aula.
- Individual ou coletivamente, a partir de uma resposta padrão ou modelo de resposta.

O professor tem liberdade para usar a metodologia de modo que melhor auxilie a prática docente e atenda a ementa da disciplina.

#### **11.2.6 Salas de Estudo**

Espaços especialmente desenvolvidos para os alunos, professores e pesquisadores para estudo individual ou em grupo.

Exclusivamente para usuários vinculados à URCAMP:

- Alunos;
- Professores;
- Pesquisadores;
- Diplomados Urcamp.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na sala de estudos, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Nesta sala temos 15 chromebook para uso individual ou em grupo.

### **11.3 Bibliografia**

A bibliografia básica é a leitura mínima obrigatória, parte do processo da aprendizagem fundamental. De acordo com as diretrizes curriculares do curso de Direito, as disciplinas estão divididas em três núcleos de formação que são: conteúdos básicos, conteúdos profissionalizantes e práticos, além da formação complementar.

Desta forma, os livros das unidades de estudo (bibliografias básica e complementar) referentes aos Núcleos de formação, estão relacionados aos planos de ensino e objetivos das unidades de estudo do Curso. Tanto para a área de Formação Básica, como para as área de Formação Específica e Profissionalizante, as bibliografias básicas procuram atender as especificações e os critérios exigidos na legislação.

Nos planos de ensino das disciplinas são indicados os títulos na relação de bibliografia básica. O acervo da biblioteca do curso é constantemente atualizado, tanto pela aquisição de novos títulos, como pelo descarte de títulos obsoletos ou danificados.

A Biblioteca está informatizada para consultas de títulos pela internet e os alunos podem, mediante os critérios regulamentares, retirar o livro em empréstimo, ou utilizar as mesas e cadeiras em saguão contíguo que se configura como salas de leitura, em ambiente arejado e adequado ao objetivo. Os livros estão agrupados conforme as normas da Biblioteconomia, em estantes identificadas, com livre acesso, o que facilita a consulta.

A Biblioteca Central da URCAMP faz parte de um sistema que integra as sete unidades setoriais, distribuídas nos campi universitários e foi criada para promover a difusão do conhecimento, ampliar o acesso da população à cultura, ciência e tecnologia; preservar, enriquecer e tratar tecnicamente o patrimônio bibliográfico e documental da universidade. E, atende a comunidade universitária, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Seu acervo cobre todas as áreas do conhecimento, para apoio às atividades acadêmicas, científicas e culturais. Apóia as atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação integral e qualificada dos acadêmicos. Promove a pesquisa como suporte da produção do conhecimento.

A Biblioteca da URCAMP oferece os seguintes serviços:

Pesquisa e consulta a um acervo de cerca de 160 mil exemplares de livros, periódicos, enciclopédias, folhetos, teses, vídeos, mapas, catálogos de universidades, relatórios de estágio e documentos eletrônicos;

Empréstimos de livros;

Empréstimo interbibliotecas, que permite que um usuário de um campus universitário possa retirar livros da biblioteca de outro campus.

Visitas orientadas;

Pesquisa em base de dados;

Biblioteca virtual, permitindo o acesso a banco de dados nacionais e internacionais;

Videoteca, com material sobre variados temas e salas de vídeo para exibição individual;

Acesso à Internet e correio eletrônico.

Salas de estudo.

### **11.3.1 Biblioteca Básica**

A Biblioteca da URCAMP é composta por livros, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de cursos, normas técnicas, folhetos, periódicos, fitas de vídeo, CD-ROMs, DVDs, obras raras e históricas e outros materiais especiais.

Sua cobertura temática atende as áreas de ensino, pesquisa e extensão do Centro Universitário; bem como, a formação sócio-cultural da comunidade usuária.

Acervo Geral:

**Quadro 1 -Acervo bibliográfico do Câmpus Sede da URCAMP - Bagé**

Área	Livros		Periódicos Correntes		Periódicos Não Correntes	Multimídia
	Títulos	Exemplares	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	2361	3538	23	02	85	41
Ciências Biológicas	1328	2007	07	-	61	37
Engenharia / Tecnologia	813	999	-	-	63	10
Ciências da Saúde	3564	4892	109	03	254	97
Ciências Agrárias	4031	5301	112	04	518	161
Ciências Sociais e Aplicadas	14993	21400	215	02	639	179
Ciências Humanas	16203	22126	132	01	616	130
Linguística, Letras e Artes	8634	11406	15	03	236	110
Total	51927	71699	613	15	2472	665

Fonte: Biblioteca Central da URCAMP - 2014

### **Acervo Específico:**

A Biblioteca do Curso de Letras atende a comunidade universitária, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, além da comunidade em geral. Seu acervo cobre as áreas de conhecimento, contribuindo para a formação integral, qualificada e atualizada dos acadêmicos. Possui acervo com mais de 11.400 obras da área de Letras.

O sistema de informatização das Bibliotecas da URCAMP denomina-se SIAB4 e é gerenciado pelo software Delphi. O Sistema SIAB4 é composto de um catálogo único, denominado Catálogo On-line das Bibliotecas da URCAMP, que reúne o acervo das bibliotecas das unidades da Universidade, calcado em uma política de padronização de processos e serviços.

O Catálogo On-line das Bibliotecas da URCAMP permite pesquisa simultânea no

acervo de todas as Bibliotecas ou em catálogos independentes, por biblioteca e/ou tipo de material, oferecendo recursos de pesquisa dos mais simples aos mais sofisticados. Os resultados das consultas podem ser enviados por e-mail ou salvos em arquivos.

Através do Sistema SIAB4, a Biblioteca controla todas as funções da circulação: empréstimos, renovações, reservas, controle de atrasos e cobrança de taxas por devolução em atraso. As reservas de materiais não disponíveis também são efetuadas pelos próprios usuários através do Catálogo On-line. Os usuários podem conferir sobre a disponibilidade ou cancelar seus pedidos de reservas através da mesma interface. O controle e cobrança de empréstimos em atraso, aplicação de taxas por atraso e gerenciamento de pagamentos são realizados através do Sistema SIAB4.

Quanto aos jornais e revistas, os serviços oferecidos pela hemeroteca disponibilizam aos usuários revistas científicas e informativas e jornais locais e do país. Oferece também assinaturas de periódicos especializados em determinadas áreas que atendem aos leitores interessados no tratamento intelectualizado de um assunto, bem como periódicos que possuem artigos assinados, resultantes de atividades de pesquisa ou emitindo opiniões, pontos de vista, etc, de especialistas sobre determinado assunto.

A política de atualização e expansão do acervo bibliográfico adotada pela Instituição é baseada nas necessidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão mantidos pela Universidade, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente e discente com base nos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos e as recomendações dos Padrões de Qualidade das Comissões de Especialistas de Ensino CEE/SESu/MEC. A aquisição do material bibliográfico se dá com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Universidade.

### **11.3.2 Biblioteca Complementar**

A bibliografia complementar compreende o acervo disponível nas bibliotecas virtuais Pearson e Grupo A disponível no site da Universidade. Disponibiliza para acesso mais de 6.000 títulos. O acesso é dado a todo o corpo docente e discente

(acesso através de link no site da Urcamp com o mesmo sistema de login e senha do Sistema Acadêmico da IES).

### **11.3.3 Periódicos Especializados**

A biblioteca do Curso de Letras possui uma hemeroteca, onde estão disponibilizados aos usuários revistas científicas.

Atualmente o acervo do Curso de Letras disponíveis na biblioteca é de 15 periódicos nacionais, 03 Estrangeiros.

### **11.4 Setor de Infraestrutura e Mobilidade - SIM**

O Setor de infraestrutura e mobilidade ( SIM ) tem a função básica de zelar pelo patrimônio da Instituição , responsabilizando-se pela manutenção da infraestrutura física, logística e meios da Instituição . Atualmente, além de construção, manutenção e conservação das instalações físicas e de equipamentos, imobilização e controle dos bens móveis responsabiliza-se também pela segurança, transportes, limpeza e compras.

### **11.5 Comissão de Avaliação - CPA**

A Urcamp possui uma trajetória avaliativa de mais de trinta anos marcada por diferentes momentos e que se consolidou, sobretudo, a partir do início dos anos 1990, com o foco da avaliação na melhoria da qualidade do ensino de graduação.

Foi constituída a Comissão Própria de Avaliação - CPA -isto conforme Portaria Nº 010/2009 da IES, com uma equipe central no Campus Sede – Bagé e representantes dos Campus da Instituição, sempre atendendo o equilíbrio na representatividade.

O projeto de autoavaliação fundamentou-se nos princípios e metas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e de acordo com as dez dimensões para a avaliação interna e externa, propostas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Semestralmente é aplicado um questionário *online* em que gestores professores e alunos da IES para acessarem o sistema gerenciador de dados, precisam responder, obrigatoriamente, este instrumento. Os funcionários são chamados aos laboratórios de informática para que possam responder ao questionário.

Os dados são processados pela Assessoria Técnica de Informação - ATI da Universidade, gerando relatórios parciais que são analisados e interpretados por membros da CPA e, posteriormente, discutidos no conjunto dos participantes da CPA.

Os questionários com respostas do tipo “objetivas” acompanham as dez (10) dimensões do instrumento de avaliação do MEC e seguem os critérios e indicadores solicitados.

Após a aplicação dos instrumentos *online* a todos os participantes da Universidade (professores alunos, funcionários e gestores), os resultados expressos elucidam os pontos fortes e fragilidades da Instituição permitindo a adoção oportuna das medidas de ajustes necessários.

Posteriormente, entregues as avaliações, ao NDE de cada curso e ao seu Coordenador, que vai apresenta-las , em reunião ,aos professores, no intento de acolher as críticas dirimindo as dúvidas e valorizando as sugestões para o desenvolvimento de ações para a manutenção dos pontos fortes e soluções das fragilidades observadas.

Neste relatório são colocadas em destaque (negrito e itálico) as ações possíveis para correção dos desvios e fragilidades, através de:

- a) Realização de Seminários de Avaliação (Curso, Centro/Campus Universitários e Universidade): organização de quadros-síntese de informações com realce das potencialidades e fragilidades proposição de prioridades e de estratégias institucionais para definições de decisões institucionais.
- b) Organização de documento geral conclusivo: produção textual do documento; editoração do documento.
- c) Divulgação dos resultados obtidos no processo avaliativo nas atividades acadêmicas previstas no cronograma do curso.
- d) Replanejamento do processo avaliativo: revisão dos fundamentos teóricos; definição de dimensões, categorias e indicadores avaliativos; sensibilização

institucional (presente em todas as etapas do processo avaliativo); análise de experiências em nível de educação superior sobre avaliação institucional, revisão geral do Programa de Avaliação Institucional.

e) Elaboração/reelaboração de instrumentos avaliativos: revisão e adequação dos instrumentos de coleta de dados; validação dos instrumentos com a participação de alunos, professores e funcionários; reprodução dos instrumentos.

f) Aplicação dos instrumentos avaliativos com a utilização de questionários: definição de estratégias e de instruções de aplicação dos instrumentos; aplicação propriamente dita dos instrumentos; organização dos instrumentos respondidos.

g) Realização de trabalhos avaliativos institucionais, em todos os níveis e campos, através de grupos focais.

h) Sistematização dos dados coletados em documentos básicos (relatórios parciais): processamento eletrônico (apuração e tabulação de dados); categorização das questões abertas; compilação de documentos complementares sobre a organização institucional; organização de relatórios parciais.

i) Realização de Seminários de Avaliação (Curso, Centro/Campus Universitários e Universidade): organização de quadros-síntese de informações com realce das potencialidades e fragilidades proposição de prioridades e de estratégias institucionais para definições de decisões institucionais.

j) Organização de documento geral conclusivo: produção textual do documento; editoração do documento.

Divulgação dos resultados obtidos no processo avaliativo: âmbito institucional; âmbito comunitário.

## **11.6 Convênios**

Convênio entre a Urcamp e Secretaria Municipal de Educação e 19 Coordenadoria Regional de Educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Curso de Letras, da Universidade da Região da Campanha tem como objetivo a formação de um profissional diferenciado na área de Letras. Ao longo dos seus 20 anos de existência, já formou aproximadamente 350 professores de Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas literaturas.

Reconhece-se que a tarefa de formar professores é complexa, tendo em vista que a nossa região está localizada numa fronteira onde a língua portuguesa e a língua espanhola dividem espaço harmonicamente, fato que dificulta interiorizar, no meio estudantil e na sociedade em geral, a gramática oficial e padrão de cada uma das línguas.

Além disso, em se falando em dificuldades, considera-se a distância de 500km entre o município de Sant'Ana do Livramento da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, e da capital da República Oriental do Uruguai (ROU), Montevideo, um obstáculo para que se possa promover o conhecimento das nossas origens linguísticas, históricas e culturais, no nosso meio acadêmico.

O Curso de Letras, a partir deste contexto, promove sua estrutura curricular não só no que tange às práticas profissionais do mercado de trabalho, mas principalmente na formação de caráter humanístico, onde o egresso tenha a capacidade de refletir criticamente acerca dos problemas individuais e sociais que encontrará em seu caminho. Destaca-se o fato de que a grande maioria dos egressos do Curso encontram-se em plena atividade profissional, o que vem nos dar a certeza de que estamos contribuindo com o desenvolvimento regional e promovendo a formação do conhecimento bem como um posicionamento crítico das crianças e adolescentes da região.

## **APÊNDICES**

- I Cópia do Regulamento das Atividades Complementares do Curso
  - II Cópia do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso
  - III Manual do Estágio Curricular Supervisionado
  - IV Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante
  - V Cópia das Normas de Funcionamento e Utilização dos Laboratórios
- Referências

## **APÊNDICE I**

### **UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA**

#### **ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

#### **REGULAMENTO**

**Art. 1º.** Este regulamento tem por finalidade normatizar o oferecimento, aproveitamento, validação e registro das atividades complementares que compõem o currículo do Curso de Direito, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau.

Parágrafo Único. As atividades complementares são componentes curriculares, enriquecedores e complementadores do perfil do acadêmico, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade, nos termos do art. 8º da Resolução nº 09/2004 do MEC.

**Art. 2º.** Compõem-se as atividades complementares do currículo pleno do Curso de Letras de um total de 200 (duzentas e vinte) horas atividades.

**§ Único.** São consideradas atividades complementares:

I – disciplinas extracurriculares;

II – monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo pleno do Curso de Letras;

III – projetos e programas de pesquisa orientados por docente da URCAMP e aprovados pela coordenação do Curso de Letras e Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;

IV – projetos e programas de extensão coordenados por docente da URCAMP e aprovadas pela Coordenação do Curso de Letras e Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;

V – eventos diversos na área jurídica ou áreas afins (seminários, simpósios, congressos, conferências, etc);

VI – estágios extracurriculares;

VII – outras atividades, compreendendo:

§1º As disciplinas pertencentes aos demais cursos de graduação da Universidade são consideradas disciplinas optativas, desde que afim, computando-as como atividades complementares no item disciplinas extracurriculares.

§2º Para fins de validação de disciplinas extracurriculares frequentadas em cursos da área ou em outras Instituições, o acadêmico depende de prévia e expressa autorização da Coordenação do Curso de Letras.

§ 3º A carga horária cumprida em qualquer uma das atividades definidas nos incisos de I a VII está limitada ao máximo de 50% da carga horária total de atividades complementares.

§ 4º As atividades definidas nos incisos II, III e IV serão atribuídas até 30 (trinta) horas para cada semestre letivo de atividades comprovadas.

§5º À atividade prevista no inciso VI, será computado o percentual de 10% da carga horária desenvolvida, limitada a 30 (trinta) horas, por semestre letivo.

§ 6º As defesas de TCCs de graduação e pós-graduação, de dissertações e de teses, na área jurídica de ciências sociais, comprovadamente assistidas, serão atribuídas duas (02) horas de atividade por trabalho.

§ 7º A apresentação de trabalhos em eventos de produção científica e publicação de artigos, serão atribuídas dez (10) horas de atividades.

§ 8º Todas as atividades devem ser requeridas e comprovadas pelo próprio aluno, por meio de formulário adequado, competindo a Coordenação do Curso de Letras o lançamento no histórico escolar e encaminhamento ao setor de Registros Acadêmicos para arquivamento.

§ 9º As atividades previstas nos incisos V e VII, do artigo 2º serão contabilizadas à razão da proporcionalidade a seguir descrita:

I) para os cursos com duração de até 20 (vinte) horas, serão registradas somente 05 (cinco) horas complementares;

II) para os cursos com duração compreendida entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas, serão validadas 10 (dez) horas complementares;

III) para os cursos com duração compreendida entre 40 (quarenta) e 60 (sessenta) horas, serão validadas 20 (vinte) horas complementares;

IV) para os cursos com duração compreendida entre 60 (sessenta) e 80 (oitenta) horas, serão validadas 30 (trinta) horas complementares;

V) para os cursos com duração compreendida entre 80 (oitenta) e 100 (cem) horas, serão validadas 40 (quarenta) horas complementares;

VI) para os cursos com duração acima de 100 (cem) horas, serão validadas 50 (cinquenta) horas complementares;

§ 10º Os eventos promovidos pelo Centro, bem como do Congrega Urcamp, proporcionarão o cômputo da totalidade de horas componentes de cada curso.

**Art. 3º.** As atividades complementares devem ser cursadas ou desenvolvidas simultaneamente ao Curso de Letras, desde o primeiro semestre do curso.

**Art. 4º.** As atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovidas pelo Curso de Letras, serão registradas pela Coordenação independentemente de solicitação do acadêmico.

**Art. 5º.** A realização de atividades complementares não se confunde com as horas do Estágio Curricular Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Art. 6º.** As alterações e/ou inclusões ora previstas entrarão em vigor a partir do início do 1º semestre letivo de 2016.

**Art. 7º.** Compete ao Núcleo Docente Estruturante e/ou Colegiado do Curso de Letras dirimir as dúvidas referentes a este regulamento, bem como suprir as lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Sant'Ana do Livramento, dezembro de 2016.

Coordenação do Curso de Letras.

## **APÊNDICE II**

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO HUMANIDADES E ARTES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)  
NORMAS PARA ELABORAÇÃO**

**Direção do Centro de Ciências da Educação Humanidade e Artes:  
Prof. M.Sc. Marlisa Fico**

**BAGÉ  
2016**

## **ÍNDICE**

### **APRESENTAÇÃO**

Este manual tem o objetivo de orientar alunos dos cursos do Centro de Ciências da Educação Humanidade e Artes. Aplicadas na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (**TCC**). Esta atividade curricular é de extrema importância na formação prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com a estrutura curricular dos Cursos de Ciências da Educação Humanidade e Artes.

Acredita-se que, estas orientações, contribuam com os professores, orientadores e alunos no desempenho de seus papéis no processo formativo.

- **DEFINIÇÃO**

Para Conclusão do Curso será obrigatória a elaboração e defesa pública, perante banca, de um TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), que será precedido pela qualificação de PROJETO DE PESQUISA.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o resultado do esforço de síntese, realizado pelo aluno, para articular os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso com o processo de investigação e reflexão acerca de um tema de seu interesse.

- **OBJETIVO**

Elaborar/reelaborar habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Graduação, possibilitando aprofundamento dos temas selecionados.

- **NORMAS PARA ELABORAÇÃO**

- O aluno poderá matricular-se em TCC I, desde que tenha alcançado 70% da grade curricular para a Conclusão do Curso e cursado a disciplina de Metodologia de Pesquisa (pré-requisito), estando após a aprovação em TCC I, apto a matricular-se em TCC II, devendo, em um mesmo semestre, matricular-se, elaborar e defender o TCC.
- O Trabalho de Conclusão de Curso é elaborado individualmente.
- O aluno, após decidir o tema de seu trabalho, escolherá um professor do corpo docente do Curso e do Campus onde estuda, que o orientará em horário por ambos estabelecido, dentro da IES, em espaço destinado a esse fim, apresentado o TERMO DE COMPROMISSO ao Professor da Disciplina. O Professor escolhido deverá ter disponibilidade para orientar sobre o tema proposto, conforme estabelece as linhas de pesquisa de cada um dos Cursos do Centro.
- A não apresentação do TERMO DE COMPROMISSO implicará na reprovação do acadêmico na disciplina de conclusão de curso.
- O aluno recebe orientação semanal no decorrer do semestre letivo, do Professor de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) conforme a Estrutura Curricular do Curso.
- É permitida a troca de Orientador, desde que se obedeça as linhas de pesquisa de cada curso do Ciências da Educação Humanidade e Artes e que haja o aval do Professor do Trabalho de Conclusão de Curso.
  - Cada professor poderá orientar semestralmente, no máximo, 04 (quatro) alunos, e a aceitação do docente deverá ser comunicada à Coordenação do Curso por escrito, em formulário próprio, com identificação do tema escolhido e linha de pesquisa.
  - O aluno apresentará o projeto de pesquisa e o TCC utilizando recursos de multimídia, em dia letivo previamente marcado pela coordenação do curso, que deverá publicizar a data da apresentação com antecedência mínima, sendo que, o prazo final para apresentação não poderá ultrapassar o último dia letivo do semestre.
  - A Coordenação do Curso nomeará uma Banca Examinadora composta de 02 (dois) professores do Curso, de acordo com cada linha de

pesquisa do trabalho a ser apresentado, que farão a arguição sobre o conteúdo e apresentação do artigo, e/ou professores da Comunidade, da área ou áreas afins, de reconhecida idoneidade profissional e moral, em caráter voluntário, sem nenhum ônus para a Instituição.

§ 1º Os examinadores do TCC atribuirão nota em ficha de avaliação própria onde estarão incluídos os pontos referentes aos aspectos formais e normas técnicas. A defesa pública do trabalho será obrigatória. A não apresentação do trabalho ocasionará a reprovação na disciplina.

§ 2º O trabalho deverá ser apresentado no tempo mínimo de 15 minutos e máximo de 20 minutos.

- A decisão da banca deverá ser justificada no formato das recomendações fundamentada, não cabendo recurso do grau final atribuído.
- O aluno deverá obter grau mínimo de 6,0 (seis) para aprovação, resultado da média dos graus outorgados nas notas da disciplina e, não obtendo a nota mínima, será reprovado. A reprovação implicará em matrícula em um próximo semestre, pois não será permitido ao aluno mais de uma apresentação do artigo no mesmo semestre.
- Caberá à Direção do Centro de Ciências da Educação Humanidade e Artes Aplicadas conjuntamente com a Coordenação do Curso a intervenção para a solução de casos omissos e estabelecer regras complementares sempre que necessárias.

- **ATRIBUIÇÕES**

***São atribuições do Coordenador do Curso:***

1. Orientar quanto aos pré-requisitos para a matrícula da disciplina de TCC
2. Definir e divulgar o cronograma de avaliações do TCC.
3. Decidir, simultaneamente, com os outros professores envolvidos, sobre eventuais problemas.

***São atribuições do Professor de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).***

- Estabelecer a programação do TCC e apresentá-la aos alunos no início do semestre letivo.
- Analisar os procedimentos gerais apresentando as fases envolvidas na elaboração do TCC – Orientação Geral.
- Acompanhar o desenvolvimento do TCC – Orientação individual – mantendo contato semanalmente com o(s) aluno(s) para análise do trabalho.
- Recomendar aos alunos a consulta aos Professores Orientadores de Área Específica e linhas de pesquisa sobre os temas selecionados.
- Avaliar cada etapa do TCC orientando o aluno para apresentação do trabalho.
- Analisar, juntamente com a Coordenação do Curso, eventuais desvios ou ajustes não previstos e necessários ao bom andamento da disciplina.

***São atribuições dos Professores Orientadores da Área Específica:***

- Orientar sobre a natureza do conhecimento do tema selecionado pelo aluno, que deverá estar enquadrado em uma linha de pesquisa.
- Sugerir estratégias de ação para fundamentar o tema.
- Avaliar o domínio do assunto proposto e frequência para orientações.
- Avaliar o desempenho do aluno no trabalho.

***São atribuições dos alunos matriculados na Disciplina de TCC:***

Apresentar proposta de TCC e/ou Projeto de Pesquisa conforme modelo definido e dar continuidade ao trabalho.

Manter contato semanal com o Professor do TCC e o Professor Orientador sobre o andamento do trabalho apresentado, apresentando novas etapas e/ou correções realizadas.

Entregar tarefas estabelecidas no cronograma.

Elaborar o TCC de acordo com as normas deste Regulamento.

Apresentar, oralmente e por escrito o TCC.

Entregar 3 (três) cópias do TCC a Secretaria do Curso e um arquivo digital (.doc ou .docx) por e-mail.

- **AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

Sendo o Trabalho de Conclusão de Curso uma produção textual acumulativa do aluno, não será aplicada Prova Bimestral a exemplo das demais disciplinas do curso.

A avaliação do TCC obedece aos seguintes critérios:

As notas de TCC I e de TCC II serão compostas pela avaliação da banca examinadora, do professor (a) da disciplina e do professor (a) orientador (a).

I - A nota final da disciplina de TCC I (Projeto de Pesquisa) será composta por três notas e sua soma irá compor a média final da disciplina ( $\text{Nota 1} + \text{Nota 2} + \text{Nota 3} = \text{Média final}$ ):

- a) Nota 1: Professor(a) da disciplina: de zero a seis pontos;
- b) Nota 2: Avaliação escrita do projeto de pesquisa: de zero a três pontos;
- c) Nota 3: Avaliação oral do projeto de pesquisa: de zero a um pontos.

II – A nota final da disciplina de TCC II (artigo científico ou monografia) será composta por duas notas e sua média aritmética irá compor a média final da disciplina ( $\text{Nota 1} + \text{Nota 2} / 2 = \text{Média final}$ ):

- a) Nota 1: Professor(a) da disciplina: de zero a seis pontos; Professor(a) orientador(a): de zero a quatro pontos (nota que deverá ser entregue ao Coordenador do Curso até o dia da banca). A nota 1 será a soma da avaliação do professor (a) da disciplina e do professor (a) orientador (a);
- b) Nota 2: Avaliação escrita do artigo científico: de zero a oito pontos; Avaliação oral do artigo científico: de zero a dois pontos. A nota 2 será a soma da avaliação escrita do artigo científico e a avaliação oral do artigo científico.

- **PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO**

O Professor do TCC divulgará o cronograma das atividades de acordo com o calendário da Urcamp e do CCHA.

- **ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO**

Semestralmente a Coordenação divulgará o rol de professores autorizados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso no semestre letivo os quais devem estar enquadrados nas áreas de pesquisa de cada curso.

- **ANEXOS** Integram o presente Regulamento os anexos que são atinentes a cada Curso do Ciências da Educação Humanidade e Artes.

APÊNDICE III

MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

**CURSO DE LETRAS**

**CAMPUS DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

## **1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do Curso de Letras da Urcamp de Sant'Ana do Livramento caracteriza-se como uma atividade de caráter formativo, cuja finalidade é complementar a formação profissional do acadêmico recebida na Universidade.

O ECS possibilita ao acadêmico um contato com diferentes realidades das instituições escolares, visando a uma significativa vivência de valores pessoais e profissionais. Justifica-se, em termos legais, como atendimento às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciaturas no que se refere ao cumprimento de 400 horas de Estágio. A docência deve acontecer a partir da segunda metade do Curso, Conforme a Resolução CNE/CP nº002, de 19 de fevereiro de 2002.

Realiza-se em escolas públicas (redes Municipal e Estadual) e particulares, fortalecendo a integração da Universidade com a comunidade escolar da região, através do planejamento e prática da docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

As atividades desenvolvidas proporcionam efetiva experiência profissional na linha de formação, estabelecendo uma interligação entre o processo ensino-aprendizagem, teórico, prático, cultural, científico e de relacionamento humano, favorecendo sua construção identitária.

O Estágio Curricular Supervisionado consiste na participação de acadêmicos em atividades de prática de ensino, evidenciando experiências na área educacional que possibilitem:

- iniciação profissional;
- articulação teoria-prática vinculada à pesquisa e ao ensino;
- integração do acadêmico à realidade cultural e socioeconômica e o conhecimento dessa realidade sob o enfoque de sua área e curso.

O ECS ocorrerá com o suporte das diferentes disciplinas, propiciando a realização de atividades de coleta de dados, de observações, de análise da realidade, de planejamento, de participação na ação pedagógica NO Sistema de Ensino.

A iniciação profissional consistirá na inserção do acadêmico como docente na realidade da escola, baseada em dados concretos e mediante ação pedagógica, com conhecimento da realidade sob o enfoque de sua área e curso, fundamentada em conhecimentos específicos que revelem seu compromisso com a educação.

## **2 DURAÇÃO DO ESTÁGIO**

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Letras terá a duração de, no mínimo, 700 horas: 400 horas conforme a Resolução CN/CP nº 002, de 19 de fevereiro de 2002 e 300 horas conforme a Resolução nº 01 do CNE, de 18 de março de 2011, que exige uma carga horária de mais 300 horas para que o aluno seja habilitado numa segunda língua (Língua Espanhola). Os estágios deverão ser realizados a partir da segunda metade do Curso. O número de aulas/ atividades que o estagiário desenvolverá, caracterizando sua prática, deverá ser regulamentado pela coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, considerando as peculiaridades do Curso de Letras, Código 51LCA, em vigor a partir do Primeiro semestre de 2011.

No Curso de Letras, há dois estágios:

**Estágio Curricular Supervisionado I – 400** horas em Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e em Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio. (Essas 400 horas serão distribuídas entre orientação em sala de aula com o professor orientador, observação na turma do Estágio do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, planejamento, revisão de planejamento, regência de classe, elaboração de Relatório Final, preparação e apresentação de Seminários de socialização do Estágio).

**Estágio Curricular Supervisionado II – 300** horas em Língua Espanhola nos anos finais do Ensino Fundamental e em Língua Espanhola no Ensino Médio (As trezentas horas estarão divididas entre orientação em sala de aula com o professor orientador do estágio, observação e/ou monitoria, regência de classe, planejamento, elaboração de Relatório final e preparação e apresentação de Seminário de socialização do Estágio).

- **COORDENAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO**

A coordenação geral do ECS é de responsabilidade do Coordenador do Curso e o Colegiado de Curso indica o professor responsável pela orientação dos acadêmicos no desenvolvimento de seus Estágios Curriculares Supervisionados.

- **ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO**

- Assessorar e acompanhar os acadêmicos na realização do Estágio, dando-lhes orientação e apoio nas atividades pedagógicas.

- Estabelecer contatos com Secretarias Municipais, Coordenadorias Regionais de Educação, escolas públicas e privadas, a fim de possibilitar a inserção dos estagiários nos seus campos de atuação.

- Disponibilizar ao estagiário a documentação necessária à realização do estágio: Carta de Apresentação, ficha de Efetividade e atividade do estagiário na escola, Ficha de Avaliação de desempenho do estagiário na escola/ instituição, Orientação para auto-avaliação do estagiário, Orientações para o planejamento.

- Appreciar os projetos de planos de estágio, aprovando-os ou registrando-os, consultando, quando necessário, professores das diferentes disciplinas do Curso.

- Organizar, juntamente com os estagiários, Seminários de socialização do Estágio.

- **ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO**

- Solicitar, preencher e entregar a documentação necessária à realização do Estágio.

- Realizar todas as atividades determinadas pelo professor orientador.

- Observar as normas da escola/instituição do Estágio, atuando de acordo com o Regimento Escolar.

- Apresentar as atividades de estágio ao professor orientador.

- Assumir atitude ética profissional coerente com a função de educador, em todas as suas atividades.

- Elaborar o Relatório Final do ECS e entregá-lo na data previamente estabelecida.

## 6 AVALIAÇÃO

O estagiário será avaliado tendo em vista seu desempenho e sua frequência nas atividades de estágio. A sua avaliação de desempenho será expressa em nota de acordo com o Estatuto e Regimento da Urcamp (sendo 7,0 a nota mínima para aprovação). A frequência mínima exigida é de 75% das horas estabelecidas pelo Curso para o ECS.

Na avaliação do estagiário, serão considerados os seguintes aspectos:

- Planejamento das atividades do estágio.
- Frequência às aulas de orientação.
- Desempenho de atividades profissionais em que se incluem comportamento técnico-profissional, comportamento humano, comportamento ético, atendimento às orientações para realização do Estágio.
- Apresentação do relatório escrito das atividades de estágio – esse documento deverá apresentar coerência com as atividades teóricas e práticas, descrição integral das atividades desenvolvidas, com veracidade, objetividade, clareza concisão e correção.
- Atendimento às normas da ABNT na redação do relatório.
- Cumprimento de prazos de entrega.
- Organização e apresentação do Seminário de socialização do Estágio.

**Observação:** A avaliação final dos estagiários será apresentada através do preenchimento de fichas de observação, avaliação da professora regente da turma em que ocorre o estágio, ficha de efetividade e Plano de aula.